



UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ
FACULDADE DE EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO BRASILEIRA

ALDA MARGARETE SILVA FARIAS SANTIAGO

**MISSÕES, RELIGIÃO E EDUCAÇÃO: A ESCOLA NORMAL REGIONAL NOSSA
SENHORA DA ASSUNÇÃO – GUIMARÃES/MA (1957-1967)**

FORTALEZA
2019

ALDA MARGARETE SILVA FARIAS SANTIAGO

MISSÕES, RELIGIÃO E EDUCAÇÃO: A ESCOLA NORMAL REGIONAL NOSSA
SENHORA DA ASSUNÇÃO – GUIMARÃES/MA (1957-1967)

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação Brasileira, da Faculdade de Educação, da Universidade Federal do Ceará, como parte dos requisitos para obtenção do título de Doutor em Educação. Área de concentração: Educação Brasileira.

Orientador: Prof. Dr. Gisafran Nazareno Mota Jucá.

FORTALEZA
2019

Dados Internacionais de Catalogação na
Publicação Universidade Federal do Ceará Sistema
de Bibliotecas
Gerada automaticamente pelo módulo Catalog, mediante os dados fornecidos pelo(a)
autor(a)

S578m Silva Farias Santiago, Alda Margarete.

Missões, Religião Educação: Escola Normal Regional Nossa
Senhora da Assunção - Guimarães/MA(1957-1967) / Alda Margarete
Silva Farias Santiago. – 2019.
168 f.: il. color.

Tese (doutorado) – Universidade Federal do Ceará, Faculdade de Educação,
Programa de Pós-Graduação em Educação, Fortaleza, 2019.

Orientação: Prof. Dr. Gisafran Nazareno Mota Jucá.

1. Missões Canadenses. 2. Educação Maranhense. 3. Escola Normal. I. Título.

CDD 370

ALDA MARGARETE SILVA FARIAS SANTIAGO

MISSÕES, RELIGIÃO E EDUCAÇÃO: a Escola Normal Nossa Senhora da
Assunção -Guimarães/MA (1957-1967)

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação Brasileira, da Faculdade de Educação, da Universidade Federal do Ceará, como parte dos requisitos para obtenção do título de Doutor em Educação. Área de concentração: Educação Brasileira.

Aprovada em: 03/05/2019

BANCA EXAMINADORA

Prof. ° Dr. ° Gisafran Nazareno Mota Jucá (Orientador)
Universidade Federal do Ceará (UFC)

Prof. ° Dr. ° Fátima Maria Leitão Araújo
Universidade Estadual do Ceará (UECE)

Prof. ° Dr. ° Zilda Maria Menezes Lima
Universidade Estadual do Ceará (UECE)

Prof. ° Dr. ° Maria do Socorro Lucena Lima
Universidade Estadual do Ceará (UECE)

Prof. ° Dr. ° César Augusto Castro
Universidade Federal do Maranhão (UFMA)

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus pela oportunidade da conclusão de mais uma etapa da minha trajetória acadêmica e, especialmente, por ter propiciado a estrutura necessária para suportar as adversidades e o equilíbrio para continuar.

Agradeço, especialmente, pela oportunidade de ter sido orientada pelo Prof. Dr. Gisafran Nazareno Mota Jucá, a quem sou imensamente grata pelo ensino, orientação e zelo dispensado a mim. Foi produtivo, prazeroso e leve; somente a competência, a experiência e a simplicidade de um grande mestre proporcionam momentos assim. Obrigada pelas correções, indicações de leituras e por ter confiado que eu poderia concluir este trabalho. Sinto muito orgulho por ter convivido com alguém capaz de alargar e ressignificar os estudos, mas principalmente, o sentido da vida. Obrigada!

Agradeço aos Profs. Drs. Maria do Socorro Lucena Lima, Fátima Maria Leitão Araújo, Zilda Maria Menezes Lima, Patrícia Helena Carvalho Holanda e César Augusto Castro por terem aceitado o convite para a composição da minha banca, contribuindo com a leitura e sugestões que serão valiosas na melhoria desse trabalho. Mas agradeço, sobretudo, a disponibilidade, a generosidade e os afetos.

À Linha História da Educação Comparada (LHEC), minha gratidão a cada pesquisador e a cada pesquisadora que fazem desse lugar um ambiente rico em possibilidades de aprendizado e de fraterno convívio.

A todos os professores e funcionários do Programa de Pós-Graduação em Educação Brasileira da Universidade Federal do Ceará.

Aos professores e funcionários do Departamento de Educação II da Universidade Federal do Maranhão, pelo incondicional apoio à conclusão deste trabalho.

Às professoras Diomar das Graças Motta e Iran de Maria Leitão Nunes, orientadoras da Graduação e Mestrado, respectivamente.

Um agradecimento especial à minha família muito amada: a minha mãe, Leomar Silva Farias, e ao meu pai, José de Ribamar Farias, que tanto lutaram para que meus irmãos e eu tivéssemos acesso à educação. Ao meu marido, José Santiago, companheiro amoroso e incentivador da minha trajetória profissional. Aos meus irmãos queridos, às cunhadas e cunhados e aos sobrinhos, muito obrigada pela presença.

Às Irmãs da Assunção da Santa Virgem, especialmente Julliette, Madeleine, Solange, Georgette, Alessandra e Maria dos Santos.

RESUMO

As transformações sociais ocorridas durante o século XX indicaram permanências, reconfigurações e rupturas em todos os setores da sociedade brasileira. Nessa perspectiva, dá-se destaque às relações entre o Estado Brasileiro e a Igreja Católica, bem como seus desdobramentos no âmbito do ensino formal, pontos de partida para esta pesquisa, que trata das memórias das Missões Canadenses no município de Guimarães/MA e, de modo especial, disserta sobre a fundação e funcionamento da Escola Normal Regional Nossa Senhora da Assunção no contexto de um conjunto de ações educativas, no período de 1957 a 1967. Considera-se também os eventos decorrentes das redefinições do papel da Igreja no mundo, especificamente, no Brasil, os quais favoreceram a vinda das Missões Canadenses para o norte do Maranhão, onde se localiza o município de Guimarães. Destaca-se a Congregação Irmãs da Assunção da Santa Virgem, proveniente da Paróquia de Saint Gregoire – Diocese de Nicolet/Canadá, como idealizadora da ação educativa que resultou na criação da referida escola. Ressalta-se a necessidade dos estudos sobre a História da Educação no Brasil, as Instituições Escolares, a Formação Docente, a Cultura Material Escolar e seus sujeitos. Desse modo, esta pesquisa de cunho qualitativo baseia-se nos aportes teóricos da História Cultural, por meio dos estudos de Freire (1999), Chartier (1990), Certeau (2005; 2012), Elias (1994; 2001) e Benjamin (2013), entre outros. Utiliza-se ainda a abordagem da História Oral, com as contribuições de Pesavento (2002), Alberti (2013), Halbwachs (2006) e Jucá (2003), a fim de identificar por meio das narrativas dos sujeitos e das análises de documentos oficiais, jornais e correspondências, a importância da Escola Normal e as repercussões da mesma, assim como as demais iniciativas realizadas pelas outras Congregações que integravam as Missões, através das representações presentes nas fontes orais e documentais. Nesse sentido, prioriza-se um breve histórico sobre o município de Guimarães e suas características, o que possibilita uma maior compreensão sobre o trabalho dos(as) religiosos(as). Os resultados indicam a vitalidade da obra educativa e também apontam aspectos pertinentes sobre a formação docente, a ampliação da escolaridade e a inserção dos sujeitos nas atividades produtivas formais, por meio do magistério; além de diversas outras informações sobre o período investigado, as quais atestam a relevância da pesquisa.

Palavras-chave: Missões canadenses; Educação maranhense; Escola Normal.

ABSTRACT

The social transformations that took place during the 20th century indicated continuities, reconfigurations, and ruptures in all sectors of Brazilian society. In this perspective, we highlight the relations between the Brazilian State and the Catholic Church, as well as its unfolding in the scope of formal education, starting points for this research, which deals with the memories of the Canadian Missions in the municipality of Guimarães/MA and, in a special way, discusses the foundation and operation of the Escola Normal Regional Nossa Senhora da Assunção in the context of a set of educational actions, in the period from 1957 to 1967. It is also considered the events resulting from the redefinitions of the Church's role in the world, specifically in Brazil, which favored the coming of the Canadian Missions to the north of Maranhão, where the municipality of Guimarães is located. The Congregation of the Sisters of the Assumption of the Blessed Virgin, from the Parish of Saint Gregoire - Diocese of Nicolet/Canadá, stands out as the creator of the educational action that resulted in the creation of that school. We emphasize the need for studies on the History of Education in Brazil, School Institutions, Teacher Training, School Material Culture and its subjects. Thus, this qualitative research is based on the theoretical contributions of Cultural History, through the studies of Freire (1999), Chartier (1990), Certeau (2005; 2012), Elias (1994; 2001) and Benjamin (2013), among others. The Oral History approach is also used, with the contributions of Pesavento (2002), Halbwachs (2006), Alberti (2013) and Jucá (2003), in order to identify, through the subjects' narratives and the analysis of official documents, newspapers and correspondence, the importance of the Escola Normal and its repercussions, as well as the other initiatives undertaken by the other Congregations that integrated the Missions, through the representations present in the oral and documentary sources. Therefore, a brief history of the municipality of Guimarães and its characteristics is prioritized, which allows a better understanding of the work of the religious. The results indicate the vitality of the educational work and also point out pertinent aspects about teacher training, the expansion of schooling and the insertion of subjects in formal productive activities, through the teaching profession; in addition to several other information about the period investigated, which attest to the relevance of the research.

Keywords: Canadian missions; education of Maranhão; Normal School.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Placa alusiva ao Jubileu de Ouro da escola Nossa Senhora de Assunção	44
Figura 2 - Aroda de dança.....	45
Figura 3 - Discurso dos ex-alunos às Irmãs da Assunção.....	46
Figura 4 - Irmãs da Assunção em Guimarães	108
Figura 5 - Membros do Grupo Teatral	112
Figura 6 - Alunos em vista ao povoado Genipaúba.....	115
Figura 7 - Escola Normal Regional Nossa Senhora da Assunção	121
Figura 8 - Freiras em Ação Social	145

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Leis e Decretos do Maranhão.....	74
Quadro 2 - Ordens e Congregações Masculinas.....	96
Quadro 3 - Ordens e Congregações Femininas	96
Quadro 4 - Relação Nominal das Irmãs da Assunção	123
Quadro 5 - Relação Nominal dos Padres e Leigos, Missão de Nicolet.....	124
Quadro 6 - Grade Curricular da Escola Normal Regional Nossa Senhora da Assunção	125
Quadro 7 - Relação Nominal dos alunos e das alunas das turmas das primeiras turmas Escola N. Senhora da Assunção	127
Quadro 8 - Prefeitos.....	135

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABE	Associação Brasileira de Educação
ABL	Academia Brasileira de Letras
AIB	Ação Integralista Brasileira
ANL	Aliança Nacional Libertadora
APA	Área de Proteção Ambiental
CCBE	Confederação Católica Brasileira de Educação
CEB	Comunidades Eclesiais de Base
CEE	Conselho Estadual de Educação
CELAM	Conselho Episcopal Latino-Americano
CGP	Campanha do Ginasiano Pobre
CNBB	Conferência Nacional dos Bispos do Brasil
CNEG	Campanha Nacional de Educandários Gratuitos
CPT	Comissão Pastoral da Terra
GEMGe	Grupo de Estudos sobre Educação, Mulheres e Relações de Gênero
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
JUC	Juventude Universitária Católica no Maranhão
LDB	Lei de Diretrizes e Bases da Educação
LHEC	Linha de História e Educação Comparada
MEB	Movimento de Educação de Base
MEC	Ministério da Educação
MOBRAL	Movimento Brasileiro de Alfabetização
MSC	Missionários do Sagrado Coração
NEDHEL	Núcleo de Estudos e Documentação em História da Educação e Práticas Leitoras
ORAVI	Organização Assistencial Vimarense
PABAE	Programa de Assistência Brasileiro-Americana ao Ensino Elementar
PUC	Pontifícia Universidade Católica
SOMACS	Sociedade Maranhense de Cultura Superior
TFP	Sociedade Brasileira de Defesa da Tradição, Família e Propriedade
UFC	Universidade Federal do Ceará
UFMA	Universidade Federal do Maranhão
UFPE	Universidade Federal de Pernambuco
USAID	United State Agency for International Development

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	12
1.1	A autora e o seu objeto de estudo	12
1.2	Aspectos Teóricos e Metodológicos	26
1.3	As Instituições educativas e a formação docente: breve análise	34
1.4	Práticas Educativas	38
1.5	Cultura Escolar	42
2.1	GUIMARÃES: um município bicentenário na região norte do Maranhão	54
2.2	O Campo Educacional e o Campo Religioso no Brasil	81
2.3	Os Intelectuais Católicos e a Educação	85
3	ENTRE DOIS MUNDOS: as aproximações entre o Brasil e o Canadá	90
3.1	Intercâmbios Transnacionais e a ação social da Igreja Católica	91
3.2	As Missões Católicas Canadenses no Maranhão	94
3.3	A Congregação Irmãs da Assunção da Santa Virgem (IASV)	102
4	AS IRMÃS DA ASSUNÇÃO DA SANTA VIRGEM EM GUIMARÃES	107
4.1	As Frentes de Atuação	110
4.2	A Escola Normal Regional Nossa Senhora da Assunção	117
4.3	As Narrativas sobre a Escola Normal Nossa Senhora da Assunção	133
4.4	Breve Análise sobre as Memórias Narradas	143
5	CONCLUSÃO	147
	REFERÊNCIAS	151
	FONTES DOCUMENTAIS	160

1 INTRODUÇÃO

1.1 A autora e o seu objeto de estudo

“Na verdade, de que nos serve toda a cultura se não houver uma experiência que nos ligue a ela? [...]” Esta indagação, feita por Benjamim (2013, p. 114), tem acompanhado o meu percurso acadêmico e profissional, na tentativa de vivificar as lembranças das diversas experiências do lugar onde nasci e que influenciaram sobremaneira, a minha trajetória, marcada por deslocamentos, rupturas e encontros, tendo em vista a busca incessante por educação em diferentes momentos e lugares.

Apesar do distanciamento espacial e temporal de Guimarães¹, município maranhense e minha terra natal, esse ainda é o meu lugar de fala, pois são as recordações de lá que embasam quem sou. O ambiente familiar favoreceu o contato com as questões educacionais e, como filha de professora normalista, experimentei, desde cedo, as alegrias pelas pequenas descobertas do conhecimento e, de igual modo, enfrentei os maiores desafios para seguir buscando esse mesmo conhecimento que, a cada época, escapava dos lugares onde eu estava.

Nasci na zona rural do município, no Povoado Prata, mesmo endereço do Grupo Escolar Mateus Avelar, única escola na região a ofertar o então pré-escolar e a primeira etapa do ensino fundamental (4º ano primário). Minha mãe, cuja formação se deu em casa de uma professora leiga no mesmo povoado e teve continuidade no Internato das Irmãs da Assunção, na sede do município, era diretora e professora dessa escola, onde teve início o meu percurso educativo, sendo que, em razão das funções exercidas por ela, não fiquei restrita às atividades da sala de aula. Após o término das aulas, era comum acompanhá-la em suas atividades que envolviam, entre outras coisas, conversas e reuniões com os pais, eventos na escola e o curso noturno do Movimento Brasileiro de Alfabetização — MOBRAL, destinado aos jovens e adultos da comunidade e áreas circunvizinhas, em sua maioria, trabalhadoras e trabalhadores rurais.

Ao término do 4º ano primário, não tendo como prosseguir os estudos no Grupo Escolar, fui matriculada na Unidade Escolar Nossa Senhora da Assunção – sede do município,

1 O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE (2018) confere informações sobre o município de Guimarães, destacando que este está localizado no litoral norte do estado do Maranhão, tendo como municípios limítrofes: ao norte, o município de Cedral; a oeste, os municípios de Mirinzal e Central do Maranhão; ao sul, com o município de Bequimão. Apresenta área de extensão territorial de 479.569 (quatrocentos e setenta e nove mil, quinhentos e sessenta e nove) km². Sua população estimada é de 12.063 (doze mil e sessenta três) habitantes.

na década de 1980, período em que a referida escola já estava incorporada à rede estadual de ensino. Esse momento marcou sobremaneira a minha vida, pois não representou apenas a saída da residência dos meus pais, mas também o convívio em um novo ambiente escolar.

Nesse aspecto, concordamos com Heller (1970, p. 18), quando afirma que a vida cotidiana é “[...] heterogênea; e isso sob vários aspectos, sobretudo no que se refere ao conteúdo e à significação ou importância de nossos tipos de atividades. São partes orgânicas da vida cotidiana: a vida privada e a atividade social sistematizada [...]”.

A autora segue explicando que se tornar adulto na cotidianidade significa compreender e assimilar novas formas de comunicação social, saindo do grupo familiar e comunitário para manter-se autonomamente no mundo das integrações maiores, de orientar-se em situações que já não possuem a dimensão do grupo humano comunitário, de mover-se no ambiente da sociedade em geral e, além disso, de mover por sua vez esse mesmo ambiente (HELLER, 1970).

Portanto, compreender aquele novo ambiente escolar com suas normas e seus rituais não foi algo que tenha ocorrido de imediato. Pelo contrário, constituiu um desafio. Viñao Frago (2008, p. 28) afirma que os elementos que constituem a cultura escolar devem ser entendidos na dinâmica da própria escola em diálogo com as influências do seu contexto, “[...] mas sem a dependência causal deles [...]”. Isso porque a cultura escolar é toda a vida escolar, os fatos, as ideias, as condutas, os corpos, os objetos, os dizeres e fazeres.

E aquela escola, dia após dia, apresentava muitas novidades. Além das aulas, havia solenidades cívicas, religiosas, recepções e discursos. Um dado marcante refere-se à presença de ex-alunos e ex-professores visitando a escola: uns recordavam o período de estudos; outros relataram suas experiências profissionais, as reivindicações aos órgãos públicos, as reuniões de professores, pais e alunos.

Os significados daqueles acontecimentos só foram compreendidos por mim, na Universidade, por meio das leituras e discussões sobre as diversas temáticas que contribuíram para a compreensão do que seja uma Instituição Escolar, face às dimensões sociais, políticas, históricas e temporais que a envolvem, e também pelas novas perspectivas historiográficas que conferem novos sentidos ao passado e, conseqüentemente, novas definições para o presente.

Dessa forma, foram fundamentais os trabalhos de Bourdieu e Passeron (2014); Escolano Benito (2017); Freire (1999); Saviani (2004); Viñao Frago (2008), e os quais me permitiram melhor entendimento sobre a força transformadora e, ao mesmo tempo, conservadora da escola. Com base nessas concepções, venho buscando compreender a Escola Normal Nossa Senhora da Assunção, por meio dos estudos e das pesquisas realizadas, elegendo

temáticas e períodos que possam informar sobre a sua vitalidade no município de Guimarães. Detenho-me justamente na ocasião em que a Missão Canadense — e não somente uma das Congregações integrantes da referida Missão — se revelou como a grande fonte indutora do conjunto de ações sociais e educacionais que marcaram o município, entre elas, a fundação da Escola Normal Regional Nossa Senhora da Assunção.

Assim é que o objeto deste estudo vem sendo construído desde a Graduação no curso de Pedagogia da Universidade Federal do Maranhão (UFMA), no campus do Bacanga em São Luís/MA, por meio da disciplina História da Educação. Além disso, constituem fatores preponderantes nesse contexto nossa inserção em Grupos de Estudos dessa Universidade, notadamente o Grupo de Estudos sobre Educação, Mulheres e Relações de Gênero (GEMGe) e a participação nos eventos científicos realizados pelo Núcleo de Estudos e Documentação em História da Educação e Práticas Leitoras (NEDHEL).

A primeira motivação originou-se de uma investigação sobre a educação de mulheres em Guimarães/MA, tendo a Escola Normal Nossa Senhora da Assunção como lócus da pesquisa. Outro motivo remete ao intenso convívio com a história dessa Instituição, criada por missionárias da Ordem Religiosa Irmãs da Assunção da Santa Virgem, oriundas da Paróquia de Saint Gregoire – Diocese de Nicolet/Canadá, que resultou em monografia no ano de 2003, cujo tema foi: **A Ação Missionária e a Educação Feminina em Guimarães a partir dos anos 1960.**

Naquele momento, o estudo abordou a situação educacional da mulher na sociedade brasileira e maranhense, destacando as normas que regulamentavam o ensino e sua inserção no estado do Maranhão, destacando a ação educacional das religiosas no município de Guimarães e sua repercussão entre as mulheres vimarenses². Abrangeu, ainda, a presença das professoras de primeiras letras, principal força de trabalho docente no município até o surgimento da Escola Normal, em 1957.

A fundamentação desta análise teve como base os trabalhos de Scott (1990), Touraine (2010), Perrot (2005) e Del Priore (2000). Esta última destaca que “[...] dar visibilidade à memória das mulheres-professoras ajuda a identificar e a reconhecer espaços de resistência e a desconstruir uma história da educação registrada em grande parte por homens e amparadas em fontes documentais oficiais [...]”. (DEL PRIORE, 2000, p. 98).

Desse modo, por meio das entrevistas, foi possível localizar mulheres professoras

2 Ressalta-se que as pessoas naturais de Guimarães em Portugal, são consideradas vimarenses, em virtude desta localidade ter como vegetação predominante o vime. E, por analogia, os nascidos no Brasil, no município de Guimarães, são considerados vimarenses. C.f Motta (2003, p. 86).

que contribuíram significativamente para a educação do município, embora invisibilizadas, uma vez que, nos registros oficiais como as mensagens de Presidentes de Províncias, Interventores ou Governadores do Estado, constavam somente os nomes daquelas professoras nomeadas ou designadas para assumirem as funções docentes. É o caso das professoras régias de primeiras letras: Maria Firmina dos Reis, Zélia Lima, Ana Maria Campêlo e Faraildes Mota (CASTRO, 2009).

As demais, ou seja, a maioria delas, tiveram seus nomes registrados apenas nas memórias de seus ex-alunos. As aulas eram ministradas geralmente em espaços improvisados em suas próprias residências, com destaque para as professoras Dionísia Coração, Juliana Cunha, Altiva Bela Gomes Teixeira, Anita Gomes Brito, Isabel Braga, Sabina Soares, Zélia Soares, entre outras, que se destacaram pelo zelo e rigor no ensino de primeiras letras. Por essa razão, ganharam o respeito e a preferência de pais e mães de diversas gerações.

No Mestrado em Educação, uma vez mais, a temática recaiu sobre mulheres, dessa vez, colocando em relevo as trajetórias profissionais das alunas das primeiras turmas. Assim, a dissertação apresentada no ano de 2015 teve como tema: *Vozes e Saudades: as narrativas das ex-alunas sobre a Escola Normal Regional Nossa Senhora da Assunção (1957-1961)*. O estudo analisou a relevância da escola para a construção das trajetórias de suas ex-alunas, as quais descreveram suas vivências naquele contexto escolar. Essa perspectiva de investigação mantém coerência com a Nova História, por abrigar perspectivas de estudos que vêm favorecendo o rompimento dos silêncios historiográficos sobre as mulheres, pois:

No século XIX, pouca gente imaginava no campo da historiografia ocidental que um dia iriam se tornar tão atrativos os estudos sobre a Mulher nas várias épocas históricas. Mas a partir da segunda metade do século XX este tem sido precisamente um dos temas mais cotejados pelos historiadores do Ocidente. Sem dúvida contribuíram para isto os movimentos feministas, a gradual inserção da mulher no mercado de trabalho, o reconhecimento acadêmico e político das minorias e maiorias oprimidas, e outros tantos processos que se desenvolveram no decurso do século XX. (BARROS, 2011, p. 26-27).

Del Priore (2012) considera que essa tem sido uma abordagem utilizada com êxito para ouvir a história de vida, baseando-se na história oral e na recuperação da memória feminina, porquanto se tornava indispensável reabilitar a subjetividade e introduzi-la na interpretação das fontes, o que vem permitindo a identificação de espaços e de estratégias utilizados pelas mulheres. Essas contribuições da autora foram fundamentais para a compreensão das narrativas que mostraram o complexo entrelaçamento de fatos que compuseram as trajetórias das entrevistadas. Sobressaíram-se temas como: formação profissional, casamento, maternidade, divórcios e envelhecimento e suas consequências.

Nesse sentido, as vozes das ex-alunas, além de revelarem as vivências no cotidiano da escola e o que isso representou e ainda representa em suas existências, mostraram ainda como elas lidavam com as limitações e interdições impostas à condição feminina em espaços diferentes, como o mundo do trabalho e a vida íntima. Quanto à formação oferecida pela escola e às relações de gênero ali construídas, ficou demonstrado que esta instituição, embora não tenha rompido totalmente com o estabelecido, tentou implantar o novo, e não se dobrou à força externa que percebe a mulher como um ser de menor potencial, suavizando, com isso, o processo educativo sexista.

As entrevistas fizeram suscitar novas questões, incentivando a necessidade de nova pesquisa, o que foi sendo aprofundado no Doutorado em Educação Brasileira, na Universidade Federal do Ceará – UFC. Justamente as aulas, em especial, as sessões de estudos e atividades científicas, como os Congressos de História da Educação do Ceará, realizados pela Linha de Pesquisa História e Educação Comparada (LHEC) constituem momentos que propiciaram a oportunidade de conhecer experiências resultantes de investigações nacionais e internacionais sobre a História da Educação, a partir de novas perspectivas de análises, marcadas sobretudo pelo caráter interdisciplinar. Tais experiências motivaram um estudo sobre as memórias das Missões Canadenses no município de Guimarães/MA, com ênfase na história da Escola Normal Regional Nossa Senhora da Assunção.

Em trabalhos anteriores, já haviam sido priorizados alguns aspectos desta escola, entre eles, sua importância para a educação e inserção de mulheres no mundo do trabalho, bem como as memórias de suas ex-alunas. Após as experiências de estudos na LHEC, surgiu a necessidade de maior compreensão acerca da materialidade dessa Instituição, no que se refere à formação docente, práticas educativas, cultura escolar, contexto histórico, os discursos e a sua origem, além de outros aspectos, como a vinda das Missões ao Brasil e os processos de redefinições das atividades eclesiais, em face das dinâmicas sociais com implicações na Igreja Católica.

Assim, cabe ressaltar outra singular experiência vivenciada na cidade de Fortaleza, no período de estudos doutorais. A estada no Recanto do Sagrado Coração, localizado à Avenida da Universidade, n.º 3106 – Benfica, pertencente a Ordem Religiosa Filhas da Caridade de São Vicente de Paulo, proporcionou-me uma experiência fundamental para a compreensão acerca da atuação da Igreja Católica em diferentes temporalidades e perspectivas no Brasil, especialmente a contribuição das religiosas dessa Ordem em diversas áreas como saúde, educação e assistência social, com destaque para o Colégio da Imaculada Conceição, fundado em 1865, na cidade de Fortaleza.

A história do Colégio é parte da história do povo cearense, tendo em vista o seu pioneirismo e a sua importância para o desenvolvimento social e cultural do estado. Criado inicialmente para abrigar meninas órfãs, tornou-se o principal espaço formativo para as mulheres, adotando, por isso mesmo, uma proposta pedagógica pautada na manutenção e aprimoramento das condutas consideradas ideais para a formação da mulher, com ênfase às atividades voltadas para o ambiente privado e cuidados com a família.

Ao longo do tempo — trata-se de uma instituição em funcionamento desde 1865 até os dias atuais (154 anos) —, o Colégio foi passando por diversas transformações. De abrigo para meninas órfãs passou a internato para as filhas da elite do Ceará e de estados vizinhos, além de se constituir importante centro de formação docente. Entre as suas ex- alunas, destaca-se Rachel de Queiroz, primeira mulher a entrar para a Academia Brasileira de Letras (ABL) e autora de diversas obras como *O Quinze*, *Memorial de Maria Moura* e o romance *As Três Marias*. Esta última obra retrata o cotidiano do Colégio da Imaculada Conceição, no final dos anos 1930. Sem o prestígio de outrora, o prédio do antigo Colégio segue compondo a paisagem cultural, arquitetônica e memorialística de Fortaleza.

Embora não sendo o objetivo principal deste trabalho, faz-se necessário focalizar o Colégio da Imaculada Conceição, tendo em vista suas similaridades com esta pesquisa sobre a Escola Normal Regional Nossa Senhora da Assunção. As características da Ordem das Filhas da Caridade de São Vicente de Paulo, o seu surgimento na França no ano de 1633, a chegada no Brasil no ano de 1849 e o seu particular envolvimento com a educação — principalmente com a educação feminina — ofereceram inquietações e subsídios para reflexões acerca do entrelaçamento de duas importantes temáticas: religião e educação no Brasil.

Diante de tais questões, este trabalho aborda, de modo especial, as relações entre a Igreja Católica e a Educação, a partir da segunda metade do século XX, período em que se inscreve a pesquisa (1957-1967) e que marca a vinda da Missão Canadense, composta por Congregações Religiosas masculinas e femininas, cuja atuação foi além das atividades de evangelização, alcançando, sobremaneira, as áreas sociais, entre as quais, a educação, tendo em vista as lacunas existentes nessas áreas, no período pesquisado. Aliás, merece especial atenção a análise sobre a movimentação de religiosos católicos em meados do século XX, assim como a presença de novas ideias no âmbito da Igreja, em face da reestruturação das funções e das atividades eclesiais no mundo, com repercussões significativas na Igreja Católica do Brasil.

Nesse aspecto, surge a importância de se fazer menção aos antecedentes históricos que provocaram o reordenamento eclesial, tomando como ponto de partida as transformações que marcaram o contexto sociopolítico mundial que acabaram por determinar as

reconfigurações sociais e institucionais, inclusive as relações entre Estado, Igreja e Sociedade. Hobsbawm (2013), ao recordar os acontecimentos que marcaram o século XX, destaca as catástrofes das duas grandes guerras; o surgimento dos regimes totalitários: nazismo e fascismo; a crescente hegemonia do capitalismo e suas contradições; além de ressaltar “[...] o imenso significado das revoluções e lutas por emancipação política e econômica dos países coloniais e semicoloniais [...]”. (HOBSBAWM, 2013, p. 110).

Cury (1998) aponta as mudanças socioeconômicas no Brasil, especialmente nos anos 1950, com a intensificação da urbanização e crescimento da indústria e, conseqüentemente, o surgimento de novas dinâmicas sociais com a alteração do comportamento de parte da população, sobretudo as que habitavam o espaço urbano dos grandes centros. O autor explica que os signos da modernização se faziam notar na paisagem urbana, nas casas e nos hábitos das pessoas, sendo estas constantemente instigadas pelas propagandas de produtos e serviços, presentes em jornais, revistas, rádio e televisão. Desse modo, as atenções das populações urbanas e rurais voltavam-se para as telenovelas e radionovelas, respectivamente, assim como para novas formas de sociabilidades que iam sendo engendradas, a partir dos modelos difundidos pelos meios de comunicação.

No entanto, ressalta-se que os signos da modernidade podem não ter alcançado a sua materialidade tal como propagadas nos discursos. Segundo Benevides (1975), a modernização que se pretendia não encontrou o devido espaço, tendo em vista as condições materiais da industrialização capitalista já estarem postas. Assim é que o saldo foi a prevalência, em algumas metrópoles, de uma cultura de massas, além de uma vida cultural e uma ambiência cosmopolita cheia de contradições, em que as desigualdades sociais estavam expostas nas multidões próprias ao meio urbano. Em relação à educação, Charlot (2013) destaca que a escola passou a ser pensada na lógica econômica e social do desenvolvimento, considerando que:

Antes da Segunda Guerra Mundial, o Estado, na sua relação com a educação, permanece um Estado Educador: pensa a educação em termos de construção da nação, paz social, inculcação de valores. A partir dos anos 1950 e, sobretudo, 1960, ele se torna Estado Desenvolvimentista: claramente (França, Japão, Coreia do Sul, Brasil etc.) ou de forma disfarçada (Estados Unidos), ele pilota o crescimento econômico e coloca a educação a serviço do desenvolvimento. Essa política encontra um amplo consenso social, por gerar novos empregos qualificados, que uma escolaridade mais longa permite ocupar e, portanto, por satisfazer as classes médias e despertar esperanças nas classes populares. (CHARLOT, 2013, p. 39).

Nesse contexto, a Igreja Católica passa a conviver com os efeitos de tais mudanças que se refletem, sobretudo, no esvaziamento do seu contingente de fiéis os quais —diante das novidades advindas do ‘progresso’ expressas por meio da cultura, da economia/consumo, da

moda e dos meios de comunicação — buscavam meios de inserção e participação em outros espaços sociais, inclusive, em outras denominações religiosas que, no bojo dessas mudanças, iam ganhando espaço e legitimidade para coexistirem ao lado da religião católica.

Esse cenário de transformações também favoreceu a ampliação das desigualdades sociais e regionais no país, momento em que a Igreja se utilizou das lacunas presentes no tecido social, decorrentes dessas assimetrias, empreendendo novas investidas, mediadas pelos mecanismos criados e orientados pelo Vaticano, materializados através dos documentos pré-conciliares que favoreciam o intercâmbio de religiosos e religiosas pelo mundo. A Igreja Católica do Brasil se beneficiou dessas mudanças e estabeleceu tratativas com as Congregações internacionais, a fim de ampliar o seu espaço de atuação para além das atividades de evangelização, por meio de diferentes ações sociais, garantindo assim, maior penetração nas comunidades.

Soares (2016) destaca a organização eclesiástica que se formou na região norte do Maranhão, tendo o município de Pinheiro como sede, desde a chegada dos pioneiros, os Missionários do Sagrado Coração (MSC), no ano de 1946. A instalação da Prelazia³ de Pinheiro decorreu de uma solicitação da Diocese de São Luís à Nunciatura Apostólica do Brasil.

Sobre a instalação da sede eclesial na região, é preciso recordar os aspectos históricos do aludido período, bem como os jogos políticos referentes à reaproximação entre Estado e Igreja, após a separação no início da Primeira República. Miceli (1988) destaca que tal separação provocou a reordenação político-geográfica da Igreja Católica no território brasileiro, nas décadas seguintes, com a nomeação de bispos e a criação de novas sedes eclesiais. Tal movimentação foi denominada pelo autor como “[...] estadualização do poder eclesiástico no Brasil [...]” (MICELI, 1988, p. 32), podendo ser compreendido como uma das formas da Igreja reaver a hegemonia de outrora, assim como restabelecer vínculos com o Estado, inclusive, através da ocupação das lacunas deixadas pelo poder estatal em grande parte do território.

Por outro lado, Ricouer (1998) adverte que, por trás dos padrões espaciais, das formas criadas, dos usos dos solos, das repartições e distribuições, dos arranjos locais, estão concepções, valores, interesses, mentalidades e visões de mundo. Enfim, todo o complexo universo da cultura, da política e das ideologias envolve uma finalidade que está a serviço de quem as utiliza. Nesse caso, é significativa a observação de Soares (2016, p. 21) sobre a atitude do então Arcebispo do Maranhão, Dom Carlos Camelo, “[...] ao dar total autonomia aos

3 Prelazias são circunscrições eclesiásticas, criadas pela Santa Sé para atender às necessidades peculiares de um determinado lugar ou grupo de fiéis conforme Azzi e Klaus (2008, p. 384).

Missionários do Sagrado Coração, quando da investidura destes na recém- criada Prelazia de Pinheiro, ao tempo em que também removeu todos os padres seculares que serviram na região até aquele momento [...]”.

Conforme Soares (2016), um clima festivo envolveu a cidade de Pinheiro com a chegada dos Missionários do Sagrado Coração e os preparativos para a posse do Bispo Dom Afonso Maria Ungarelli, já que o município foi o vencedor na disputa pela sede da Prelazia, tendo como concorrentes os municípios de São Bento e Viana, ambos com grande tradição de serviços junto à Igreja. Esse fato demonstra as articulações entre a Igreja e as forças políticas que, naquele momento, consideraram a posição geográfica de Pinheiro e a expectativa de progresso na região como ideais para a consecução do projeto estatal e clerical, conforme informa o jornal Cidade de Pinheiro:

Terá lugar hoje às 8 horas, a posse do Monsenhor Afonso Ungarelli como chefe da Prelazia de Pinheiro, na Matriz de Santo Inácio. Depois da cerimônia será celebrada missa pelo chefe da Prelazia. Ao meio-dia será oferecido a Dom Afonso e seus companheiros um banquete a 70 talheres em casa do Sr. Prefeito Municipal. (CIDADE DE PINHEIRO, 1946, p. 1).

Do ambiente solene e amistoso, como anunciado pelo jornal, é possível perceber a sintonia entre os representantes da Igreja e o poder local, o que pode ser entendido como um sinal de reaproximação da Igreja e dos representantes políticos regionais e estadual, dentro de um amplo processo de realinhamento de forças que interessava a ambos os lados. Segundo Fausto (2006, p. 184), “[...] essa mesma Igreja, adotou o pacto de colaboração com a Segunda República, pois o governo encontraria nela uma aliada diante do povo [...]”. Com a nova divisão territorial da jurisdição eclesiástica, novas forças e alianças se reestruturaram no cenário religioso, social, político e econômico no Maranhão.

Dessa forma, os Missionários do Sagrado Coração se estabeleceram em um território de aproximadamente 42.500 km², abrangendo parte do norte do Maranhão, conhecido como Baixada Maranhense e Litoral Ocidental Maranhense. Exatamente onde se localiza o município de Guimarães, cuja Paróquia foi anexada à Prelazia de Pinheiro, no ano de 1947, sob a subordinação de Dom Afonso Maria Ungarelli, que enviou um novo Pároco ao município: o Padre Luís Zechinatto (SOARES, 2016).

Assim sendo, esta pesquisa buscou preencher as lacunas existentes em espaços pouco pesquisados, como é o caso do norte maranhense, tendo a Missão Canadense e, especialmente, a Escola Normal Nossa Senhora da Assunção, como objeto de estudo, uma vez que os trabalhos nesta área são poucos representativos e os registros da História da Educação são escassos.

Apesar das lembranças ainda presentes na memória coletiva, pouco se discute sobre a presença desses missionários que também foi causa de conflitos e tensões, tendo em vista as intencionalidades e seus efeitos em certas situações sociais. Talvez, por isso, a razão do silêncio e a ausência de registros.

Le Goff (2003) alerta que os silêncios da História são reveladores de mecanismos de manipulação da memória; o esquecimento e a ausência de investigações chamam a atenção para a necessidade de sua desmistificação, sob o risco de perdas irreparáveis da memória histórica. Diante dos fatores mencionados, a pesquisa pretendeu contribuir para a ampliação dos conhecimentos sobre a História da Educação maranhense e brasileira

A escolha da região norte do estado do Maranhão para esta investigação considerou os grandes desafios enfrentados por suas populações durante séculos, os quais vêm sendo reconfigurados permanentemente pelos jogos de poder com ramificações em todas as esferas da vida humana, de modo a impedir o desenvolvimento social e econômico. Nesse cenário, as políticas públicas sempre foram fragmentadas e descontínuas, e a educação formal não foi priorizada na maior parte da história dos municípios.

De acordo com o Relatório da Instrução Pública do Maranhão, em 1942, 44 municípios — dos quais se dispunham de informações — contabilizavam 28 grupos escolares, sendo 12 na capital, São Luís, e outros 16 localizados em 15 municípios, e destes apenas 01 na região norte do estado, no município de Pinheiro (MARANHÃO, 1948).

Somente com a chegada dos missionários, o cenário educacional vai sendo gradativamente modificado nesses municípios que passaram a receber missões estrangeiras de países como Itália e Canadá, e estes assumiram as atividades de evangelização e também as áreas de educação, saúde e assistência social, com a construção de ambulatórios e escolas.

Conforme Dalabrida (2005), após a separação entre a Igreja Católica e o Estado brasileiro, iniciou-se um processo de reestruturação, por meio de novas diretrizes para o catolicismo na América Latina, o que estimulou a vinda de Congregações e Ordens Religiosas masculinas e femininas para o Brasil até a segunda metade do século XX, com o objetivo de fortalecer a evangelização e atuação por meio de ações educativas com a criação e administração de escolas.

A história da educação no Brasil, desde o seu início, sempre foi marcada por avanços e recuos, mas principalmente pelas desigualdades sociais e regionais que incidem sobre a educação até o tempo presente. Assim, em muitas localidades do país, a educação escolar surgiu tardiamente como prática social formal, com os tempos e espaços definidos que caracterizam uma escola, daí porque a importância de se analisar cuidadosamente o contexto

de surgimento de certas instituições, sua estruturação e relação com o contexto social, histórico, cultural e geográfico que a envolve, pois:

As instituições educativas são organismos vivos, cuja integração numa política normativa e numa estrutura educativa de dimensões nacional e internacional é fator de conflito entre os campos de liberdade, criatividade e sentido crítico. As instituições educativas transmitem uma cultura (a cultura escolar) não deixam de produzir culturas, cuja especificidade lhes confere uma identidade histórica. (MAGALHÃES, 2004, p. 124).

Daí a importância de se destacar a presença da Missão Canadense no Brasil, especialmente nas atividades implementadas, por meio da Escola Normal Regional Nossa Senhora da Assunção, em Guimarães, e seus desdobramentos nas trajetórias dos ex-alunos. Estes foram ocupando lugares de destaque em diferentes campos socioprofissionais, resultando daí também uma rede de relações que pode ser compreendida através dos mecanismos de distinção social percebidos por Pierre Bourdieu (2012), com base nos conceitos de capital simbólico e capital social.

Nesse sentido, vale ressaltar a caracterização do contexto de surgimento da Escola Normal Regional Nossa Senhora da Assunção, ou seja, quais culturas eram produzidas nessa escola e seus desdobramentos no cotidiano do município; quais avanços ocorreram a partir do ensino ofertado na instituição; e quais as memórias desse período ressoam na atualidade. De acordo com Bourdieu (2012, p. 48), “[...] em educação, a história não tem lições para dar, mas tem certamente, matéria suficiente para nos dar o que pensar [...]”, considerando que os processos educativos decorrem de processos sociais, os mais variados, interligados por diferentes teias que se inter-relacionam no espaço e no tempo, o que exige criteriosa análise.

Justamente por se tratar da formação docente, cujos sentidos vão se revelando conforme os contextos, nesse caso, deve-se levar em consideração as peculiaridades sociais e políticas dos municípios, as formas de inserção na vida profissional, as concepções de educação engendradas e as expectativas sobre a atuação dos novos profissionais da educação, já que a Escola Normal Nossa Senhora da Assunção era um anseio antigo do município de Guimarães e municípios circunvizinhos. Além disso, é pertinente analisar as diferenças culturais entre as missionárias canadenses e seus alunos e como essas diferenças reverberaram no bojo da formação docente.

Elias (2001), ao apresentar o conceito de configuração, situa o indivíduo dentro de uma rede de relações e interdependências. Dessa forma, a configuração é concebida por meio de uma perspectiva interdisciplinar, o que favorece a compreensão da educação através da articulação de diferentes aspectos como a História, a Sociologia e a Psicanálise, entre outros,

especialmente quando se percebe a educação como indutora de hábitos e comportamentos.

Assim, mais do que um recorte temporal ou as características que aproximam ou distanciam a sociedade de Guimarães e as missionárias canadenses, é preciso considerar os reflexos da formação docente ofertada pela Escola Normal Regional Nossa Senhora da Assunção em articulação com religiosos/as de outras Congregações que compunham a Missão e com os diferentes sujeitos que compunham a vida cotidiana. Os sinais dessas articulações continuam a ecoar no tempo presente, revelando que a atuação da Missão Canadense contribuiu para o desenvolvimento educacional e social do município.

Essa educação promoveu novas maneiras de sociabilidade, por meio das ações sociais com o envolvimento efetivo dos moradores das áreas rurais e urbanas, que iam adquirindo noções de formas organizativas que favoreciam a resolução de problemáticas antigas das comunidades. Desse modo, não somente a educação escolarizada era difundida entre os sujeitos, mas diferentes saberes que constituíam valiosas ferramentas para a aquisição de novas práticas cotidianas que visavam à melhoria da qualidade de vida em um território marcado por variados problemas sociais, educacionais, econômicos e políticos.

Lacroix (1982), na obra *Educação na Baixada Maranhense – 1822/1889*, afirma que a educação formal inserida na região norte do estado refletiu as relações de dependência social e econômica existentes e, ao mesmo tempo, produziu um complexo de regras que contribuiu para a manutenção do sistema de dominação vigente. O ensino escolarizado era ministrado por professores de primeiras letras em algumas residências.

Com o advento da República, foi inaugurado um período de transformações no Brasil, onde a nova ordem social, política e econômica buscava atender ao projeto de modernização e, nesse contexto, a educação passou a ser destaque preferencial do Estado, porém os resultados não foram efetivados. Segundo Saviani (2016, p. 6), “[...] a República significou, ao menos no plano institucional, uma vitória das ideias laicas com a separação entre Igreja e Estado, já o argumento da descentralização do ensino serviu para postergar a organização nacional da instrução [...]”.

[...] produzia-se a representação da “escola isolada”, aquela que funcionava na casa dos professores e em outros ambientes pouco adaptados ao funcionamento de uma escola pública de qualidade, como sendo um obstáculo quase intransponível à realização da tarefa educativa e salvacionista republicana, materializada na educação primária. (FARIA FILHO, 2003 p. 30).

Já os Grupos Escolares caracterizaram-se pelo ensino seriado e aprendido por meio dos sentidos, sendo o método intuitivo a base da proposta que previa também espaços e materiais adequados, além de docentes qualificados. Silva (2011) afirma que o ensino intuitivo

era defendido principalmente pelos políticos, nomeadamente, os Interventores, Governadores e Prefeitos, nas primeiras décadas do século XX, que sempre discursavam em prol da instalação da nova metodologia de aprendizagem, embora os resultados apresentados tenham sido contrários aos pretendidos.

Nas primeiras décadas republicanas foram feitas algumas tentativas de reorganização do ensino público no Estado do Maranhão, cujos resultados ficaram a desejar, segundo apontam as próprias críticas contidas nos relatórios oficiais da Instrução Pública e nos jornais da época. Essas medidas estavam em sintonia com a ideologia republicana de que a instrução era o remédio para o progresso e modernização do país, especialmente no combate ao analfabetismo. (ABRANTES, 2012, p. 142).

Nesse contexto, fica evidente a diferença entre os discursos em prol da educação e as condições objetivas para a sua concretização face às intencionalidades da classe política. Segundo Chartier (1990), as percepções do social não são discursos neutros, mas produzem estratégias e práticas (sociais, escolares e políticas) que tendem a impor uma autoridade à custa de outros, por elas menosprezados, a legitimar um projeto reformador ou a justificar, para os próprios indivíduos, as suas escolhas e condutas.

Por isso, o supracitado autor alerta para o fato de que as representações do mundo social, assim construídas, revelam em seu bojo, tentativas de legitimação do poder vigente com base na utilização de discursos tendenciosos ao favorecimento de certos grupos. Enfatiza ainda que, embora aspirem à universalidade de um diagnóstico fundado na razão, as representações são sempre determinadas pelos interesses do grupo que as forjam. Daí, para cada caso, o necessário relacionamento dos discursos proferidos com a posição de quem os utiliza.

Tais condicionantes são úteis para a compreensão sobre a ação educativa desenvolvida pela Missão Canadense, especialmente pelas Irmãs da Assunção da Santa Virgem, em Guimarães, bem como as motivações e estratégias por elas utilizadas nesse município, em um período marcado por transformações nos destinos da Igreja Católica na América Latina que exigiam das Instituições novas formas de atuação. Estas constituíam dimensões importantes para o processo de renovação da Igreja, consistindo na abertura de novas frentes, por meio do surgimento de novas propostas de adaptação e projetos de intervenção social que foram operacionalizados pelas redes transnacionais que reconfiguraram a atividade clerical no mundo e, em especial, na América Latina.

Vale ressaltar, então, a pluralidade de iniciativas da Igreja Católica, traduzidas em recomendações, encíclicas e documentos, produzidos sob a influência e orientações do Vaticano, os quais podem indicar os sinais das modificações na estrutura da Igreja, como evidenciadas no Concílio Vaticano II. Porém, não se pode deixar de observar os desafios

gerados pela variedade de dinâmicas quem em certos lugares e momentos, escapavam ao controle das normas e das doutrinas da Igreja e eram causas de conflitos sociais e institucionais.

Dessa maneira, a análise sobre a fundação e o funcionamento da Escola Normal Regional Nossa Senhora da Assunção buscou evidenciar as convergências e tensões presentes nos documentos e nos relatos sobre o trabalho das religiosas nessa instituição, que fizeram com que essa escola tenha se transformado em lugar de memória para os seus ex-alunos e referência em educação para várias gerações, principalmente pelos cursos de Formação de Professores.

A escolha deste objeto de estudo pautou-se ainda na necessidade da contribuição científica e social para melhor visibilidade à experiência educacional que marcou a história desse município do norte maranhense, pelo avanço social produzido e, sobretudo, por preencher, de modo significativo, as lacunas deixadas na educação pelos poderes públicos por um longo período.

O embasamento teórico-metodológico assenta-se no pressuposto de que, embora a educação no Brasil seja reconhecida como um direito fundamental previsto em diversos documentos legais, a efetivação desse direito foi historicamente negado em diferentes lugares e em diferentes épocas.

Por conseguinte, o referencial escolhido para orientar o percurso investigativo foi aquele que mais se aproximou da possibilidade de garantir visibilidade a uma parte significativa da história da educação maranhense, ou seja, um referencial que mostrasse a criação da instituição escolar, das práticas educativas e a formação docente desenvolvida nesse espaço, em um período muito particular da História do país.

Nesse caso, o objeto de estudo é marcado por uma variedade de condicionantes sociais que influenciaram e foram influenciados, na perspectiva das incertezas e das incompletudes. A esse respeito, Chartier (1990, p. 72) orienta sobre a importância de se buscar “[...] identificar o modo como em diferentes lugares e momentos uma realidade é dada a ler [...]”.

Dessa forma, **a pesquisa teve como problemática (questão instigadora):** Quais os sentidos atribuídos à Escola Normal Regional Nossa Senhora da Assunção, a partir do ano de 1957 em Guimarães/MA?

De acordo com a problemática, elegemos como Objetivo Geral: **Analisar a implantação e o funcionamento da Escola Normal Regional Nossa Senhora da Assunção, no período de 1957 a 1967.** Determinamos como Objetivos Específicos: a) Caracterizar o cenário educacional do município de Guimarães no período da chegada das missionárias; b) Identificar os motivos que favoreceram a vinda das missionárias ao Maranhão; c) Analisar as

representações que os sujeitos partícipes dessa ação educativa apresentam sobre tal experiência.

O estudo compreende os anos de 1957 a 1967, período referente à chegada das missionárias, cujo contexto significa, também, uma resposta ao chamado da Igreja, por meio da Encíclica *Fidei Donum*, que pode ser entendida como uma antecipação das determinações contidas nos documentos do Concílio Vaticano II de 1961, com a expressa preferência pelos mais necessitados. Tal chamado encontra ressonância na posição ideológica da Congregação Irmãs da Assunção da Santa Virgem, que aceita participar da Missão em Guimarães, no Brasil, com atuação no campo educacional. Nesse contexto, cabe destacar as iniciativas e as lutas por educação, liberdade e outros direitos sociais que marcaram a referida época e influenciaram profundamente o modo de atuação das missionárias.

1.2 Aspectos Teóricos e Metodológicos

As análises sobre a estruturação e o cotidiano das instituições educativas exigem uma variedade de formas de ler, ouvir e interpretar, tendo em vista as dimensões da realidade social e a forma como elas interagem em uma sociedade que se renova a todo momento, com efeitos os mais improváveis a incidirem sobre os objetos culturais, os sujeitos, as práticas e os processos (DAVIS, 1997). Dessa forma, o investigador deve assumir uma postura atenta e cuidadosa ao ler um documento, ao olhar uma fotografia e ao ouvir um depoimento, considerando a multiplicidade de sentidos expressos, que não dariam conta da totalidade ou da verdade, mas dariam explicações plausíveis sobre o objeto investigado. (VEYNE, 1983).

Segundo Bourdieu (2005, p. 33), o real é um “[...] campo de forças e um campo de lutas, formado pelos agentes, os quais podem ser indivíduos ou instituições que criam os espaços e os fazem existir pelas relações que ali estabelecem [...]”. Nesse sentido, importa identificar as representações que os indivíduos (professores e ex-alunos) possuem das experiências vivenciadas na escola, considerando as representações como “[...] matrizes geradoras de condutas e práticas sociais, dotadas de força integradora e coesiva, bem como explicativa do real. Indivíduos e grupos dão sentido ao mundo por meio das representações que constroem sobre a realidade [...]”. (CHARTIER, 2002, p. 54).

Sob tal perspectiva, é pertinente tentar analisar este objeto de estudo por meio das interfaces dos conceitos eleitos, através dos estudos de Bourdieu (2012); Certeau (2012); Chartier (1990), Elias (2001), e outros que favorecem a compreensão da realidade, por meio da tradução do vivido e do não vivido, do suposto ou do intuído, presentes nas imagens visuais, mas também nas imagens verbais. Para Certeau (2012, p. 123) “[...] existe em cada história um

processo de significação que visa preencher o sentido da história [...]”.

Com isso, reitera-se a pertinência dos avanços historiográficos a partir da escola dos Annales, mas também as gerações subsequentes de historiadores que promoveram a ampliação dos domínios da História e se recusaram a aceitar modelos prontos para a análise política, social e econômica das diferentes classes sociais e do mundo cultural que as circundavam. Neste trabalho focalizamos o campo educativo, com suas práticas predominantemente escolares, sem deixar de vislumbrar as práticas extraescolares, isto é, o cotidiano da escola, a realidade escolar e os saberes que nela se produziam e reproduziam, o currículo escolar, o significado do tempo, as festividades, o saber social que os alunos traziam à escola e suas relações com o saber instituído pela escola.

Pesavento (2002, p. 53) refere-se a “[...] uma alteração nos domínios de clio [...]” para explicar as transformações historiográficas ocorridas nas últimas décadas do século XX, o que permitiu o envolvimento da História com outros campos do saber, favorecendo o diálogo com novas especialidades e com novas fontes, em oposição à antiga tradição que prevaleceu até os anos 1970, cuja hegemonia pertencia à História Econômica.

Dessa maneira, a Nova História Cultural, por seu caráter interdisciplinar, auxilia-nos na identificação dos sentidos da obra educativa das religiosas canadenses, para as trajetórias pessoais e profissionais dos sujeitos que dela participaram, especialmente pelas possibilidades de conexões e mediações proporcionadas através das mudanças que ampliaram os domínios historiográficos, fazendo emergir novos temas, novos problemas e novos atores sociais, como as mulheres e os negros que, não por coincidência, representavam parcela significativa dos alunos matriculados na instituição de ensino investigada.

Conforme Hunt (1992), entre as vertentes da Nova História Cultural, merecem atenção aquelas cujos estudos focalizam a diferença entre a dimensão normativa e as práticas cotidianas. E aqui ganham destaque as proposições de Certeau (2012) pela capacidade de compreensão sobre os modos como as pessoas e os grupos sociais utilizam os lugares e os códigos que lhes são impostos para produzirem práticas microscópicas aleatórias e criativas.

Tudo isto ganha especial relevância no contexto escolar, tendo em vista as complexidades que perpassam esse contexto, sendo necessária, portanto, a adoção de conceitos que nos levem a perceber como as relações sociais e institucionais se entrelaçam no interior de uma instituição educativa em uma determinada realidade social e em um determinado período histórico.

Dessa maneira, o conceito de Apropriação como proposto por Chartier (1990) é revelador das diferenças entre a cultura escolar prescrita e a cultura exercida nas salas de aula.

O arcabouço normativo com as suas orientações acerca do que deve ser ensinado, quando materializados nos currículos, ganham significados distintos no interior das escolas, fazendo com que cada escola adquira uma configuração específica, forjada pelos determinantes históricos, políticos e sociais que a circundam.

Com isso, a investigação sobre uma instituição de ensino católica na realidade brasileira deve considerar diferentes aspectos que incidem sobre a sua normatização e a sua materialização, considerando os embates que marcaram a política educacional no país. Ao que cabe ressaltar as antigas e complexas relações entre a Igreja e o Estado, entre religião e educação no contexto brasileiro, ao longo dos séculos, ocasião em que se buscou revisitar os acontecimentos marcantes na História da Educação brasileira para citar um dos momentos de profundo acirramento das tensões já existentes entre Igreja e Estado, na primeira parte do século XX, com a polarização entre os católicos e os pioneiros da educação, em torno dos ideais de tradição e modernidade. Notam-se, então, duas arenas singulares no âmbito da (re) estruturação de forças desses dois grupos: de um lado, a Associação Brasileira de Educação (ABE) e, do outro, a Confederação Católica Brasileira de Educação (CCBE).

Segundo Chartier (1990), o conceito de ‘Apropriação’ objetiva uma história social que depende da variação do tempo e do lugar, dos grupos e sujeitos sociais. Todas essas questões são fundamentais para a compreensão do modo como os dispositivos normativos da educação foram sendo construídos e de que modo as disputas, os embates e os discursos serviram para sedimentar o pensamento pedagógico no país.

Sobre as contribuições teóricas de Chartier (1990), adotamos também nesta investigação, o conceito de ‘Representação’ a fim de interpretar os depoimentos dos sujeitos remanescentes da instituição de ensino pesquisada, assim como o contexto histórico e social do município de Guimarães. Do mesmo modo, utilizamos o conceito de ‘Configuração’ proposto por Elias (1994) para identificar os processos de interação humana e as teias de interdependência que foram sendo formadas ao longo da história de Guimarães e os desdobramentos desses processos, no encontro com os estrangeiros religiosos canadenses, que resultou na constituição da Escola Normal Nossa Senhora da Assunção.

De igual modo, os estudos de Certeau (2012) se mostraram imprescindíveis para a compreensão do cotidiano escolar na dimensão da formação docente, no sentido de identificar estratégias e táticas que se desenvolveram nessa instituição educativa, consolidando práticas escolares muito particulares, frente às determinações legais previstas, construindo uma cultura escolar plasmada na memória coletiva do município. Para Certeau (2012) os sujeitos — a partir de suas práticas cotidianas, seus modos de atuação enquanto indivíduos que interagem

socialmente, demarcando sua singularidade e ao mesmo tempo, a pluralidade social que emerge dessa ação — produzem uma cultura cujos elementos passam a fazer parte da sua vida, por meio de uma cultura ordinária, o que indica que os sujeitos são determinados por suas relações sociais.

Desse modo, e com o objetivo de identificar as práticas cotidianas escolares, destacamos os estudos de Bourdieu (2005), cuja intenção era a compreensão sobre as desigualdades sociais e especialmente as desigualdades escolares, tendo como subsídio de análise o conceito de capital cultural. Ressaltamos que o conceito de capital cultural, junto aos conceitos de ‘Campo’ e ‘Habitus’, marcaram fortemente as obras desse autor. Tais conceitos foram úteis ao desenvolvimento deste trabalho.

Entre as contribuições de Bourdieu para o campo da educação, destaca-se a compreensão sociológica de que a escola não é neutra. Embora, formalmente, as instituições de ensino demonstrem proporcionar igualdade de oportunidades a todos, isso pode não se concretizar na prática, de modo a garantir a efetividade dessa suposta igualdade, tendo em vista os diversos mecanismos de poder presentes na legislação e na política educacional, nos currículos, nos métodos pedagógicos e na avaliação escolar, visto que:

Ignorar, como se faz frequentemente, que as categorias recortadas numa população de estudantes por critérios como a origem social, o sexo ou tal característica do passado escolar foram inegavelmente selecionadas no curso da escolaridade anterior, seria impedir-se de ter uma total consciência de todas as variações que fazem aparecer esses critérios. (Bourdieu; Passeron, 2014, p. 95).

Essas proposições foram fundamentais para a análise da estrutura e do funcionamento da Escola Normal Regional Nossa Senhora da Assunção e sua importância por formar professoras e professores que atuariam no município de Guimarães e região. Nesse momento, evidencia-se a necessidade de se analisar, entre outras coisas, as relações entre o ensino, no caso, a formação docente e o campo econômico, uma vez que as instituições de ensino “[...] produzem nos agentes um princípio de autonomia econômica, ao atribuir diplomas que têm, ao mesmo tempo, um valor universal e igualmente intemporal [...]”. (SOUSA, 2015, p. 171).

Destarte, cabe analisar os sentidos da formação docente para os sujeitos envolvidos no processo educativo dessa escola para entender como as interações e mediações foram sendo construídas entre os sujeitos e a realidade social mais ampla, incluindo, aí, o mundo do trabalho e todas as determinações do campo econômico, já que:

O diploma universaliza o trabalhador porque, análogo nesse aspecto à moeda,

transforma-o num trabalhador livre [...] mas cuja competência e todos os direitos correlativos são garantidos em todos os mercados por oposição ao produto da casa que é acorrentado a um mercado porque todas as suas propriedades lhe vêm do cargo que ocupa. (BOURDIEU; BOLTANSKI, 1998, p. 132).

Assim, a força do capital escolar é ampliada quando ela se agrega ao capital cultural da classe dominante que é incorporado e recebe a sanção do sistema escolar, bem como está juridicamente legitimado pelo sistema de ensino. O valor está vinculado à relação entre o diploma e o cargo (SOUSA, 2015).

Além das relações estabelecidas no interior da escola, é interessante perceber as conexões entre os integrantes das missões canadenses e o povo de Guimarães, posto que as aproximações e apropriações desses dois mundos, apesar de complexa, mostrou-se promissora em alguns momentos e tensas em outros.

Ademais, a História Cultural se mostra muito adequada à análise e interpretação acerca do convívio entre maranhenses e canadenses, no município de Guimarães. Como os sujeitos de culturas, hábitos e idiomas tão diferentes se constituíram? A perspectiva da ‘alteridade’ proposta por Darnton (1984) consegue explicar como indivíduos de culturas distintas podem se relacionar.

[...] os antropólogos descobriram que as melhores vias de acesso, numa tentativa para penetrar uma cultura estranha, podem ser aquelas em que ela parece mais opaca. Quando se percebe que não se está entendendo alguma coisa – uma piada, um provérbio, uma cerimônia – particularmente significativa para os nativos, existe a possibilidade de se descobrir onde captar um sistema estranho de significação, a fim de decifrá-lo. (DARNTON, 1984, p. 106).

Dessa forma, o entendimento sobre a ação educativa das missionárias não ficará restrita apenas às ideias e aos fatos baseadas no cotidiano das escolas, mas poderá mostrar os diversos aspectos da vida comunitária, os rituais, os costumes e o entrelaçamento das duas culturas, na perspectiva dos aspectos simbólicos e das práticas discursivas que constituem a substância da vida social e embasam a cultura em todas as suas dimensões.

Para melhor apreensão desse objeto, a opção pela pesquisa qualitativa se justifica, tendo em vista os cuidados que o empreendimento exige, daí a adoção da História Cultural com a abordagem da História Oral. “O trabalho com história oral exige do pesquisador um elevado respeito pelo outro, por suas opiniões, atitudes e posições, por sua visão de mundo. É essa visão de mundo que norteia seu depoimento e imprime significados aos fatos narrados [...]”. (ALBERTI, 2013, p. 32-33).

Desse modo, a História Oral como um dos procedimentos de análise da realidade, busca recuperar os registros do passado através das subjetividades dos sujeitos, além de colocar

em relevo uma metodologia de pesquisa ainda pouco utilizada. Freitas (2006) destaca que há grupos de pesquisadores que não aceitam a História Oral pela seletividade, alegando também a falibilidade das fontes orais. “Esses integram uma tradição historiográfica, centrada em documentos oficiais ou congêneres [...]”. (FREITAS, 2006, p. 35)

Assim também foram priorizados os estudos de Bourdieu (2005); Certeau (2012); Chartier (1990); Elias (2001) e Halbwachs (2006) tendo, como conceitos principais, a representação e a configuração por serem capazes de dialogar com “[...] base nos seguintes tópicos que funcionam como categorias de análise: contexto histórico, práticas educativas, cultura escolar e circunstâncias específicas da criação e da instalação da escola; alunos: origem social, destino profissional [...]”. (BUFFA; NOSELLA, 2013, p. 20).

De igual modo, foram adotados os trabalhos de autores que tratam da história da educação no Brasil, como Castro (2009); Cavalcante (2011); Faria Filho (2000; 2003); Motta (2003; 2008) outros. A pesquisa documental apresentou-se como elemento indispensável para a interpretação das realidades institucionais, temporais e geográficas.

Assim, foram analisados os relatórios de Governadores, as Resoluções, Portarias, Fichas de Matrículas, Propostas Pedagógicas, Regimentos e Grades Curriculares, além da legislação educacional vigente no período investigado e demais elementos que configuram uma escola real, além de jornais e correspondências trocadas entre as diretoras da escola e os órgãos oficiais. No momento seguinte, utilizamos a abordagem metodológica da História Oral para a análise dos testemunhos orais, das memórias de homens e mulheres que, ao narrarem suas vivências e memórias, ressignificam suas histórias (BENJAMIN, 1993).

O registro dessas narrativas é fundamental para a preservação da história da educação do Maranhão e do município de Guimarães, assim como para a história da Igreja Católica e das Missões Canadenses, além de colocar em destaque as Escolas Normais e a formação docente, pois são poucos os trabalhos a abordarem essas temáticas. Nesse ponto, damos destaque para o livro organizado pela Irmã da Assunção, Georgette Desroches; a Dissertação de Mestrado do Prof. Claudeilson Pinheiro Pessoa; as Monografias de Maria de Jesus Fonsêca e de Paula Oliveira Santos.

A pesquisa foi realizada no período de 2018/2019, com três ex-alunos, um homem de 78 anos e duas mulheres, uma de 75 anos e outra de 76 anos, egressos da Escola Normal Regional Nossa Senhora da Assunção, que foram identificados como Entrevistado/a (E1, E2 e E3). Entrevistamos também duas religiosas da Congregação das Irmãs da Assunção, que mesmo não tendo participado da experiência educativa em Guimarães, convivem com a história e ainda atuam no Maranhão, sendo uma canadense e uma brasileira, além de um religioso, o último

Padre integrante da missão de Nicolet ainda residente no Maranhão, desde a sua chegada, no ano de 1958 em Guimarães, atualmente residindo em São Luís e, apesar de aposentado, decidiu permanecer no Brasil, indo ao Canadá esporadicamente. Neste trabalho, foram identificados como Religioso(a) (R1, R2 e R3). As narrativas desses sujeitos nos ajudaram a compreender a história da Escola Normal, assim como as histórias de suas vidas. Sob o ponto de vista de Thompson (1998), a história oral devolve a história às pessoas em suas próprias palavras. E ao lhes dar um passado, ajuda-as também a caminhar por um futuro construído por elas mesmas.

Segundo Nora (1993), memória e história estão longe de ser sinônimos, e é preciso que tomemos consciência de tudo o que as opõe. A memória é a vida, sempre produzida pelos grupos que vivem, e, sob esse aspecto, está em evolução permanente, aberta à dialética da lembrança e do esquecimento, inconsciente de suas deformações sucessivas, vulnerável a todas as utilizações e manipulações, suscetível de longas latências e frequentes reutilizações. Nessa perspectiva, “[...] a história é a reconstrução sempre incompleta e problemática do que não é mais. A memória é um fenômeno sempre atual, um elo vivido no presente eterno; a história uma representação do passado [...]”. (NORA, 1993, p. 98).

Bosi (1994, p. 45) esclarece que “[...] a construção da narração, inscreve-se na subjetividade e estrutura-se num tempo que não é linear, mas num tempo de consciência e de si e das representações que o sujeito constrói de si mesmo [...]”. Com base nesses esclarecimentos, buscamos nas narrativas dos (as) entrevistados (as), assim como na análise documental, pistas sobre as lembranças das experiências da missão educativa das religiosas canadenses em Guimarães.

Pois, como é notório, cabe à pesquisa acadêmica desvelar os acontecimentos históricos, a fim de propiciar uma compreensão sobre o panorama social, econômico e político, como já relacionado. Cabe a ela também refletir sobre as implicações torno do papel do Estado na promoção de políticas sociais e do papel da Igreja Católica, no tocante às questões educacionais e seus reflexos na sociedade, especialmente em regiões pauperizadas, como o Maranhão que se configura como um dos estados mais pobres do país.

Segundo Jucá (2003, p. 85), “[...] as lembranças que guardamos são partilhadas com outras pessoas, revelando aspectos intrínsecos dos grupos sociais nos quais nos envolvemos [...]”. Dessa maneira, os elementos de coleta de dados foram direcionados aos sujeitos envolvidos direta ou indiretamente na implementação e execução do projeto educativo (ex-alunos/as e religiosos/as), permitindo reconstruir o movimento de ação dos sujeitos, bem como suas ações e impressões sobre o trabalho educativo das missionárias.

De acordo com Halbwachs (2006, p. 31), “[...] nossas lembranças permanecem

coletivas e nos são lembradas por outros, ainda que se trate de eventos em que só nós estivemos envolvidos e objetos que só nós vimos [...]”. Mesmo envidando esforços para aproximação com este objeto de estudo, é necessário enfatizar que as análises e os resultados apresentados nesta pesquisa não configuram algo pronto e acabado, tendo em vista que a realidade é dinâmica e, com isso, jamais será apreendida em sua totalidade. O alcançado até aqui foram algumas aproximações e perspectivas a partir de um olhar que se pretendeu investigativo. Assim sendo, a investigação estruturada nesta Tese conta com quatro seções, incluindo a Introdução que ocupa a primeira seção.

Na segunda seção, intitulada **A EDUCAÇÃO NO MARANHÃO COM ÊNFASE NO MUNICÍPIO DE GUIMARÃES**, o objetivo foi situar os processos educativos, especialmente a partir de sua institucionalização, tomando como referência a proposta da educação escolarizada no bojo do projeto que se pretendia reformador e civilizatório na Primeira República, considerando as divergências entre as propostas e sua não efetividade.

Abordamos aqui as ressonâncias e dissonâncias desse projeto para o Maranhão, identificando os atores da organização do ensino no Estado e seus efeitos, principalmente para os municípios, momento em apresentamos um breve panorama dos campos educacional e religioso no Estado, evidenciando o papel da Igreja Católica, por meio de seus intelectuais e suas vinculações com o Poder Público. Lançamos ainda um olhar para a materialização das diretrizes estatais no campo educativo, destacando os efeitos da laicização da educação, considerando a eliminação da religião dos currículos e a suspensão da subvenção às escolas religiosas e seus efeitos para a educação maranhense. Seguiremos apresentando uma caracterização do município de Guimarães na metade do século XX, situando a educação e suas configurações na realidade do município e as razões que culminaram na chegada da Ordem Religiosa canadense Irmãs da Assunção da Santa Virgem.

A terceira seção, intitulada **ENTRE DOIS MUNDOS**: as aproximações entre o Brasil e Canadá, é formada por três subseções: 1) Os Intercâmbios Transnacionais e a face Sociológica da Igreja Católica; 2) As Missões Católicas Canadenses no Maranhão; e 3) A Congregação Irmãs da Assunção da Santa Virgem, a fim de demonstrar em perspectiva histórica, os eventos que ensejaram o reordenamento da Igreja no mundo, com as redefinições das funções sacerdotais e o ressurgimento das missões católicas estrangeiras em solo brasileiro, ocasião em que apresentamos as missões canadenses, suas origens e o carisma educacional da Congregação Irmãs da Assunção da Santa Virgem.

E assim, passamos à quarta seção: **AS IRMÃS DA ASSUNÇÃO E A EDUCAÇÃO EM GUIMARÃES-MA**. Neste ponto apresentamos as frentes de atuação

assumidas pelas religiosas, o que resultou na reorganização de uma Escola Primária; na fundação do Ginásio e da Escola Normal Regional Nossa Senhora da Assunção; na criação da Escola da Fé que visava à formação dos leigos; e na abertura de um Internato para moças. Situamos a configuração da Escola Normal com suas peculiaridades institucionais e sociais. Em seguida, destacamos os depoimentos dos ex-alunos e as análises das representações que eles compartilharam sobre as experiências vivenciadas na referida escola.

Por fim, apresentamos o item de conclusão da pesquisa, na qual os resultados obtidos não são dados fechados, mas abertos a novos olhares e a novas interpretações sobre uma parte da história da educação maranhense e brasileira que vem sendo apagada pelo tempo e pela falta de pesquisas que possam favorecer o conhecimento sobre experiências vividas em meio aos desafios que resistem até o tempo presente.

1.3 As Instituições educativas e a formação docente: breve análise

Os estudos sobre as Instituições Educativas e a Formação Docente vêm ganhando espaço significativo no cenário da história da educação brasileira nas últimas décadas. Assim, os sujeitos, o currículo, as práticas educativas, a cultura material escolar e a arquitetura têm sido temáticas abordadas em diversos trabalhos, nas diferentes regiões do país, mostrando a variedade de sentidos, face às singularidades dessas instituições e os diversos fatores que as caracterizam.

Conforme Nóvoa (1992), a compreensão histórica dos fenômenos educativos é uma condição essencial à definição das estratégias de inovação. Contudo, para que essa inovação seja possível é necessário renovar o campo da História da Educação. Ela não é importante apenas porque nos fornece a memória dos percursos educacionais, “[...] mas, sobretudo porque nos permite compreender que não há nenhum determinismo na evolução dos sistemas educativos, das ideias pedagógicas ou das práticas escolares: tudo é produto de uma construção social.” (Nóvoa, 1992, p. 220).

Segundo Popkewitz (2001), os elementos que configuram as instituições educativas não são meros detalhes, tendo em vista que eles se constituem historicamente e incorporam sistemas de regulação e poder e, por isso mesmo, precisam ser historicizados. Nesse sentido, o campo da História Cultural tem presidido boa parte dessas pesquisas sobre as instituições educativas, pelo viés interdisciplinar com seus diversos conceitos, entre eles o conceito de ‘Representação’, que possibilita a análise dos objetos em sua interação com os aspectos mais concretos da vida humana, desdobrando-se por domínios historiográficos, os mais variados

(BARROS, 2011).

Para Chartier (1990) a noção de representação pode ser utilizada para a compreensão e o funcionamento da sociedade ou definir as operações intelectuais que lhe permitem apreender o mundo. Por isso, defende que há uma boa razão para fazer dessa noção a ‘pedra angular’ de uma abordagem a nível da História Cultural, porquanto:

As representações do mundo social assim construídas, embora aspirem à universalidade de um diagnóstico fundado na razão, são sempre determinadas pelos interesses de grupos que as forjam. Daí, para cada caso, o necessário relacionamento dos discursos proferidos com a posição de quem os utiliza. [...] As percepções do social não são de forma alguma discursos neutros: produzem estratégias e práticas (sociais, escolares, políticas) que tendem a impor uma autoridade à custa de outros, por elas menosprezados, a legitimar um processo reformador ou a justificar para os próprios indivíduos, as suas escolhas e condutas. (CHARTIER, 1990, p. 23).

Desse modo, a formação docente, no âmbito das Escolas Normais, oferece diversas possibilidades de análise. Tanuri (2000) destaca aspectos danosos acerca da criação das Escolas Normais no Brasil, tais como: a precária infraestrutura, associada a um currículo rudimentar; e a frequência reduzida de alunos, assim como a descontinuidade administrativa. Isso para citar alguns dos principais fatores que dificultam a valorização da formação docente. Tal situação perdurou até as primeiras décadas do século XX quando, a partir do Movimento da Escola Nova, o papel das instituições educativas e a formação docente ganharam novos sentidos.

Nesse contexto, localiza-se o movimento de reformulação das Escolas Normais que, a partir de então, assume um viés profissionalizante, especialmente, pela reforma empreendida por Anísio Teixeira, “[...] ocasião em que se propõe a unificação da formação de professores com a proposta de realização em nível superior [...]” (MENDONÇA, 1994, p. 37). Destaca-se também a Lei Orgânica do Ensino Normal, de 1946 (BRASIL, 1946), que possibilitou organicidade por meio das diretrizes gerais para a formação docente em nível nacional:

O curso foi dividido em dois níveis a saber: curso de 1º ciclo, para a formação de regentes, para o ensino primário com duração de quatro anos, que funcionava em Escolas Normais Regionais e cursos de 2º ciclo, para a formação de professor primário, com duração de três anos em Escolas Normais. Quanto aos currículos, nas escolas de 1º ciclo, predominava a formação geral, já nas de 2º ciclo um curso com mais disciplinas profissionalizantes. (ROMANELLI, 2000, p. 164).

As transformações que culminaram com a Lei Orgânica do Ensino Normal revelam os condicionantes históricos que contribuíram para os novos delineamentos acerca da formação docente e com eles a representação social da carreira docente em meio a uma sociedade que se pretendia pautada pelos ideais de modernidade, conformando-se, contudo, aos interesses dos

grupos que assumiam o controle político (SAVIANI, 2004).

Nesse ínterim, na maioria das localidades, diferente dos discursos políticos e da legislação que ia sendo definida, a realidade escolar brasileira permanecia inalterada, com altos índices de analfabetismo, salas de aulas funcionando de forma precária e professores sem a formação adequada para o exercício do magistério. Tais fatores caracterizavam a ausência dos órgãos públicos, reafirmando antigas posturas em que prevalece a falta de compromisso dos dirigentes públicos com a sociedade.

Nessa perspectiva, foi possível a compreensão de diversas questões que envolveram a Escola Normal Regional Nossa Senhora da Assunção, desde a sua criação, suas práticas e o seu cotidiano pelo olhar de quem lá esteve e pelos documentos produzidos referentes ao seu funcionamento, entendendo-se que a “[...] representação não é uma cópia do real, sua imagem perfeita, espécie de reflexo, mas uma construção feita a partir dele [...]”. (PESAVENTO, 2002, p. 40).

Sobre essas particularidades, reitera-se a pertinência da História Cultural, as condições de seu surgimento e as razões de sua pertinência nesta investigação, por meio dos estudos de Pesavento (2002, p. 9), que informam sobre as alterações ocorridas no campo da História, as quais foram motivadas por um conjunto de fatores que incluem “[...] guerras, crises paradigmáticas, bem como a emergência de novos grupos, portadores de novos interesses, o que provocou o esgotamento de modelos e de um regime de verdades e de explicações globalizantes [...]”. Destarte, a nova dinâmica social, com suas diversidades e contradições, evidenciava o declínio dos modelos de análise, ao mesmo tempo em que exigia ‘novas tendências de abordagem do real’. Desse modo:

A presença da História Cultural assinala, pois, uma reinvenção do passado, reinvenção esta que se constrói na nossa contemporaneidade, em que o conjunto das ciências humanas encontra seus pressupostos em discussão. Pode-se mesmo aventar que a História tenha sido uma das últimas ciências humanas a enfrentar essa revisão de pressupostos explicativos da realidade. Mas, quando realizou essa tarefa, produziu mais alarde e contestação. Mais críticas e ataques, de alas de órfãos ou ressentidos, que se julgam abandonados pela Musa, seduzida por uma nova moda. [...] Temos consciência de que o que se chama hoje História Cultural envolve historiadores com posturas bem diversas, como Roger Chartier, Robert Darnton e Carlo Ginzburg. Se todos podem estar trabalhando sobre o que se considera a instância cultural, ou a produção de sentidos sobre o mundo construída pelos homens do passado, há diferenças sensíveis entre eles. (PESAVENTO, 2002, p. 16).

Portanto, investigar uma Instituição Educativa requer o reconhecimento das suas dimensões constitutivas, os seus poderes reais, considerando espacialidades, temporalidades e, sobretudo, as marcas que ela imprimiu nos sujeitos. Juliá (2001, p. 22) afirma que “[...] a cultura escolar desemboca no remodelamento dos comportamentos, na formação do caráter e

das almas que passa por uma disciplina do corpo e por uma direção das consciências [...]”.

A afirmativa acima mostra que a realidade escolar não é neutra e nem estática, considerando a multiplicidade de fatores e determinações que incidem de diferentes formas em um mesmo grupo. Com isso, as renovações historiográficas vêm permitindo a percepção dos elementos que configuram o seu cotidiano, convertendo-a em uma cultura muito particular, com os seus rituais e símbolos, indicando que somente a análise de dados quantitativos e das normas que a regem não são suficientes para contar a sua história.

Popkewitz (2001) coloca como problema, conceitos que no universo do discurso e práticas escolares são considerados como categorias naturais e descritivas da escolarização e sobre as quais é preciso, portanto, se perguntar por que, como e quando se instauraram e se tornaram comuns. Ou seja, é preciso problematizar e redefinir conceitos sobre a escola, a educação, o aluno, o currículo e sua construção histórica, tendo em vista que essas definições formam discursos e linguagens que explicam as coisas e narram os acontecimentos, dando a eles significados. E, desse modo:

A linguagem não se refere apenas a palavras e afirmações. As regras e padrões pelos quais a fala é construída são produzidos em instituições sociais, enquanto as práticas sociais moldam e modelam aquilo que é considerado verdadeiro e falso. Nos sistemas de linguagem estão embutidos valores, prioridades e disposições que são elementos ativos na construção do mundo. (POPKEWITZ, 2001, p. 32).

Segundo Rockwell (2006), a escola não pode ser retratada de modo abstrato, com base na sua existência burocrática, técnica ou política, tomando-a por seus elementos comuns e, assim, descrevendo-a por sua existência homogênea. A autora propõe outro modo de conceber a escola, pensando-a não por ‘dedução’, mas a partir de seu cotidiano com seus sujeitos concretos imersos em histórias locais, regionais, nacionais e internacionais. Por isso, ela adverte sobre a importância da cautela na investigação e sobre a ausência dos acontecimentos diários nos registros documentais.

As vozes dos professores e alunos, o ruído diário das salas de aula e do pátio raras vezes são observados ou ouvidos nos arquivos. Não deixa de ser estranho que a vida cotidiana de uma instituição ligada essencialmente à disseminação da língua escrita esteja tão sistematicamente excluída do registro documental. (ROCKWELL, 2006, p. 12).

Viñao Frago (2008) nos chama a atenção para as relações de poder nas tessituras sociais e na configuração de nosso mundo, de nossos modos de pensar e em nossa cognição, tendo a escola como o ambiente produtor dessas relações e de um tipo de sujeito adequado a certas demandas socioculturais, pois os espaços e tempos escolares ajudam a conformar os

sujeitos, pelos gestos ensinados e aprendidos, pelos comportamentos autorizados, pelas práticas e rotinas que calam fundo em cada sujeito escolarizado.

Ou não foi na escola onde aprendemos a formar filas, a adotar certo tipo de comportamento para sentar, falar, mover-se? Não foi na escola que aprendemos, em países tão plurais culturalmente como o Brasil e a Espanha, as noções de um tipo de nacionalismo que define a nossa brasilidade ou hispanidad? Não foi na escola onde cultivamos formas variadas de disciplina, obediência e hierarquia, que contribuem para definir o lugar que ocupamos no mundo? (VIÑAO FRAGO, 2008, p. 22).

As questões apresentadas pelos autores, próprias do cotidiano das instituições escolares, em diferentes realidades sociais, nos levam a refletir sobre as marcas da cultura escolar e das práticas escolares, compreendendo que elas não são somente forças propulsoras do progresso e do desenvolvimento humano. Daí é preciso pensar também nos modos e estruturas de dominação e submissão, com destaque para o poder, seus sentidos e suas formas de inserção, tantas vezes naturalizados e imperceptíveis nas rotinas das escolas. Importa ressaltar que “[...] a função mais dissimulada e mais específica do sistema de ensino consiste em esconder sua função objetiva, isto é, dissimular a verdade objetiva de sua relação com a estrutura das relações de classe [...]”. (BOURDIEU; PASSERON, 2014, p. 235).

A percepção sobre a função social da escola na garantia do desenvolvimento dos sujeitos e da sociedade não pode prescindir de uma análise sobre as relações que se estabelecem nas relações sociais entre os sujeitos e os objetos, regras e determinações. Assim, a investigação sobre a história das instituições escolares, na perspectiva da História Cultural, forneceram os elementos necessários à compreensão sobre a Escola Normal Regional Nossa Senhora da Assunção e suas articulações com o meio em que estava inserida, buscando entender como as atividades escolares e o cotidiano escolar refletiam os eventos políticos, culturais e sociais de uma época (metade do século XX), o convívio entre sujeitos de culturas distintas, brasileiros e canadenses, a formação docente ofertada, entre outras questões.

Nesse contexto, a formação docente emerge como elemento norteador da Escola, tendo em vista a sua importância social naquele período para a região, considerando o seu pioneirismo na formação de professores, em face da lacuna existente nesse segmento, não somente em Guimarães, mas em todo o país.

1.4 Práticas Educativas

A investigação sobre a Escola Normal Regional Nossa Senhora da Assunção propiciou diversas indagações sobre as práticas educativas adotadas nessa instituição, sobretudo

porque a mesma era espaço de formação docente, além de apresentar algumas particularidades como por exemplo, a coeducação. Nesse sentido, buscamos o auxílio em Certeau (2012), para quem compreender as práticas é compreendê-las como táticas, colocando em cena as estratégias de poder que marcam e demarcam o território em que ocorrem.

Destacamos a emergência da Escola Normal Regional Nossa Senhora da Assunção, no contexto das reconfigurações da Igreja Católica e sua inserção nas áreas sociais, especialmente no campo educacional, e o município de Guimarães como local dessa ação, pela iniciativa das missionárias canadenses da Congregação Irmãs da Assunção da Santa Virgem, cujo carisma é a educação. Essa singularidade foi determinante para que a Congregação assumisse as atividades educativas, sobretudo a criação da Escola Normal Regional Nossa Senhora da Assunção, sendo esta, uma das maiores necessidades do município e da região, haja vista a grande demanda por educação e a falta de professores qualificados para o exercício da docência.

Com isso, importa analisar as práticas educativas utilizadas pelas missionárias religiosas, no âmbito da Escola Normal, considerando a trajetória educacional dessa Congregação, desde a sua fundação no século XIX no Canadá, em um período marcado pelas dinâmicas advindas dos processos de imigração no país. Em face disso, constituiu uma nação multicultural, a partir da recepção, do convívio e dos conflitos com concepções, culturas, crenças e valores externos, ao mesmo tempo em que buscava incluir as suas populações, nomeadamente, as populações ameríndias, dentro da nova configuração de país que se redesenhava naquele momento histórico.

Segundo Durkheim (1979, p. 60), “[...] as práticas educativas resultam todas da ação exercida por uma geração sobre a geração seguinte, com o fim de adaptá-las ao meio social em que esta última está chamada a viver [...]”. Por conseguinte, as práticas educativas deverão representar para os educandos possibilidades de conhecimento que contribuam para o seu desenvolvimento em todas as dimensões da vida, além de favorecer o aprimoramento dos conhecimentos que dizem das dimensões da sua realidade social.

Em se tratando de uma Instituição de Formação de Professores, seu repertório de saberes prescinde de cuidadosa seleção e organização, pois “[...] cada profissão constitui um meio sui generis, que reclama aptidões particulares e conhecimentos especiais, meio que é regido por certas ideias, certos usos, certas maneiras de ver as coisas [...]” (DURKHEIM, 1979, p. 39).

Daí emerge a seguinte questão: Quais saberes consubstanciavam as práticas educativas na Escola Normal tendo como sujeitos dessas práticas, as professoras canadenses,

cujas formações ancoravam-se em experiências contextualizadas em condições culturais pautadas nas transformações sociais globais e os alunos e as alunas de Guimarães e região, cujos conhecimentos referiam-se ao cotidiano simples e seus modos singulares de organização e engendramento de culturas na perspectiva da ancestralidade?

Para Saviani (1991) o estudo das raízes históricas da educação contemporânea nos mostra a estreita relação entre a educação e a consciência que o homem tem de si mesmo, consciência esta que se modifica de época para época, de lugar para lugar, de acordo com um modelo ideal de homem e sociedade.

Certeau (2012, p. 145) alerta, entretanto, que “[...] quando os intelectuais pensam e definem que tipo de educação deve ser seguida pela sociedade e as transmitem para o povo como se este fosse mero receptáculo, trata-se de uma visão de cultura que contrapõe elite e massa [...]”. Ao que concordamos com o autor, compreendendo que as Leis, as Reformas de Ensino e as Políticas Educacionais, pouco consideraram as condições objetivas e os processos de constituição histórica da maior parcela da população brasileira, seus saberes, suas crenças e suas culturas, cujo resultado assim se manifesta:

[...] nossa historiografia privilegia os documentos escritos, isto é, interessa-se somente pela categoria social que é homogênea à dos autores e dos leitores dessa história. Na verdade, 99% da população de que falam nossas histórias não escreve. O discurso historiográfico impõe como história da sociedade uma tautologia que faz com que sempre ‘os mesmos’ (aqueles que escrevem) sejam os autores, os leitores e os privilegiados por esses estudos. Todo o resto é silenciosamente reprimido por esse círculo do ‘mesmo’. (CERTEAU, 2005, p. 157).

É nessa perspectiva que tentamos elucidar em que medida as práticas educativas contribuíram para a formação do sujeito autônomo e consciente de suas possibilidades de transformação de si e de seu meio social, por meio dos conhecimentos científicos apreendidos e das práticas de convívio democrático, com o reconhecimento e a valorização da cultura local e suas implicações nos processos de construção de conhecimento, através da participação ativa em atividades escolares e extraescolares em que se evidenciam aspectos da vida real, já que esses alunos estavam inseridos em uma realidade social adversa aos processos educativos formais.

Ao entrevistarmos uma religiosa, integrante da Congregação Irmãs da Assunção, procuramos identificar de que modo os saberes e concepções que elas dispunham sobre sociedade, homem e educação, e os saberes desses alunos se entrecruzavam nos percursos das práticas educativas e como tais saberes e práticas se manifestavam para além da escola e qual suas repercussões no conjunto mais amplo da sociedade. Eis a resposta:

Nasci no norte do Ontário, numa sociedade onde a preocupação pela educação ocupa um grande espaço e assim é em todo o Canadá. Só lembrar das circunstâncias da fundação da nossa Congregação e da vinda das Irmãs da Assunção para o Brasil, para saber o que significa a educação para nós. A prioridade sempre foi educar para o desenvolvimento do ser humano. No Canadá, no Burundi ou no Brasil, em condições adversas ou não, o nosso compromisso sempre foi com o crescimento e a autonomia da pessoa.

Quanto às práticas educativas, sempre valorizamos o modo como o aluno se apresenta, as suas vivências e os seus desafios; os conteúdos jamais podem ser dissociados da condição em que se encontra o aluno e não fazemos essas constatações de modo aleatório. Basta verificar nesses documentos antigos que você recolheu sobre a escola, para comprovar que a formação acadêmica e cultural é muito cara à nossa Congregação. Passamos por Universidades renomadas do Canadá, mas não ficamos apenas nisso. As pioneiras, ao chegarem no Brasil buscaram compreender a organização do ensino; procuram saber como as teorias de ensino eram aplicadas e como poderiam adaptá-las na Escola. Pois a articulação entre saberes teóricos e saberes populares exigem permanente formação, para evitar correr riscos de um esvaziamento da dimensão cognitiva do ensino, restringindo-a à reprodução do senso comum.

Dentro da nossa formação, os estudos sobre Artes, História, Antropologia, Sociologia, Filosofia e Psicanálise, foram fundamentais para os trabalhos educacionais que desenvolvemos em diferentes lugares pelo mundo. Isso se traduz em práticas educativas e impactou muito em Guimarães, pois as manifestações populares eram valorizadas, assim como todo o cotidiano da população. Quando eu cheguei ao Brasil, as atividades em Guimarães já haviam sido encerradas, mas tudo foi registrado e essa história se renova com a união e amizade que permanece em nós. (informação verbal)⁴.

Observa-se o quanto as práticas educativas, traduzidas no ambiente escolar por meio dos elementos do lugar, foram determinantes para que a escola viesse a ocupar espaço para além da sua estrutura física. Percebe-se como os modos de vida dos sujeitos puderam ser reconhecidos, a partir das manifestações culturais, “[...] concebendo que o lugar dos sujeitos, o lugar social de sua fala, circunscreve o que pode dizer e fazer [...]” (CERTEAU, 2005, p. 152).

A Escola Normal sempre chamou atenção de todos desde que foi fundada. Mas posso dizer que apesar de não ter sido criada por brasileiros, ela foi quem melhor soube interpretar as necessidades existentes ali naquela realidade e soube fazer a transposição dos conteúdos que não estavam prescritos nos currículos, pelas práticas de ensino, transmitindo conhecimentos tão necessários para a vida porque estavam vinculados ao mundo real, seja de homens ou mulheres, através dos temas abordados, onde se problematizava os assuntos. Compreendendo que somos constituídos por nossas ações e por isso mesmo não se pode perder de vista os ideais de justiça e solidariedade. Fomos ensinados a compartilhar decisões, a falar, a ouvir em bases igualitárias e respeitadas. (informação verbal)⁵.

Dessa maneira, a arte do ensino e o ofício de professor residem no que Certeau

4 Informação fornecida pela religiosa (R1) da Congregação das Irmãs da Assunção entre os anos de 2018 a 2019.

5 Informação fornecida entre os anos de 2018 a 2019, pela ex-aluna 2 (E2) egressa da Escola Normal Regional Nossa Senhora da Assunção.

(2012) convencionou chamar as ‘artes do fazer’, isto é, as regras operatórias que nascem da experiência, no permanente contato com as pessoas e as coisas. Isso certamente favoreceu aos alunos, futuros professores, novas formas de apropriação e transmissão de conhecimentos para o exercício de suas funções docentes.

Lahire (2004) destaca as complexas teias que constituem o indivíduo, imprescindíveis para a compreensão do homem plural, a partir das condições sócio-históricas que norteiam a sua existência, considerando que o social não se reduz ao coletivo ou ao geral, mas marca sua presença nos aspectos mais singulares de cada indivíduo. Com estas ponderações, adentramos a escola, tendo como fio condutor de observação, a cultura escolar produzida e implementada nesse ambiente e seus reflexos na subjetividade dos indivíduos.

1.5 Cultura Escolar

Os estudos sobre o ambiente escolar e suas particularidades, vem sendo prestigiados na história da educação brasileira das últimas décadas, com múltiplas temáticas que evidenciam o panorama da cultura escolar e suas articulações com o conjunto da sociedade, principalmente no contexto de constantes transformações sociais para as quais a escola é requerida a contribuir para a efetivação de diferentes projetos por meio da formação das novas gerações.

Para Bauman (2005) a cultura é um agente de ordem que dá coesão à vida social e, como relato moral, introduz um certo ethos na realidade, marca que tende a permanecer. Mas também a cultura é uma fonte de desordem, sensível às expectativas de mudanças emergentes, suscitadas pelo mundo da vida em que ela opera, inclusive aos dinamismos endógenos de sua própria evolução.

Segundo Escolano Benito (2017), a escola, vista na perspectiva sócio-histórica, é uma construção cultural complexa, gestada em um contexto no qual operam intenções que são também culturais, as quais produzem ao mesmo tempo, outras modalidades de cultura, tornando ainda mais complexas as relações entre escola e cultura.

Portanto, cabe analisar as diferentes dimensões da cultura escolar, considerando a diversidade de abordagens utilizadas na sua definição, e, sobretudo, “[...] eliminar as dicotomias entre cultura popular e cultura erudita, cultura científica e não científica, concebendo a cultura como patrimônio e expressão da práxis e das práticas coletivas [...]”. (MORIN, 2009, p. 54).

Dessa maneira, as práticas culturais podem dar aos sujeitos a capacidade de romper fronteiras e compartimentos vigentes entre os saberes que historicamente reduziram esses

sujeitos a meros reprodutores de estruturas formais a-históricas, com pouca ou nenhuma correspondência com a vida prática. Por meio de seus artefatos, a escola “[...] pode possibilitar a superação da arrogância do sujeito, para que floresça e se efetive a política da civilização [...]”. (MORIN, 2009, p. 61).

Ao abordar a educação complexa, Morin (2009) afirma que é preciso pensar a educação como atividade humana cercada de incertezas e indeterminações, mas também comprometida com os destinos de homens e mulheres que habitam a Terra e que, por isso mesmo, se integram de diferentes modos e em diferentes momentos, sabendo-se que a escola pode contribuir com processos de educação éticos e livres para que ocorra essa integração.

Compreendendo o currículo como instrumento dessa integração, é preciso refletir sobre as ambiguidades presentes na natureza do currículo, tomando-o como dispositivo de regulação social, mas também lhe atribuindo novos significados, no sentido de abrir novas possibilidades. Considerando que o sujeito é uma construção histórica, e o currículo é constituído por contingências históricas, é possível repensar o currículo para além do caráter prescritivo das reformas educacionais que nem sempre tomam os sujeitos nas suas particularidades.

Nessa direção, Escolano Benito (2017) aponta como recurso para novas possibilidades de pensar o currículo, as experiências como mecanismo que coloca as culturas escolares em interação, fazendo emergir novas sociabilidades na perspectiva da educação patrimonial, vista por esse autor como a forma de aprender com o mundo e a cultura que construímos.

Aprender pela experiência em termos históricos, é sustentar a educação patrimonial na lógica da prática. Como historiadores, algumas vezes, temos nos alienado, forçando a leitura e a interpretação das fontes disponíveis, em busca de réplicas institucionais dos modelos teóricos ou das propostas normativas que intentaram regular, por intermédio de discursos e leis, a vida real das instituições educacionais. [...] Certamente, essas culturas externas à escola – a acadêmica e a normativa – influíram na configuração institucional do mundo educativo da experiência, encarnando-se historicamente em determinadas formas de organização da ação educativa e nos hábitos docentes. (ESCOLANO BENITO, 2017, p. 92).

Dessa maneira, a educação patrimonial pressupõe uma revalorização das coisas e da tecnologia como formas de expressão das práticas materiais dos sujeitos, o que implica um novo reconhecimento da cultura material como criação, permitindo às pessoas aprenderem acerca de si mesmas através das coisas que elas produzem ou produziram, dos materiais escolares, dos símbolos e seus significados.

Destarte, é preciso revisitar os utensílios da escola, analisar a história das peças,

instrumentos e a forma como elas estão dispostas na escola, sobre quais saberes elas informam, a qual período estão ligadas e como se ligam às tradições.

Giddens (2005) afirma que as condutas e os símbolos que sobreviveram por um longo tempo o fizeram por algum motivo, muito provavelmente porque respondiam a necessidades individuais ou coletivas de algum tipo, ou seja, porque se fizeram necessárias. Assim, todos “[...] deveríamos nos tornar conservadores e recuperar algumas tradições que possam ser canalizadas como fontes de solidariedade (festas, rituais e outras práticas de memória) que reforcem a constituição do legado histórico das sociedades, dos sujeitos e dos coletivos [...]”. (GIDDENS, 2005, p. 89).

Nesse sentido, foi possível perceber que a cultura da Escola Normal Nossa Senhora da Assunção vem sendo, de alguma forma, salvaguardada pelos sujeitos que a construíram, por meios de celebrações, encontros festivos, troca de correspondências e sinais que evocam a sua materialidade e, sobretudo, o quanto esses encontros são de grande valia na atual fase da vida desses ex-alunos, conforme mostra este depoimento:

Apesar da minha idade (76 anos), as atividades realizadas na escola ainda estão vivas em minha memória, foram momentos de grande importância que definiram nossas carreiras profissionais e toda a vida. Tudo o que aprendemos foi muito importante, com isso me tornei uma professora consciente do meu papel para a formação dos meus alunos e para a sociedade. É sempre uma alegria recordar esse tempo bom da minha vida, os encontros que são realizados, rever antigos colegas. Mas o melhor de tudo é constatar o sucesso de todos nós, pois fomos assumindo os lugares, seja na profissão docente, na política e na vida cultural do município de Guimarães. O 15 de Agosto é um dia solene para todos nós, comemoramos com festa a data da fundação da escola, é o encontro de gerações. (informação verbal)⁶.

As festividades e os encontros são mantidos pelos ex-alunos da Escola Normal Regional Nossa Senhora da Assunção, em Guimarães ou em São Luís. Nesses momentos eles rememoram os acontecimentos vivenciados na escola, realizam homenagens, comemoram a fundação, compartilham com seus familiares e amigos as experiências e as lembranças da Escola.

Figura 1 - Placa alusiva ao Jubileu de Ouro da escola Nossa Senhora de Assunção

6 Informação fornecida entre os anos de 2018 a 2019, pela ex-aluna 3 (E3) egressa da Escola Normal Regional Nossa Senhora da Assunção.



Fonte: Blog Vimarense (2019).

Figura 2 - Aroda de dança



Fonte: Blog Vimareense (2019).

Figura 3 - Discurso dos ex-alunos às Irmãs da Assunção



Fonte: Blog Vimareense (2019).

As imagens acima mostram as festividades do Jubileu de Ouro da Escola Normal Regional Nossa Senhora da Assunção, ocorrido em 2007, em Guimarães. O evento reuniu ex-alunos que residem em diferentes partes do Brasil e contou com a presença de algumas religiosas que vieram do Canadá. Esclarecendo que somente três religiosas remanescentes dos grupos que trabalharam na escola, na década de 1960, estiveram nesse evento, a saber: Julliette Filliaultraut, Rita Larochelle e Eileen Pratt.

Muitas religiosas já faleceram, assim como os Padres que participaram da Missão Canadense. Mesmo assim, os sinais das práticas dessa escola se mantiveram no tempo, por meio dos rituais e tradições que foram guardados nas memórias dos sujeitos e se expressam de diferentes formas.

Segundo Foucault (2006), a arqueologia do saber se gera quando dispomos os restos e documentos em séries inteligíveis que sugerem enunciados e podem dar origem a formações discursivas. Em função disso, a cultura empírica da escola, configurada nas práticas produzidas em um determinado tempo e lugar, em um espaço e seu contexto, ficou registrada em seus elementos arqueológicos, materiais e intangíveis, os quais podem ser rastreados em fontes variadas.

Nesse sentido, reiteramos a pertinência da utilização de diferentes fontes, a fim de

encontrar os registros documentais, iconográficos e orais sobre a Escola Normal Regional Nossa Senhora da Assunção, mas, sobretudo, a sua imaterialidade cultural que vem sendo reconfigurada pelas subjetividades de seus sujeitos.

Conforme Bruner (2001), a cultural é um conjunto de ferramentas para lidar com o mundo, por ser esta, “[...] um modo de lidar com os problemas humanos: as transações humanas de todo tipo, representadas em símbolos [...]” (BRUNER, 2001, p. 99). Disso, depreende-se o quanto as experiências vividas na escola, permanecem, de variadas formas, nas trajetórias dos sujeitos, assim como no ambiente, apesar de suas transformações.

Decorridos sessenta anos da sua fundação, a Escola Normal Regional Nossa Senhora da Assunção, é um símbolo vivo que atravessa os anos integrada à vida do município e de seus habitantes, por meio de festas, encontros e os rituais que reafirmam a sua existência. As principais escolas das redes municipal e estadual, respectivamente, a Unidade de Educação Básica Nossa Senhora da Assunção e o Centro de Ensino Médio Nossa Senhora da Assunção, seguem conduzindo o legado iniciado pela Congregação das Irmãs da Assunção da Santa Virgem, com a colaboração dos demais missionários canadenses e a comunidade local.

Dessa forma, o município de Guimarães guarda as memórias de um período marcante da sua história educacional e cultural, inserindo-as, paulatinamente, no seu constante movimento de construção e reconstrução, ocasião em que o passado subsidia o presente e guia o futuro. Nesse sentido, é importante conhecer os aspectos históricos, políticossocioculturais do município para que se compreenda a importância da Escola Normal Regional Nossa Senhora da Assunção.

2 A EDUCAÇÃO NO MARANHÃO, COM ÊNFASE NO MUNICÍPIO DE GUIMARÃES

[...] todo amanhã se cria num ontem, através de um hoje [...]. Temos de saber o que fomos, para saber o que seremos. (FREIRE, 1999, p. 25)

As palavras de Freire (1999) propiciam uma reflexão sobre o constante devir, próprio do desenvolvimento humano, tendo a educação como eixo principal para a sua concretização, tal como consagrada desde o surgimento da sociedade moderna, visto que “[...] é a escola como instituição encarregada de promover o processo educativo sistemático que formará o cidadão apto a participar da vida em sociedade, compreendendo e atuando em todos os setores [...]”. (SAVIANI, 2016, p. 4-5).

Esta seção aborda aspectos do percurso da educação no Maranhão, tomando como base a conversão da educação como questão de interesse público e o Estado como provedor da organização, criação e manutenção de escolas no território brasileiro. Evidencia-se, de forma breve, o modo como a política pública educacional em âmbito nacional foi sendo delineada em diferentes momentos da História do país, até o final da década de 1960. A referida análise visa à caracterização do objeto de estudo, favorecendo, desse modo, a compreensão sobre os rumos da educação no município de Guimarães/MA.

Segundo Fonsêca (2006), durante um longo período, não havia como tratar de uma política educacional na realidade brasileira considerando que a educação ainda não era vista como uma responsabilidade do Estado, mas sim da família e da Igreja. Sobre esse assunto, os estudos de Saviani apontam os primeiros indícios de organização da educação no país:

As relações entre Estado e Educação no Brasil remontam às origens de nossa colonização. Quando os primeiros jesuítas aqui chegaram em 1549, chefiados pelo padre Manoel da Nóbrega, eles cumpriam mandato do Rei de Portugal, D. João III, que formulara, nos “Regimentos”, aquilo que poderia ser considerado a nossa primeira política educacional. A partir daí foi elaborado o plano de ensino de Nóbrega dirigido tanto aos filhos dos indígenas como aos filhos dos colonos portugueses. Tal plano foi logo suplantado pelo plano geral dos jesuítas, a “Ratio Studiorum”, com o que se privilegiou a formação das elites centrada nas chamadas “humanidades” ensinadas nos colégios e seminários que foram sendo criados nos principais povoados. O ensino jesuíta então implantado, já que contava com incentivo e subsídio da coroa portuguesa, constituiu a nossa versão da educação pública religiosa”. (SAVIANI, 2016, p. 4-5).

Faria Filho e Vidal (2000, p. 21) recordam que o período colonial nos legou um número muito reduzido de escolas régias ou de cadeiras públicas de primeiras letras. “Com professores nomeados pelos órgãos de governos responsáveis pela instrução pública, essas

escolas funcionavam em espaços improvisados como igrejas [...] ou na própria residência dos mestres [...].”

Apesar das diversas tentativas, no intuito de reverter a situação de desorganização em que se encontrava a instrução pública, os obstáculos tornaram-se intransponíveis, pois “[...] a necessidade de instruir o povo, no entanto, reverberava na falta de homens preparados para assumirem as funções do próprio poder público bem como ensinar. [...]” (PINHEIRO, 2008, p. 16).

No século XIX, emerge a questão da expansão da escolaridade elementar como pilar de uma futura cidadania, pressuposto essencial para a formação das modernas nações. Traços dessa modernidade na formação da nação brasileira aparecem na Constituição de 1824 e no Decreto-Lei de 15 de outubro de 1827, que institucionalizaram a educação, com a obrigatoriedade da criação, pelo Poder Público, de escolas em todas as cidades e vilas.

Gondra e Schueler (2008) afirmam que a invenção do Brasil e da escola constituem faces de uma mesma moeda, ou seja, integram o conjunto de ações articuladas no processo de formação do Estado Imperial. A educação esteve na pauta de diversas estratégias e discussões como elemento essencial para o desenvolvimento da moderna nação que se pretendia instaurar. Porém, o que mais mereceu destaque foi a constatação da insuficiência do povo brasileiro para o exercício de uma cidadania nos moldes europeus.

Com o advento da Primeira República (1889-1930), o conceito de insuficiência do povo brasileiro ganhou amplitude nos debates políticos e nas análises sociológicas. Vianna (1933), ao analisar os traços históricos da constituição da sociedade brasileira e suas instituições políticas, identificou tipos característicos da formação social, tomando como referência os fatores geográficos, culturais e biológicos, evidenciando as peculiaridades do Brasil e dos brasileiros, frente aos demais povos, e chamou a atenção para a necessidade de reconsiderarem os pressupostos históricos relacionados à conformação das instituições políticas e da organização social do país. Compreende-se, assim, as instituições políticas e a formação do povo brasileiro, a partir das especificidades regionais, particularmente, tendo por base a estrutura da grande propriedade rural e o domínio senhorial.

Por conseguinte, ao se avaliar a educação na Primeira República, é necessário incluir esses condicionantes, considerando a alta expectativa conferida à educação que, naquele contexto de constituição da nação, pautada nas ideias de controle e modernização social, despontava como a solução para todos os problemas. Contudo, isso não poderia se converter em realidade, tendo em vista as condições insuficientes para sua efetividade.

Vale ressaltar que os principais pilares necessários à sustentação da educação

mostravam fragilidades: de um lado, uma população em situação de degradação social; de outro, as tentativas de transposição de modelos educacionais externos, sem nenhuma correspondência com o cenário brasileiro, o que evidenciava a necessidade de harmonização entre a forma de organização e as configurações da realidade, conforme denota Carvalho (2003, p. 13):

Referido às populações brasileiras, proliferava em signos de doença, do vício, da falta de vitalidade, da degradação e da degenerescência. O trabalho é nessas figurações, elemento ausente da vida nacional. As imagens de populações doentes, indolentes e improdutivas, vagando vegetativamente pelo país, somam-se às de uma população urbana resistente ao que era entendido como trabalho adequado, remunerado e salutar.

Nessas condições, caberia à escola a tarefa de educar e civilizar a população, entendendo a educação como instrumento de regeneração social, em sintonia com os discursos em favor do ideário higienista vigente que, naquela ocasião, visava à implementação de hábitos coerentes com os princípios civilizatórios, não apenas referidos aos aspectos dos corpos, mas dos espaços públicos e privados, como sinal do progresso almejado.

Para tanto, as escolas também deveriam refletir os sinais de modernidade e civilidade. Desse modo, nos anos iniciais da República, o sistema de ensino foi se consolidando como um sistema de homogeneização cultural da nação, alcançando parte significativa das camadas populares, pois urgia a necessidade de um novo modelo de escola que atendesse aos propósitos de uma nação disciplinada e produtiva. Nesse contexto, a proposta dos Grupos Escolares representou uma inovação no campo educacional por suas características administrativas, culturais e arquitetônicas, que visavam à implantação de uma consciência educativa coerente com as transformações em curso (FARIA FILHO, 2003).

Os Grupos Escolares deveriam obedecer a uma dinâmica capaz de proporcionar aos educandos, além da escolarização, novas formas de sociabilidade, o que exigia completa reestruturação da escola, visto que seus objetivos buscavam uma permanente articulação com setores da sociedade. Para tanto, seus espaços e seu funcionamento deveriam atender a tais exigências. Assim é que:

Os defensores da escola e de sua importância, no processo de civilização do povo, tiveram de lentamente, apropriar, remodelar, recusar tempos e espaços, conhecimentos, sensibilidades e valores próprios e tradicionais da educação. Mas não apenas isso, a escola teve também de inventar, de produzir o seu lugar próprio, e fez também, em íntimo diálogo com outras esferas e instituições da vida social. (FARIA FILHO, 2003, p. 136).

De acordo com Cavalcante (2011, p. 31), “[...] a instrução pública figurava como condição de construção da nação que se fazia federada e descentralizada, delegando aos

governos estaduais a responsabilidade pela edificação da escola [...]”. Assim, a materialização do projeto da moderna nação foi sendo inviabilizada em algumas regiões do país, não só pela falta de recursos, mas também por outras questões que foram surgindo no âmbito da Primeira República.

No Maranhão, os ares dessa renovação pouco alteraram o cenário educacional dominado por inúmeros obstáculos, entre os quais, as estruturas de poder, nomeadamente o poder político. E apesar de esse Estado ter sido um dos pioneiros na implantação de Grupos Escolares (1903), isso não representou avanços no ensino primário, tendo em vista que “[...] a principal causa das deficiências e da desqualificação do ensino primário no Estado era, sem dúvida, o descompromisso do poder público com a questão da educação [...]”. (SALDANHA, 2008, p. 143).

Andrade (1984, p. 98) refere-se a um quadro desolador na instrução pública maranhense, quando da Proclamação da República, pois as condições para a concretização do projeto educativo permaneciam iguais àquelas que vigoravam no período anterior, “[...] com novos agravantes, tais como as lutas políticas e competições suscitadas pelo novo regime [...]”.

Nesse sentido, Motta (2003) destaca que a primeira década do período republicano constituiu um período de transição, onde se identificaram algumas transformações como, por exemplo, o processo de descentralização política, através da formação de um sistema representativo e da instituição do federalismo. Essas mudanças, ocorridas no âmbito da sociedade civil, refletiam, por sua vez, alterações na infraestrutura econômica com a remodelação das relações de trabalho e a introdução do trabalho livre. Com isso:

O reflexo da situação da infraestrutura econômica, decorrente das mudanças na ordem política e o realinhamento oligárquico impuseram o surgimento de novas lideranças, a expansão do funcionalismo público, a fim de promover a organização administrativa do Estado, foram fatores que aglutinados, ocasionaram alterações na estrutura da sociedade maranhense e, por conseguinte, na estrutura educacional. Daí o primeiro ato do legislativo concernente à Instrução Pública foi a organização do Ensino no Estado (Lei n.º 56, de 15 de maio de 1893), posteriormente, a organização da Instrução Pública (Lei n.º 119, de 2 de maio de 1895). Mas não foram suficientes para atender a demanda por educação, não só naquele momento, quanto muito tempo depois. (MOTTA, 2003, p. 93).

No bojo dessas mudanças, cujo objetivo era a organização do Ensino no Estado do Maranhão, estavam as reformas educacionais realizadas durante a primeira década republicana, na tentativa de promover o desenvolvimento do Estado como mostram os estudos de Saldanha (2008), que destaca a Reforma José Tomaz de Porciúncula (Decreto n.º 21, de 15 de abril de 1890). Essa reforma estabelecia a gratuidade, facultatividade e a liberdade de ensino e dividiu o ensino em primário, secundário, técnico ou profissional, onde as técnicas adotadas no

aprendizado dos alunos era empregada aleatoriamente, não havendo consistência nos conteúdos ou qualquer organização sistematizada no currículo.

Enquanto na Reforma Lourenço Sá (Decreto n.º 94, de 1 de setembro de 1891), o ensino primário (livre, laico e gratuito) foi instituído como obrigatório, na Reforma Cunha Martins (Lei n.º 56, de 15 de maio de 1893), o ensino público foi dividido em primário, normal, secundário, profissional, técnico e superior, e o ensino primário foi declarado como facultativo. Já a Reforma Benedito Leite (Lei n.º 119, de 2 de maio de 1895) trouxe novamente a obrigatoriedade do ensino primário.

Apesar das iniciativas previstas nas reformas, por meio de Leis e Decretos, e da preocupação com a preparação do povo com vistas à adequação às exigências do novo regime, as mudanças não foram efetivadas devido a motivos políticos, econômicos e pela absoluta falta de estrutura para a consecução do projeto reformador. Em decorrência, o que se percebeu nas primeiras décadas da República foi o crescimento do número de analfabetos no estado do Maranhão. Apesar de o ensino público primário, no início do período republicano, ter sido organizado conforme os regulamentos das províncias - sendo o ensino elementar no interior do Estado e integral nas cidades -, os efeitos desta organização foram pouco perceptíveis.

No interior, o ensino primário foi resumido às disciplinas básicas, sendo elas: leitura, recitação, ortografia, as quatro operações aritméticas, gramática elementar, lições de coisas, noções de História e Geografia brasileira, Educação Moral e Cívica, e prendas domésticas para as meninas. Nas cidades apresentava um nível mais elevado, além de certo rigor. As disciplinas eram: Música, Ginástica, Desenho, Física, Química, Geografia do Brasil, História Natural, Redação, Aritmética Prática e Comercial. (MARANHÃO, 1896).

Mesmo sem avanços significativos no campo educacional maranhense, tendo em vista os motivos anteriormente elencados, cabe destacar que, na primeira década da Primeira República, ao lado das tentativas de organização do ensino, houve também reformas e instalação de algumas instituições de ensino na capital, São Luís, como descreve Martins (2006): a Escola Normal (1908), o Liceu Maranhense (1893), a Escola Modelo (1896), a Biblioteca Pública (1898) e a Escola de Música (1902).

De igual modo, faz-se necessário ressaltar os sujeitos que estiveram à frente da reestruturação do ensino no Estado, esclarecendo que, no caso maranhense, prevaleceu a afirmativa de Nagle (1998), ao identificar que o campo pedagógico era tratado por homens públicos e intelectuais que, ao mesmo tempo, eram educadores.

Tal constatação se adequa ao Maranhão, onde se destacam, entre outras, as presenças de: Antônio Baptista Barbosa de Godóis (advogado), Almir Nina (médico), Benedito

Pereira Leite (advogado), Antônio Francisco Leal Lôbo (bibliógrafo e poeta), Aquiles de Faria Lisboa (médico), Antônio Lopes da Cunha (advogado), Manuel Fran Paxeco (diplomata) e Urbano Santos da Costa Araújo (advogado). Esses senhores estiveram à frente da Instrução Pública do Estado, direção de escolas, notadamente aquelas localizadas na capital (Escola Normal, Liceu e Escola Modelo), movimentos culturais e cargos públicos no exercício de mandatos políticos.

Eles faziam parte de uma elite intelectual que pode ser compreendida por meio de pressupostos teóricos de Bourdieu (2005, p. 112), correspondente à “[...] construção do habitus como sistema de disposições socialmente construídas que, enquanto estruturas estruturadas e estruturantes, constituem o princípio gerador e unificador do conjunto das práticas e das ideologias características de um grupo [...]”.

Além disso, é preciso recordar alguns dos antecedentes históricos que explicam a presença desses intelectuais na cena educacional maranhense no início da República, ou seja, a incumbência pela reforma social via educação era pensada por uma elite que havia sido preparada não apenas para executar as tarefas demandadas pelo contexto de grandes transformações, mas também para garantir a manutenção do seu grupo, por meio da cultura ilustrada que deveria compor alguns espaços, dirigidos a certos grupos e categorias, que não representavam a grande massa, considerando que:

Elemento poderoso de unificação ideológica desde a elite imperial foi a educação superior. E por isto três razões. Em primeiro lugar, porque quase toda a elite possuía estudos superiores, o que acontecia com pouca gente fora dela: a elite era uma ilha de letrados num mar de analfabetos. Em segundo lugar, porque a educação superior se concentrava na formação jurídica e fornecia, em consequência um núcleo homogêneo de conhecimentos e habilidades. Em terceiro lugar, porque se concentrava, até a Independência, na Universidade de Coimbra e, após a Independência, em quatro capitais provinciais, ou duas se considerarmos apenas a formação jurídica. (CARVALHO, 2013, p. 65).

A configuração ilustrativa do lugar social dos intelectuais destaca os intelectuais católicos e políticos que estiveram à frente da Instrução Pública no Estado e das escolas mais representativas, assim como a chefia do Executivo estadual. Nesse caso, são citados: Benedito Leite (governador, de 1906 a 1908) e Urbano Santos da Costa Araújo, nascido no município de Guimarães, governador do Maranhão (1914 a 1918) e vice-presidente do Brasil (1918 a 1922). A posição de ambos pode explicar a concentração das ações voltadas à educação para a capital, deixando a maior parte dos municípios maranhenses à margem dos processos oriundos das reformas educacionais durante o período republicano, tendo em vista os inúmeros obstáculos decorrentes da ausência de infraestrutura adequada para a instalação de escolas.

Dessa forma, destacamos os registros encontrados no Arquivo Público do Maranhão, por ocasião desta pesquisa, que revelam aspectos referentes à estrutura e a organização do Estado sobre a educação, em alguns momentos da História, em relação ao município de Guimarães. Aspectos esses que configuraram o cenário educacional antes da chegada da Missão Canadense. Para tanto, faremos uma breve apresentação dos aspectos sociais, culturais e econômicos, políticos e educacionais do município.

2.1 GUIMARÃES: um município bicentenário na região norte do Maranhão

O processo de ocupação e colonização do Maranhão decorreu de diferentes fatores, com destaque para as grandes navegações e a estruturação do comércio mundial. O Estado apresenta acentuadas diferenças regionais, causadas por diversas determinações, como as condições naturais, o povoamento, assim como os seus aspectos sociais, culturais, econômicos e políticos. Com o objetivo de melhor apresentar, de modo breve, as dinâmicas e peculiaridades do município de Guimarães, situado na região norte maranhense, recorreremos à formação socioespacial, categoria de análise proposta por Santos (1996), que enfatiza a importância das articulações entre as estruturas sociais e espaciais, a fim de propiciar a correta noção da realidade investigada, compreendendo-a a partir de uma relação de permanente interligação entre sociedade e território.

O município de Guimarães foi fundado na condição de vila em 1758 e está localizado na Área de Proteção Ambiental (APA), Reentrâncias Maranhenses, onde há um potencial turístico com a chamada 'Floresta dos Guarás'. A cidade conta com um acervo arquitetônico colonial conservado. Sua economia é resultado das atividades primárias: a agricultura, a pesca e a pecuária, com destaque para a produção de arroz, feijão, mandioca e milho (IMESC, 2018).

O município teve origem em terras habitadas por índios Tupinambás, às margens da baía de Cumã, região contígua à Tapuitapera (atual município de Alcântara) e importante rota marítima entre a Europa e São Luís, capital do Estado. Essas terras se tornaram prósperas pela abertura do caminho ligando Alcântara, no Maranhão a Belém, no Pará (SANTIAGO, 2015).

No trecho daquela estrada, o alcantarense João Teófilo de Barros inaugura a fazenda Guarapiranga, na antiga aldeia de mesmo nome, cujo desenvolvimento beneficia-se da localização estratégica proporcionada pela ligação estabelecida entre o Maranhão e o Pará. Anos mais tarde, em testamento, a fazenda é doada a seu filho José Bruno de Barros.

Viveiros (1999) afirma que as famílias alcantarenses seguiam o modelo patriarcal, com forte sentimentalismo e exaltação à raça e aos valores lusitanos. Dessa forma, acumularam patrimônio de significativa envergadura, composto por escravos índios e negros, roças, fazendas, alqueires de farinha, gado, etc. Sobre a elevação da Fazenda Guarapiranga à condição de Vila, destacamos dados de sua fundação, conforme Resenha dos Autos de Vereação da Villa de Guimarães (1761-1778).

Auto de fundação e posse da Villa denominada Guimaraenz, e elevada a este predicamento do citio e lugar de Guarapiranga, na forma que ao diante se segue. Anno de nascimento do Nosso Senhor Jesus Cristo de mil setecentos e cincoenta e oito annos nesta fazenda e lugar de Guarapiranga no Cumam, Comarca da cidade de São Luiz do Maranhão aonde presente se acha o Ilustríssimo Senhor Gonçalo Pereira Lobato e Souza, Governador da mesma Capitania pela qual foi proposto que visto se achar o dito lugar adiantado, estabelecido com muytas casas e moradores formalmente arrumados, e abrigos de olaria, e por isso em termos de se achar a Villana forma das ordens de Sua Majestade Fidelíssima e mais quando é bem notório o grandíssimo deferimento que resulta aos moradores [...] com a denominação e inovação de Guimaraenz de Cumam para q' daqui em diante haja deter e lograr toda isenção e predicamento devido e nela civilizarem as justiças competentes, pelas quais sejam regidos e governados os seus moradores e de seu distrito. [...] Eu, Joaquim dos Santos, escrivão dos Orfãos que por comissão o escrevy. (GUIMARÃES, 1778, p.2).

Na mesma data de sua fundação, ocorre a primeira eleição para escolha dos juízes, oficiais e vereadores da então Câmara da Villa de Guimaraenz. Tais funções eram correspondentes às atribuições exigidas por força da nova ordem estabelecida e como sinal de legitimidade para o exercício da ordenação social. Entretanto, a ausência de efetivas ações governamentais em diversas áreas da estrutura administrativa do município se faz notar até os dias atuais, apesar de alguns períodos de prosperidade econômica.

Contudo, pouco se pode afirmar sobre esta questão, a não ser pelas informações que buscamos junto ao Arquivo Público do Maranhão e em trabalhos de autores como Castro (2009), onde constam, nas Leis e Regulamentos da Instrução Pública, documentos referentes à criação de cadeiras de primeiras letras, designação e ordenado de professores para a Vila de Guimarães, a partir de 1836 e no decorrer do Maranhão Império.

Para Lacroix (1982) os ciclos econômicos não resultaram em progresso para a população dos municípios da Baixada Maranhense, se considerarmos o tempo histórico de fundação dos espaços urbano e rural. Sobre essa questão, a autora aponta a descontinuidade político-administrativa, a ausência de investimentos na infraestrutura e nos setores produtivos, bem como nas áreas básicas como educação e saúde.

Destarte, o município de Guimarães, situado na região descrita, seguiu essa tendência de estagnação econômica e social. No entanto, é pertinente retomar Meireles (2015) que discorreu sobre as características da formação social de Alcântara, marcada,

majoritariamente, pelas peculiaridades portuguesas, para pensarmos a constituição social de Guimarães, através dos tempos, considerando as influências colonizadoras, as estratégias de resistências das populações nativas, assim como o complexo acervo cultural trazido pelos povos oriundos de diversos países da África, que chegavam em Guimarães, especialmente, ao longo dos séculos XVIII e XIX, pela baía de Cumã.

Somente a partir desses elementos históricos é possível analisar o município de Guimarães e o seu sistema social de normas e valores, cujo arcabouço normativo rege a vida em sociedade. Os estudos de Elias (1994) mostram que a sociedade pode ser entendida como um processo em permanente evolução e se constitui “[...] como um dos elementos essenciais de uma estrutura organizacional, cujas atuações demonstram-se de diversas formas de inter-relacionamentos e entrelaçamentos sociais [...]” (ELIAS, 1994, p. 112).

Assim, a compreensão sobre os elementos constitutivos de uma sociedade é fundamental para que se proceda qualquer análise dos fatos nela ocorridos. Nessa direção, o conceito de ‘configuração’, elaborado por Elias (1994), demonstra as conexões e as teias de interdependência humana em agrupamentos menores, dentro de um sistema de normas e valores, obrigatórios para os indivíduos (a não ser quando eles renunciam à participação em seu grupo social). Segundo Elias (1994), “[...] tais normas só podem ser esclarecidas em conexão com a figuração específica que os muitos indivíduos formam conjuntamente, e com as interdependências específicas que os ligam uns aos outros [...]” (ELIAS, 1994, p. 85).

Toda sociedade humana consiste em indivíduos distintos e todo indivíduo humano só se humaniza ao aprender a agir, falar e sentir no convívio com outros. A sociedade sem os indivíduos ou o indivíduo sem a sociedade é um absurdo. Mas, quando tentamos reconstruir no pensamento aquilo que vivenciamos cotidianamente, é constante aparecerem lacunas e falhas em nosso fluxo de pensamento, como num quebra-cabeça cujas peças se recusassem a compor uma imagem completa. (ELIAS, 1994, p. 67).

Daí a necessidade de se compreender que uma sociedade não é simplesmente uma aglomeração de indivíduos, reduzida a dados estatísticos. A ampliação dos domínios historiográficos das últimas décadas, notadamente a História Cultural, propiciou o surgimento de novos modelos e novas perspectivas de análise para um mesmo objeto de investigação, tendo em vista, a complexificação da realidade, “[...] buscando ver como as práticas e experiências, sobretudo dos homens comuns, traduziam-se em valores, ideias e conceitos sobre o mundo [...]” (PESAVENTO, 2002, p. 28).

No bojo das mudanças epistemológicas que a História Cultural fez emergir destacam-se as ‘representações’, o ‘imaginário’, as ‘mentalidades’, o ‘cotidiano’, entre outros,

que passaram a privilegiar as subjetividades e por isso mesmo, alteraram sobremaneira a tradição rígida e racional da escrita da História.

Entraram em cena as manifestações folclóricas, os rituais de diferentes matizes religiosos e outras formas integradoras da vida social, construídas pelos homens para manter a coesão do grupo e que se propõem como representação do mundo. “Expressas por normas, instituições, discursos, imagens e ritos, tais representações formam como que uma realidade paralela à existência dos indivíduos, mas fazem os homens viverem por elas e nelas [...]” (PESAVENTO, 2002, p. 39).

Para Chartier (1990) as representações são variáveis segundo as disposições dos grupos ou classes sociais; aspiram à universalidade, mas nem sempre, pois são sempre determinadas pelos grupos que as forjam. As representações não são discursos neutros: produzem estratégias e práticas tendentes a impor uma autoridade, uma deferência, e mesmo a legitimar escolhas.

Nessa perspectiva, o objeto da História Cultural é “[...] identificar o modo como em diferentes lugares e momentos uma realidade social é construída, pensada, dada a ler [...]” (CHARTIER, 1990, p. 16). Através de registros históricos, procuramos perceber como as interligações e interdependências foram sendo constituídas ao longo da história da sociedade de Guimarães e quais as representações foram determinantes para a sua configuração.

Desse modo, o município de Guimarães compõe o mosaico da História do Maranhão e do Brasil, através do encontro dos povos indígenas, europeus e africanos que foram construindo um valoroso acervo histórico, ao longo da sua existência. Além das suas riquezas naturais, destaca-se o convívio pacífico de seu povo e a atuação deste em diversas áreas, notadamente na cultura, política e literatura.

Entre outros vimarenses se destaca Joaquim de Sousa Andrade, o Sousândrade, que nasceu em Guimarães no ano de 1833 e faleceu na cidade de São Luís em 1902. Autor de diversas obras, sendo a mais conhecida, ‘*O Guesa*’, poema de maior projeção em sua trajetória. O intelectual viajou por diversos países entre as Américas do Sul e do Norte e a Europa, tendo findado seus dias, pobre e esquecido. Somente após algumas décadas, nos anos 1960, suas obras foram resgatadas, submetidas à crítica literária e colocadas ao alcance do grande público. A partir daí, o nome de Sousândrade ganhou reconhecimento na arena cultural, conforme Viveiros(1999):

[...] em 1857, nova luz literária brilhou no cenário maranhense, ao ser publicado o livro de poesia “*Harpas Selvagens*”, de autoria do vimarenses Joaquim de Sousa Andrade (Sousândrade). De igual modo, em 1871, tornou a luzir com a publicação

de ‘O Guesa’, também poesia. A partir de então, pela relevância de sua segunda obra, esse poeta passou a ser considerado o precursor do modernismo neste país. Também pela sua magnitude literária foi eleito membro da Academia Maranhense de Letras, ocupando a cadeira de nº 18, fundada por Clodoaldo Freitas. Pela sua criatividade artística, em 13 de dezembro de 1890, reapareceu no panorama maranhense, como autor da bandeira deste estado, sendo a mesma elaborada com três cores: vermelha, preta e branca, simbolizando as três raças que compõem a nossa etnia. (OLIVEIRA, 1984, p. 129).

Embora Sousândrade seja citado como o precursor do modernismo no país, sabe-se que o movimento modernista brasileiro inicia-se na década de 1920, tendo como seus principais expoentes, Mario de Andrade, Oswald de Andrade, Menotti Del Picchia, Tarsila do Amaral e Anita Malfatti e esteve inicialmente, circunscrito ao estado de São Paulo, notadamente ao período conhecido como A Semana de Arte Moderna, em fevereiro de 1922. O movimento ganhou projeção nacional, talvez por se contrapor ao tradicionalismo vigente, nas artes e na literatura, para priorizar a diversidade e riqueza da fauna e da flora, além dos elementos da modernidade que preenchem, cada vez mais, a paisagem urbana (BOSI, 2003).

De qualquer modo, a obra de Sousândrade marcou época apesar da sua tardia inserção nos círculos de formação da literatura brasileira reconhecida pela crítica oficial. Talvez esta questão esteja ligada a aspectos particulares da sua vida pessoal e que se expressam em sua obra, em meio às temáticas eleitas que priorizavam os aspectos locais, nacionais e globais, e que refletiam, em grande parte, as suas próprias vivências por diversos lugares e paisagens, a natureza, as questões políticas e outros elementos que compõem o amplo conceito de cultura. Por isso mesmo, a obra de Sousândrade merece uma ampla interpretação.

Segundo Geertz (1989), a cultura é composta por uma trama de significados cuja análise não é uma ciência experimental tateando leis universais, mas uma ciência interpretativa em busca de significados. Assim, as obras de Sousândrade passaram a despertar o interesse das pessoas que passaram a produzir artigos, teses e dissertações, tendo essas obras como objeto de análise, especialmente o Poema ‘O Guesa’. Abaixo, os versos do Canto V do referido poema:

Noite. Está reclinado o Guesa Errante,
Olhando, -as grandes selvas se aclararam
À fogueira que acessa foi distante...
-Gritam das ruínas! As soidões gritaram!

E luzente na noite, para as chamas
Voa longo sibilo, serpentinos,
No ar desatando laços repentinos,
Fósfor nas bruno-lúcidas escamas.

E à fogueira lançou-se, do aralado,
Surucucu-de-fogo! -árido ouvidos
Eram crebos funestos estalidos
Dos seus dúcteis anéis, o incêndio ateado!

Oh! Quanto a chama e a cobra, tormentosas,
 Uma à outra envolviam-se raivando
 Por mútua antipatia e mais lutando,
 Mais, deslocando-se achas resinosas,

Em labareda as chamas se laceram,
 Que ao meio delas, rúbida, convulsa,
 S'esmalta a cobra e relampeia e pulsa,
 Desdobrada espiral! – Emudeceram.

Do Guesa os servos, que dispersos foram
 E brandando e brandando amedrontados;
 Grupam-se ao longo; enquanto os apagados
 Incêndios vêem braseiros que descoram.

Mas, desondeando pela terra o açoite,
 A cobra, em todo orgulho de serpente,
 Alça o colo; e ciciando, e lentamente,
 O Guesa a vê passar través da noite,

E luminosa e qual se então se houvesse,
 Vencidas chamas, acendido velas,
 Traço de luz, lhe nota as malhas belas
 Do vermelhão, que as iras resplandece.

Ora apagou-se; e dum brumido úmbrio,
 Penetrou das ruínas na caverna.
 Lá, viva tocha o crânio, vela eterna;
 Os viandantes a vêem – quem nunca a viu?

Umbrosa e tarda, à do silêncio guarda,
 Oh! Paz e amor ao gênio bom dos lares,
 Que a luz ofende, que importuna acende
 Pródigo filho, a dor destes lugares!

E esta Equidade eterna, que aos céus dera
 O raio serpentino, deu à terra
 A serpente radiante – açoite e açoite,
 Ou relâmpago, ou fugaz da noite.

A dor foi longa, viu-se a pausa que houve
 –E continua a Guesa, tristemente
 A frente a levantar, que tão pendente
 Taciturna caía. (SOUSÂNDRADE, 2009, p. 29).

Para alguns críticos a poética de ‘O Guesa’ abriga, ao mesmo tempo, tradição e transgressão, a fim de moldar o ideal de nação pretendida por Sousândrade, tendo sido ele um republicano. Ocupou cargos de destaque nas estruturas administrativas da cidade de São Luís e no estado do Maranhão, porém os resultados desses feitos não se traduziram em significativos benefícios práticos para o município de Guimarães, sua terra natal, tendo em vista a acentuada decadência que atingia o Maranhão, resultado da política oligárquica presente no país, assim como o intenso processo de exclusão, decorrente do tratamento desigual imposto aos estados, notadamente, àqueles situados no nordeste brasileiro.

Os efeitos de tal exclusão eram sentidos em grande parte dos municípios maranhenses, não apenas na transição do século XIX para o século XX, mas nas décadas que se seguiram, sobretudo, em decorrência dos jogos de poder disputados pelos grupos políticos, como ocorreu no município de Guimarães, por longos períodos.

Esses grupos políticos mantinham o domínio sobre os arranjos econômicos locais, e suas articulações se estendiam às organizações políticas e econômicas radicadas na capital, de modo a controlar as dinâmicas da vida da população por longos períodos. Esse modelo contribuiu para a estagnação social e econômica do município, por longas décadas, sem saneamento básico, educação, saúde e sem perspectivas de desenvolvimento, apesar das suas riquezas naturais e da imensa disponibilidade laboral de seus habitantes que, cansados de esperar o progresso, deixavam o município em busca de novas oportunidades em outros Estados.

O cotidiano do município de Guimarães na metade do século XX caracterizava-se por poucos recursos econômicos, dois ou três engenhos de açúcar e cachaça e, de resto, um comércio incipiente e com as atividades concentradas na pesca e na lavoura de subsistência. Nesse cenário destacava-se uma pequena fábrica de beneficiamento de caulim de propriedade do Sr. Aymeé Léon Berthier, francês que chegou em Guimarães, após a Segunda Guerra Mundial e iniciou várias atividades produtivas, entre elas, o cultivo de limões e o beneficiamento de argila e outros minerais. Os empreendimentos comerciais e de transportes eram restritos a poucos proprietários, conforme comprova o texto seguinte:

[...] Mas posso lhe adiantar que um dos maiores comerciantes do ramo de tecidos, estivas e miudezas nas décadas de 30 e 40 foi Honório Café da Costa Schalcher, irmão do meu avô Henrique e meu padrinho de batismo, ocupando a maior parte da rua Dias Vieira (a partir da Colônia de Pescadores) inclusive o Honório, foi também, proprietário de três barcos que faziam a linha para São Luís, tendo os nomes de seus filhos: Elmo, Hélio e Victória. O Elmo, já da viúva e dos filhos que moravam em São Luís, naufragou na pedra do Itacolomi no dia 01 de agosto de 1954. O Hélio se acabou no porto lá mesmo em Guimarães, por falta de reforma e o Victória foi vendido para o meu avô Henrique. Os outros comerciantes foram João Cândido de Vasconcellos, egresso de Bragança-PA, pai de meu avô paterno, Sólon Viegas de Vasconcellos. E o Cosson, esse atuava no ramo farmacêutico. Só completando: quando a família do Honório se mudou para São Luís, deixou o Antônio Tavares como gerente dos comércios, inclusive morando na residência da dita família que era ao lado da Colônia de Pescadores.

Entre as décadas de 40 e 70, o Manoel Pimenta explorava o comércio de fazendas, estivas e miudezas, onde atualmente, o Paulo Maluf explora o comércio de bebidas, na rua Dias Vieira. No Cumã, o João Goulart Nunes, explorava o comércio de estivas e miudezas, o qual foi presidente da Câmara de Vereadores. No Gepuba, Valdeck Avelar mantinha o comércio de estivas e miudezas. No Janderitua, Manduca Santos também manteve por muitos anos, o comércio de tecidos, estivas e miudezas. Já na sede, Edison Goulart de Vasconcellos, meu pai, foi proprietário de um comércio de tecidos, estivas e miudezas, no piso do sobrado da Praça Luís Domingues (décadas de 30 e 40), onde também morava nos altos desse sobrado, com minha mãe e seus

pais. Nele fui criado até os quatro anos de idade, tendo depois mudado para o prédio próprio na Rua João Pessoa, atual Filomena Archer da Silva. (informação verbal)⁷

Por meio do relato, percebe-se que o tipo de comércio predominante na sede e nos povoados do município eram pequenos armazéns com uma variedade de produtos, visando ao atendimento básico das necessidades da população, dotados de gêneros alimentícios, produtos para a confecção de calçados e vestuário, remédios, utensílios domésticos e outros produtos.

Segundo Oliveira (1984), os carros de bois eram o principal meio de transporte existente no município, nesse período, pois não havia veículos. Importa ressaltar que os primeiros veículos a circular no município foram os pertencentes à Petrobras que, naquela ocasião, fazia a prospecção de petróleo e gás em diversos municípios maranhenses e, quando chegou em Guimarães, foi motivo de muita esperança para a população, tendo em vista as possibilidades de progresso anunciadas pela classe política. No entanto, o projeto de progresso foi apenas mais um a não se concretizar, e assim, a população seguia pobre, analfabeta e, em alguns casos, em situação de indigência.

Com isso, o referido município comprova um exemplo de que a pobreza não pode ser considerada de forma única e universal, mas se traduz certamente em quadros e/ou situações de carências em que a maior parte da população não alcança um padrão mínimo de sobrevivência, de acordo com as referências socialmente estabelecidas em cada contexto histórico. Apesar dos reiterados compromissos presentes nos discursos políticos, o fato é que não havia a combinação entre políticas de crescimento econômico e políticas sociais com vistas a garantir o desenvolvimento humano.

Desse modo, o município iniciou a década de 1950, ainda sob os efeitos das intensas lutas políticas travadas na década anterior, profundamente marcada pela entrada e saída de prefeitos, reflexo da política clientelista empreendida pelos Interventores Estaduais, que estiveram à frente do Executivo maranhense, nomeadamente, Paulo Martins de Souza Ramos e Saturnino Belo. Assim é que o município de Guimarães teve, na década de 1940, diversos chefes no Executivo municipal, como informa o jornal Cidade de Pinheiro em matéria comemorativa ao bicentenário de Guimarães, senão vejamos: Manuel Campos de Souza (1941-1945); Hugo Cordeiro (13/03 a 23/06/1945); Maria Izabel Coêlho Leite (27/06 a 28/11/1945); Henrique da Costa Schalcher (29/11/1945 a 13/03/1946); Maria Izabel Coêlho Leite (15/03/1946 a 28/03/1947); Ezequiel Martins Braga (29/03/1947 a 30/04/1938); Felinto Goulart

7 Informação fornecida entre os anos de 2018 a 2019, pelo ex-aluno 1 (E1) egresso da Escola Normal Regional Nossa Senhora da Assunção.

de Araújo (1948 a 1949); e Olavo Barbosa Cardoso (1949 a 1951) (CIDADE DE PINHEIRO, 1958).

A instabilidade política enfrentada pelo município por longo período resultou na ampliação dos problemas sociais e econômicos, tendo como causa a descontinuidade das diversas gestões do município e, conseqüentemente, a não implementação de políticas públicas em áreas sensíveis como a saúde e a educação. Chama a atenção a presença de uma mulher na complexa arena política dos anos de 1940, daí porque o necessário esclarecimento. Segundo Gomes (1997), Maria Izabel Coêlho Leite era filha de Soriano Coêlho Leite, fazendeiro, comerciante próspero e político, que indicou o nome da filha - que havia estudado em São Luís, interna no Colégio Santa Teresa, dirigido pela Congregação das Irmãs Dorotéias - para o cargo de prefeita, contudo, quem administrava o município, de fato, era o próprio Soriano.

Dessa forma, a ascensão de Maria Izabel à condição de prefeita pode não ter representado ganhos significativos às lutas das mulheres por espaço na vida pública, uma vez que a sua presença no cargo era parte do jogo político comandado por seu pai, que buscava meios para manter a sua hegemonia, através de diversas estratégias.

Daí ser possível se perceber, que as mais variadas experiências de dominação, vem marcando a história das mulheres em todas as épocas. O mundo social, por meio de variados dispositivos simbólicos, ratifica a dominação masculina, ao consagrar o espaço público aos homens e o espaço privado às mulheres, manifestando, desse modo, a noção de poder que corresponde à divisão dos cidadãos em dominantes e dominados. Por outro lado,

A transformação da ação em dominar e ser dominado – isto é, os que ordenam e os que cumprem ordens – produz-se inevitavelmente quando o modelo para se compreender a ação é extraído da esfera privada da vida doméstica e transposto para a esfera público-política, onde a ação propriamente dita se dá apenas como atividade entre pessoas. (ARENDETT, 1975, p. 98).

Portanto, é oportuno reafirmar que a presença das mulheres nos espaços públicos de decisão contribui para a alteração das relações de gênero na sociedade, uma vez que, diante disso, outras mulheres podem estabelecer identidade com o poder exercido por uma mulher, por meio do exercício de um cargo público, estimulando cada vez mais mulheres a adentrarem esses espaços.

No Brasil, pesquisa realizada em 1958 revelava que naquela época tinham sido eleitas 5 prefeitas. Destas, quatro foram por municípios da Região Nordeste do País e uma na Região Sul. Em 1973, a mesma instituição realizou outra pesquisa e constatou que, dos 3950 municípios brasileiros, 54 eram dirigidos por mulheres. Verificamos nesta pesquisa que, na verdade, são 60. Nas eleições de 1972 elas foram eleitas, principalmente por municípios do Nordeste. (BLAY, 1992, p. 23).

Não foi possível constatar se o nome de Maria Izabel Coêlho Leite constava na pesquisa realizada em 1958, conforme comentada por Blay (1992), até porque a pesquisa trata de “prefeitas eleitas”, que não foi o caso de Maria Izabel, uma vez que a sua ascensão ao cargo se deu por indicação política, concorrendo, para isso, as influências econômicas e políticas, traduzidas no prestígio de seu pai.

Além disso, observa-se que a presença de Maria Izabel Coêlho Leite no cargo político antecede, um pouco, a década de 1950, período em que os censos demográficos passaram a registrar o crescente número de mulheres no mundo do trabalho formal, sendo tal fenômeno creditado às transformações mundiais, com reflexos em diversos setores da sociedade brasileira, como a ampliação dos processos de urbanização, sobretudo nos grandes centros, e a ampliação da escolarização das mulheres, como consequência das pautas reivindicatórias dos movimentos sociais. Entre estes, o movimento feminista, como destaca Hobsbawm (1995, p. 308): “[...] a entrada em massa de mulheres no mercado de trabalho e a sensacional expansão da educação superior, formaram o pano de fundo [...], para o impressionante reflorescimento dos movimentos feministas, a partir da década de 1960 [...]”.

No entanto, tal movimento foi percebido com maior intensidade na América e Europa, sendo ignorado em quase todas as regiões do Brasil, especialmente nas localidades afastadas dos grandes centros, tendo em vista a permanência das antigas estruturas de poder com fortes repercussões no modelo social que, em alguns casos, permaneceram inalterados em suas características que remontavam ao modelo escravocrata inaugurado no processo de colonização do país.

Nesses contextos, os espaços das mulheres eram restritos e delimitados conforme a sua origem social, e em municípios como Guimarães, essa delimitação se referia também a diversos marcadores sociais tais como: classe, gênero, geração e etnia. Dessa forma, a igreja, as agremiações religiosas e sociais, a casa de parentes e amigos eram espaços de circulação de mulheres, com as devidas autorizações, já que nem todas poderiam acessar todos os espaços, situação tão naturalizada pelos silêncios da História, quase imperceptíveis, porém comprovados pelos registros.

Subsistem, no entanto, muitas zonas mudas e, no que se refere ao passado, um oceano de silêncio, ligado à partilha desigual dos traços, da memória e, ainda mais, da História, este relato que, por muito tempo, “esqueceu” as mulheres, como se, por serem destinadas à obscuridade da reprodução, inenarrável, elas estivessem fora do tempo, ou ao menos fora do acontecimento. (PERROT, 2005, p. 9).

Apesar das lutas históricas das mulheres por educação e participação política,

observa-se que a efetivação desses direitos não aconteceu de modo a representar uma conquista para todas as brasileiras, já que o acesso a esses dois pilares da cidadania - fundamentais para a efetiva existência social das mulheres - foi e ainda é obstaculizado, tanto pela não efetividade de políticas públicas que favoreçam o crescimento da representatividade feminina na política partidária e aumento de escolaridade, quanto pela posição histórica da mulher definida no âmbito privado, como pode ter sido o caso de Maria Izabel Coêlho Leite.

Desse modo, a primavera de 1922 culminou com a promulgação do Decreto n.º 21.076, de 24/02/1932 que instituiu o voto para as mulheres e ensejou posterior aparato legislativo com as Constituições Federais seguintes. Contudo, verifica-se que tais medidas não foram suficientes para reduzir as assimetrias existentes no campo da política, apenas reiteraram a histórica desvantagem das mulheres nesse campo.

Diante disso, vale destacar a presença de mulheres na militância política no município, especialmente, no período demarcado nesta pesquisa (1957-1967). Em 1958, foi eleita a primeira mulher vereadora em Guimarães, Alice Gomes Nogueira (1921-2001), sendo reeleita em 1961, tendo para esse segundo mandato a companhia de outra vereadora eleita, sua irmã, a Professora Anita Gomes Brito (1922-1980), a mais bem votada naquele pleito eleitoral. A presença dessas mulheres inaugurou um tempo novo na estrutura social e política do município, abrindo possibilidades para que outras mulheres fossem inseridas na arena política e na vida pública.

Aliás, a trajetória política de ambas decorreu da intensa participação social iniciada desde a infância com o envolvimento em atividades religiosas, culturais, políticas e comunitárias. Filhas do Senhor Agenor Oswaldo Gomes (1883-1931), um modesto funcionário de Cartório, que proporcionou a elas, desde cedo, o contato com muitas pessoas, como explica a irmã delas, a professora Almerinda Gomes Ricard, autora do livro 'Fala-me de Alice': "[...] Papai acompanhava a política, e Alice era do seu Partido, Anita e mamãe do Partido oposto. Ele chegou a ser vice-prefeito na chapa com seu Vicente Goulart. Este, tendo que se ausentar do município por estar doente, fez papai assumir o mandato [...]" (RICARD, 2001, p. 43).

Observa-se que o falecimento do pai no ano de 1931 (período em que Alice contava dez anos de idade e Anita, nove anos) não diminuiu a presença delas em atividades sociais e políticas. Infere-se que havia no seio familiar uma predileção por essas temáticas, inclusive com a presença de membros da família em lados opostos no bojo das disputas políticas. O fato é que esse ambiente foi fundamental para o ingresso de ambas na arena política e, a partir desse lugar, construíram uma trajetória pujante na vida pública do município.

Mesmo não tendo respaldo financeiro, ou seja, os ativos sociais que possibilitam a

mobilidade de uma pessoa em uma sociedade estratificada, as irmãs Alice e Anita eram portadoras de significativo capital cultural, este assim definido por Bourdieu (1998):

[...] o capital cultural é o conjunto de recursos atuais ou potenciais que estão ligados à posse de uma rede durável de relações mais ou menos institucionalizadas de interconhecimento e de interreconhecimento, ou em outros termos, à vinculação a um grupo, como conjunto de agentes que não somente são dotados de propriedades comuns (passíveis de serem percebidas pelo observador, pelos outros ou por eles mesmos), mas também são unidos por ligações permanentes e úteis [...] (BOURDIEU, 1998, p. 28).

No caso das irmãs, esses fatores se relacionavam às redes que elas iam construindo, na sede do município (Alice) e na área rural (Anita) com parentes, compadres, afilhados e em eventos como peças teatrais e outras manifestações culturais como os pastorais, festejos do padroeiro São José, casamentos, mobilizações populares com a abertura de estradas, construção de escolas, postos de saúde, pontes, organização de velórios, recepções a autoridades e outras atividades.

As questões até aqui elencadas cumprem o objetivo de apresentar um breve panorama da posição da mulher na sociedade brasileira, especificamente, em Guimarães, com ênfase em dois dos elementos fundantes para o seu reconhecimento no contexto da cidadania – a educação e a política –, a fim de favorecer visibilidade ao pioneirismo de mulheres que romperam com interdições históricas impostas ao gênero feminino naquela estrutura social.

De um lado, Maria Izabel, uma mulher da classe dominante, com estudos e vivências na capital e mesmo exercendo um cargo majoritário, continuou sob o domínio de seu pai. Do outro lado, as irmãs Alice e Anita, estimuladas pela família, desde cedo, participaram ativamente da vida pública, elas mesmas desenvolvendo estratégias e escolhendo seus próprios caminhos, evidenciando com isso as representações do feminino em uma sociedade como Guimarães que, até meados do século XX, mantinha uma estrutura social estagnada, submetida às disputas políticas e à espera de novos ventos capazes de fazer mover as engrenagens do desenvolvimento.

Ricard (2003), ao publicar a obra intitulada: o Jogo Cênico-Histórico em comemoração ao Bicentenário de Guimarães, resultado da encenação produzida e dirigida pelo autor, no ano de 1958, por ocasião dos 200 anos do município, apresenta o panorama social, econômico e político, com uma variedade de informações sobre a história local, desde a sua fundação até aquela data, em uma perspectiva poética, sintetizada em quatro atos, de modo a evidenciar os sentimentos e os ressentimentos do povo de Guimarães.

A população - acostumada a manifestações culturais como as encenações do Bumba

Boi e as festas natalinas com os Pastorais - passou a apreciar as inovações trazidas pelas Missões Canadenses, na forma e no conteúdo cultural. Ressalte-se que todo o trabalho de pesquisa e adaptação para o teatro foi realizado pelo próprio Raymond Ricard, um padre integrante da missão de Nicolet, que chegou em Guimarães no ano de 1956, mas deixou a vida religiosa celibatária e contraiu matrimônio com uma vimarense, a professora Almerinda Gomes. Com o auxílio dos moradores, Ricard empreendeu uma pesquisa com o levantamento de informações e organização da atividade, propiciou a todos os participantes, a oportunidade de conhecer, visitar e analisar fatos da história local, que resultou na peça teatral, apresentada no Teatro Guarapiranga, durante as comemorações dos 200 anos do município. Seguem-se alguns trechos da peça:

1º ATO GUIMARÃES DE OUTRORA

Eis no porto de Guarapiranga a primeira vela. Famílias portuguesas começam o povoamento da Capitania de Cumã. [...] José Bruno de Barros, que desejoso de fundar uma vila, fez a doação de sua fazenda denominada “Guarapiranga” para a Coroa Real, incluindo tudo que herdara de seu progenitor João Teófilo de Barros, tendo o Governador Gonçalo Pereira Lobato, no dia 19 de janeiro de 1758, elevado a povoação à condição de vila, denominando-a São José de Guimarães do Cumã, em homenagem à sua co-irmã portuguesa, com estandarte de D. José I, Rei de Portugal [...] (RICARD, 2003, p.21-22).

[...] Glória ao fundador de Guimarães, José Bruno de Barros, aceita do povo jubiloso de Guimarães de hoje, um tributo eterno de homenagem, de agradecimento e de amor. Escreveremos o teu nome em letras de pedra nos nossos monumentos e, em nossos corações, para sempre viverá a tua saudosa lembrança. (RICARD, 2003, p. 23).

2º ATO A FADA DA HISTÓRIA

- Depois da fundação de Guimarães por José Bruno de Barros, passaram-se muitos anos. Duzentos anos de vida intensa.

De progresso...de ordem... De dificuldade...de recuo...

Mas sempre de lealdade e de amor. Duzentos anos já na eternidade dos séculos.

Duzentos anos numa bela história.

História que nos cativa

Que enche nossos corações vimarenses...De lágrimas e de saudades...

Duzentos anos de Fé, de Esperança e de Caridade

Duzentos anos de amor...

Debaixo do olhar de Deus;

Duzentos anos de luz, na grande claridadeDa Igreja de Cristo.

Duzentos anos de luta

Dos quais um povo forte, enérgico,

Uma mocidade que se levanta,

Uma mocidade que quer o progresso,

Erguendo a bandeira nacional,

Uma mocidade cheia de orgulho e de entusiasmo.

Ah! Como seria apaixonante

Poder acompanhar o nosso povo

Pelas voltas da sua história

Dos seus duzentos anos de vida.

Mas vejamos...

Eis que chega a fada da História,

A Fada poderosa

Que nos mostrará o passado.

Que vem a nós para nos falar do passado

Que na ponta do seu fetiche, Vai levantar o véu do passado.

Salve, Fada da História Vimarense

Bem-vinda, linda Fada da História.

Na paz e no silêncio dos espaços virgens.

Começou o trabalho no meio das selvas.

Vida apaixonante...

E vai, vai o lavrador...

E vai, vai o barco...

Vai lavrador, tira do ventre da terra a subsistência.

Vai barco, leva para a cidade o pão, o arroz, a farinha, os frutos...

Volta, volta lavrador...

Volta, volta barco ligeiro,

Bailando sobre as ondas do mar,

Na música do vento... (RICARD, 2003, p. 30).

3º ATO

Depois de áureo período de 1910 até 1930, nossa localidade foi entrando em decadência, já pelo descaso das autoridades competentes, pela falta de iniciativa demonstrada francamente pelos que lá habitavam, assim como pelos governantes da terra que, com raras exceções realizaram algo em suas administrações. Os prédios foram desmoronando uns após outros e somente podemos citar nestas linhas a transformação do velho “Palácio das Lágrimas” que deu lugar à bonita e moderna construção do edifício para a Prefeitura Municipal, obra levada a cabo pelo Prefeito Dr. Artur Coelho de Sousa que também construiu a pracinha em frente à Prefeitura. Olavo Barbosa Cardoso, construiu um sólido Mercado Municipal e foi o iniciador do Sistema Rodoviário Municipal. Na administração do Prefeito José de Ribamar Ewerton foi construído um edifício para nele funcionar o Grupo Escolar Dr. Urbano Santos e Leopoldo Schalcher em sua gestão, instalou a iluminação elétrica a qual foi renovada pelo prefeito atual. Guimarães de hoje não deixa de ser um pouco triste, na lembrança de sua história... (RICARD, 2003, p. 32).

4º ATO

O Sonho da Fada Esperança

Vimarenses!

Que seja permitido sonhar,

Um novo Guimarães...

Ah! Que seria bonito!

Ah! Quem nos dera!

Um Guimarães de ordem e de progresso

Sim, te amei, minha terra, dum verdadeiro amor

Oh! Guimarães do futuro!

Bela sinfonia moderna, praça da igreja matriz!

Eis a nova igreja, símbolo de um povo.

Ancorado na fé de Cristo,

Debaixo da proteção maternal de Maria

Eis o novo prédio da Escola

Orgulho legítimo de Guimarães

Fonte de ciência e de formação...

A ponte de Cumã...

Um grande hospital para nossos doentes

As numerosas escolas paroquiais...
 Umhas indústrias de conservas de legumes, peixe e camarão...
 Largas estradas modernas...
 Um porto moderno e bem feito...
 A encanação de água em toda a cidade...
 Lojas grandes de mercadoria de toda sorte...
 Centro de cultura e educação.

E agora, dentro de nossos sonhos,
 Vão bailando nossas bandeiras
 Símbolos de nossas esperanças
 Guimarães de amanhã
 No Brasil de amanhã

Nesta hora de sol puro,
 Palmas paradas,
 Pedras polidas,
 Sim, te amei, minha terra, como te conheço
 Com tuas belezas, teus rios,
 Tuas praias maravilhosas,
 Tuas praias de Cumã, de Genipaúba, de Puca, de Outeiro.

Mas te amei também com tua pobreza...e teu atraso...
 E desejei tanto para ti uma renovação profunda,
 Sim ergamos nossa boa vontade
 Na altura de nossa bandeira,
 Sim, levantemos nosso patriotismo!
 Vai, Fada da Esperança transforma minha pátria! (RICARD, 2003, p. 34).

Os trechos da encenação oferecem indícios de alguns fatos marcantes, com a expectativa do desenvolvimento, o desalento e os sentimentos de amor e de esperança, desde a fundação do município até a celebração dos seus 200 anos, naquele janeiro de 1958. Nos versos é possível observar a exaltação das belezas naturais, a realização de pequenas obras públicas, mas também ganha destaque o descaso por parte dos dirigentes políticos com o município e com sua população. População essa que continua a amar, a sonhar e a esperar por melhores oportunidades, apesar do quadro de atraso social em que se encontrava o município.

É interessante notar a tessitura dos versos do *Jogo Cênico* que, através do olhar estrangeiro e das falas dos moradores locais, apresenta uma espécie de balanço da história do município de Guimarães, suas esperanças e desventuras. Afinal, “[...] aprendemos a entender melhor o contexto social de nossa própria vida quando nos aprofundamos no de pessoas pertencentes a uma outra sociedade [...]” (ELIAS, 2001, p. 93).

O *Jogo Cênico*, atividade cultural marcante para a memória histórica de Guimarães, era parte do contexto festivo dos 200 anos do município e constituiu-se como elemento de aproximação entre a Missão Canadense de Nicolet e a população de Guimarães. Trataremos dessa questão no capítulo que abordará a chegada desses religiosos e religiosas.

Ademais, a rotina do município, até a chegada da Missão Canadense, transcorria em ritmo muito lento, os principais acontecimentos estavam sempre relacionados aos eventos políticos, em período de eleições, e aos festejos do padroeiro São José. Nesse contexto, a educação formal foi pouco alterada desde a fundação do município, período em que somente os filhos das famílias abastadas tiveram a oportunidade de acesso ao ensino formal, em São Luís, Salvador, Recife, Rio de Janeiro e em países da Europa.

Meireles (2015, p. 258) afirma que durante boa parte do século XIX, São Luís transformou-se na cidade reconhecida pelas “[...] boas maneiras de seus hábitos e pelo surgimento de um núcleo intelectual [...]”. Segundo o autor, tal ambiente foi favorecido pelo apogeu econômico experimentado pelo Maranhão, notadamente, a partir do ano de 1794, com a instauração da Companhia de Comércio do Grão-Pará e Maranhão, ocasião em que as elites agrárias e comerciais puderam enviar seus filhos a diversos países da Europa, o que permitiu a transposição de hábitos e elementos desses países para a província do Maranhão.

Nesse sentido, destaca-se um filho ilustre de Guimarães, já citado, o escritor e poeta Joaquim de Sousa Andrade, o Sousândrade, filho de fazendeiros prósperos, enviado à Europa para realizar seus estudos, onde, provavelmente, formou-se em Letras e em Engenharia de Minas, na Universidade de Sorbonne – Paris. Percorreu vários países da Europa e da América Latina, havendo notícias de que tenha fixado residência nos Estados Unidos, antes de voltar a residir no Maranhão, onde ocupou diversos cargos públicos e viveu até os últimos dias de sua vida.

Tal recuo se fez necessário para reafirmar que, até a metade do século XX, o município de Guimarães manteve sua estrutura social praticamente inalterada desde a sua fundação, situação que contribuiu para um quadro educacional incipiente e deficitário por longos períodos. Porém, por meio desta pesquisa, foi possível localizar a presença de professores e professoras de primeiras letras em alguns povoados e na sede da vila.

Pela Lei n.º 923, de 23 de julho de 1870, o vice-presidente da Província do Maranhão, Dr. José da Silva Maya, sancionou lei autorizando um ano de licença para tratamento de saúde das professoras da então Vila de Guimarães, Maria Firmina dos Reis e Rosa Cesarina de Amorim. Já a Lei n.º 1443, de 23 de abril de 1888, sancionada pelo vice-presidente da Província, José Mariano da Costa, concede o mesmo benefício a Maria Thereza Fraga Lima. (CASTRO, 2009).

Tais informações consubstanciam-se em importantes achados, sabendo-se que analisar fontes históricas exige que se compreenda as especificidades do seu contexto de produção que podem revelar, ou não, as formas que o campo educacional foi sendo estruturado,

especialmente nos anos que antecederam a Primeira República. Para Clark (1998) a forma de ensino apresentada pelo governo imperial mostrou-se deficiente, acanhada e fragmentada, sem um plano nacional que, de fato, lhe desse sentido de organização, já que cada província investiu na estruturação do ensino, de acordo com a condição econômica e conforme o seu interesse político.

Diante dessa situação, a província do Maranhão, no Período Imperial, não apresentou um plano de educação capaz de atender às reais demandas educacionais existentes, apesar dos discursos dos grupos políticos dominantes, que propagavam a obrigatoriedade do ensino público primário, mesmo sem garantirem as condições necessárias para tal efetividade (MEIRELES, 2015).

Face a isso, localidades como Guimarães enfrentavam as consequências negativas decorrentes da ausência de escolas, professores e recursos pedagógicos. Apesar de alguns povoados contarem com uma sala de primeiras letras, isso não foi suficiente para garantir o acesso e a permanência de um significativo número de alunos nos espaços educativos. Considerando-se que esses espaços nem sempre eram em escolas com a configuração arquitetônica tal como conhecemos, mas consistiam em salas de aulas improvisadas em residências, em barracões de fazendas e até mesmo embaixo de árvores.

Mesmo em meio às constantes propostas de reestruturação do ensino público, os governantes não conseguiram garantir efetividade aos projetos apresentados, pois persistiamos antigos entraves como a falta de planejamento e recursos e de uma estrutura mínima necessária para alavancar a educação, na perspectiva da superação dos altos índices de analfabetismo e das precárias condições sociais que atingiam a maior parte da população.

Segundo Saldanha (2008), no início do período republicano, o Maranhão passou a organizar o ensino primário, já que cada província tinha autonomia para definir sua própria organização, sendo obrigatório o ensino elementar no interior e integral nas cidades. No interior, como exposto anteriormente, o ensino se resumia às disciplinas básicas, a saber: leitura, recitação, ortografia, as quatro operações aritméticas, gramática elementar, lições de coisas, noções de história e geografia brasileira, educação moral e cívica, e prendas domésticas para as meninas. Já nas cidades, apresentava um nível mais elevado, pois as disciplinas eram dadas com um rigor mais específico (MARANHÃO, 1896).

Dessa forma, buscamos identificar em documentos oficiais e em fontes como jornais e revistas, notícias sobre a Instrução Pública em Guimarães e sobre os professores e as professoras que atuaram no magistério no município. Sobre os docentes, muito pouco foi encontrado, sendo que dos nomes dos profissionais da educação encontrados nas Leis e

Decretos da Instrução Pública, destaca-se o nome de Maria Firmina dos Reis, já citado.

Daí, ressaltamos o trabalho do professor, escritor, folclorista e ambientalista maranhense, José de Nascimento Moraes Filho (1922-2009), autor da obra *Maria Firmina – Fragmentos de uma Vida* (1975), que aborda a trajetória pessoal e profissional da referida mestra. Moraes Filho foi considerado o descobridor de Maria Firmina dos Reis, após resgatar no Arquivo Público do Estado do Maranhão e na Biblioteca Pública Benedito Leite, no final dos anos 1960, as obras de Maria Firmina dos Reis, publicadas em diversos veículos de comunicação do século XIX e início do século XX como: *A Revista Maranhense, Almanaque de Lembranças Brasileiras, Publicador Maranhense, Pacotilha, O País, O Domingo e Federalista*, entre outros jornais, com o pseudônimo de “*Uma Maranhense*”.

As mais destacadas obras de Maria Firmina dos Reis, são: *Úrsula* (1859) e *Gupeva* (1861) – romances; *Cantos à beira-mar* (1871) - poesia; *A Escrava* (1887) – contos; e *Auto de bumba-meu-boi, Hino à Libertação dos Escravos e Hino à Mocidade* – composições musicais. Através de concurso público, ela assume a cadeira de Instrução Primária na Vila de Guimarães onde leciona para meninas e também se ocupa da instrução dos filhos das famílias abastadas em diversas localidades do município sem, contudo, desligar-se das questões que envolviam o seu cotidiano e a sua condição de mulher negra e professora, como bem retratam seus escritos, de onde emerge o drama dos escravos e dos oprimidos (MORAES FILHO, 1975). No ano de 1902, Maria Firmina fundou a primeira escola mista do município de Guimarães, no povoado Maçaricó.

Nos Relatórios da Instrução Pública, não foi encontrada qualquer menção a outras professoras que figuram ao lado de Maria Firmina dos Reis. Disso se depreende que as publicações sobre suas atividades literárias favoreceram não apenas o resgate de sua obra, mas também aspectos da sua trajetória profissional, o que representa um marco importante para a mulher do período oitocentista, tendo em vista que a escrita, especialmente, a escrita pública, era uma prática masculina. O outro aspecto se refere ao gênero literário que privilegia as questões sociais, dando ênfase à condição subalterna dos negros em uma estrutura social excludente.

Chamam a atenção as diversas estratégias usadas por Maria Firmina dos Reis, quando da apresentação de suas obras, ao referir-se à própria condição social. Talvez a omissão do próprio nome e a substituição deste pelo pseudônimo, tenha sido uma prática recorrente entre as mulheres da sua época. Mas é constante em seus escritos a forma como se apresenta para dizer que não tem a pretensão de ocupar lugares de grande visibilidade, que não é uma cidadina, que é mulher de poucos recursos intelectuais, tal como dito na apresentação de *Úrsula*, romance

de sua autoria:

Sei que pouco vale este romance, porque escrito por uma mulher, e mulher brasileira de educação acanhada e sem o trato e conversação dos homens ilustrados, que aconselham, que discutem e que corrigem. Com uma instrução misérrima, apenas conhecendo a língua de seus pais, e pouco lida, o seu cabedal intelectual é quase nulo. (REIS, 1975, p. 15).

Estas peculiaridades presentes na escrita de Maria Firmina dos Reis revelam elementos que conferem à condição feminina, lugar periférico nas relações sociais. Mas também demonstram ousadia, estratégias e coragem frente as interdições impostas historicamente às mulheres pelas estruturas do patriarcado, que garantem aos homens papel majoritário, uma vez que:

A força da ordem masculina se evidencia no fato de que ela dispensa justificção: a visão androcêntrica impõe-se como neutra e não tem necessidade de se enunciar em discursos que visem a legitimá-la. A ordem social funciona como uma imensa máquina simbólica que tende a ratificar a dominação masculina sobre a qual se alicerça: é a divisão social do trabalho, distribuição bastante estrita das atividades atribuídas a cada um dos dois sexos, de seu local, seu momento, seus instrumentos; é a estrutura do espaço, opondo o lugar de assembleia ou de mercado, reservado aos homens, e a casa, reservado às mulheres. (BOURDIEU, 2012, p. 18).

Essas considerações sobre as percepções sociais conferidas aos sexos tornam a figura de Maria Firmina dos Reis ainda mais instigante. Além disso, as temáticas eleitas por ela mostram diversas questões sociais e revelam o seu lugar na sociedade. Enquanto o município de Guimarães contava com uma população majoritariamente negra e analfabeta, com um pequeno número de fazendeiros a exercer forte domínio sobre a população, Maria Firmina já transitava por todos os espaços: era professora régia e convivia intensamente com as questões cotidianas do lugar, tal como aborda em suas obras, as belezas naturais, a cultura, as interdições impostas pelas questões geográficas, econômicas, sociais, de raça e gênero, de tal modo que ficam evidentes as suas concepções sobre o meio em que estava inserida.

A iniciativa de Maria Firmina dos Reis, ao criar uma escola mista no povoado de Maçaricó, comprova que as suas ideias e concepções sobre educação, homem e sociedade distinguiram-se do pensamento vigente e eram contrárias à legislação educacional que previa ‘cadeiras de primeiras letras para meninos’ e ‘cadeiras de primeiras letras para meninas’, visto que a ideia dos dois sexos na mesma sala de aula, ou seja, a coeducação, não era bem-vista. Como sinal da iniciativa de Maria Firmina, existe no povoado Maçaricó, até os dias atuais, uma escola que leva seu nome.

Segundo Almeida (2007), as propostas coeducativas que surgiram no final do século XIX buscavam atender ao ideal de igualdade social pela via escolar por parte dos

segmentos progressistas, além de medidas de economia do Estado quanto à educação popular. Os positivistas e católicos atribuíam características diferenciadas a homens e mulheres. Por isso, eram contrários a essas propostas. À época, as diferenças prevaleceram e foram impeditivas para a implantação do regime coeducativo.

Sob esse ângulo, infere-se que a Escola mista criada por Maria Firmina funcionou à revelia do ordenamento normativo estatal. Caracterizando, com isso, o fato de que, ao mesmo tempo em que subsistem as relações de dominação e desigualdades, surgem também novas formas de resistência e enfrentamento, operando no sentido da transformação, através das táticas e estratégias, como expressas por Certeau (2013), ao afirmar que essas práticas cotidianas têm alta probabilidade de sobreviver ao aparelho repressor.

Se é verdade que por toda a parte se estende e se percebe a rede de vigilância, mais urgente ainda é descobrir como é que uma sociedade inteira não se reduz a ela: que procedimentos populares (também “minúsculos” e cotidianos) jogam com os mecanismos de disciplina e não se conformam com ela a não ser para alterá-los. (CERTEAU, 2013, p. 41).

Quanto à situação educacional do município, o panorama não apresentava alterações, as discussões que eram travadas no cenário educacional passavam ao largo de Guimarães, cuja prevalência era das Escolas Isoladas e, apesar da ausência de registros, a memória de alguns vimarenses guarda sinais relevantes do ensino leigo no município, a partir dos anos 1940, ou seja, o período que antecede a chegada das missionárias. O ensino leigo acontecia por meio dos professores Osório e Edson Anchieta que mantiveram uma conceituada escola na sede do município, que data do início dos anos 1920 até meados dos anos 1950.

O professor Osório Anchieta, citado nos versos do Jogo Cênico, foi um professor de grande destaque na capital, nas primeiras décadas do século XX, onde manteve um colégio particular (Colégio Osório). De igual modo, fundou um colégio particular em Guimarães, que foi conduzido por seu filho, Edson Anchieta.

A modernidade no ensino público, representada pelos Grupos Escolares no início da República, demoraram algumas décadas para chegar em Guimarães, embora esse município tenha tido como chefe do Executivo estadual, logo nas primeiras décadas do século XX, um filho da terra, o Dr. Urbano Santos da Costa Araújo (1859-1922).

Em Guimarães, essa inovação surgiu, inicialmente, por meio dos discursos políticos, visto que a materialização ocorreu de modo bem diferente. O primeiro Grupo Escolar, por exemplo, foi inaugurado no ano de 1946, na zona rural do município, no povoado Prata. O Grupo Escolar Mateus Avelar foi instalado no primeiro prédio público construído na localidade. Tal feito foi possível pela ação reivindicatória de Soriano Coêlho Leite à então prefeita, Maria

Izabel Gomes Leite, sua filha. Importa lembrar que o povoado de Prata era o mais próximo das Fazendas Aurora e Gameleira de propriedade do Sr. Soriano, e próximo ao povoado Encontro, sede de seu Comércio de Secos e Molhados, portanto dentro de sua área de domínio político e econômico (GOMES, 1997).

Além disso, os altos custos exigidos para a construção e manutenção de prédios adequados, tal como previsto na proposta dos Grupos Escolares pode ter sido uma das razões para a não concretização das inovações no campo educativo, como se observa em Guimarães. Assim é que o município espera um longo período para inaugurar na sede do município o Grupo Escolar Dr.º Urbano Santos da Costa Araújo, no ano de 1948. Esse colégio, diferente do Mateus Avelar, contava com elementos da cultura material escolar mais definidos, guardando maior coerência com as determinações legais.

Cabe registrar que o ensino profissionalizante para pessoas do sexo masculino esteve a cargo do Aprendizado Agrícola Cristino Cruz no início do século XX, tendo as atividades encerradas alguns anos após a sua abertura por falta de recursos do setor público. A seguir, a transcrição de alguns documentos encontrados no arquivo da Biblioteca Pública Benedito Leite, que trazem referências sobre a educação em Guimarães na primeira metade do século XX, por meio da iniciativa estatal, que se mostra frágil e vaga, tendo em vista que as propostas como apresentadas nas Leis e Decretos não se concretizaram, na maior parte dos casos, sobretudo no que se refere à criação de escolas.

Quadro 1 - Leis e Decretos do Maranhão

COLEÇÃO DE LEIS E DECRETOS DO MARANHÃO - 1918		
Referência	Categoria	Fragmento
Lei n. 814 – de 24 de abril de 1918, p. 124 (122)	Auxílio	Concede auxílio a diversos municípios. [...]; a de três contos de réis (3.000\$) ao município de Guimarães para a aquisição de um prédio, onde possam funcionar as escolas públicas do sexo masculino e feminino, mantidas pelo Estado. [...]
Lei n. 815 – de 14 de abril de 1918, p. 126-127 (124-125)	Criação de Escola	Cria diversas escolas. [...] Art. 9 Ficam criadas as seguintes escolas: [...]; uma no lugar Paraty, no município de Guimarães; [...]
COLEÇÃO DE LEIS E DECRETOS DO MARANHÃO - 1919		

Referência	Categoria	Fragmento
Tabela n. 08 - Instrução Pública, p. 107-109.	Distribuição de despesas	Subvenções e auxílios a estabelecimentos de instrução particulares e municipais: [...] Em Pericumã (Guimaraes) 300\$000 [...] Pindobal (Guimaraes) 300\$000 [...]
COLEÇÃO DE LEIS E DECRETOS DO MARANHÃO - 1920		
Referência	Categoria	Fragmento
Decreto n 377, de 23 de novembro de 1920, p. 316-318 (313-315)	Quadro de escolas	Faz distribuição provisória das escolas públicas no interior do Estado [...] Guimarães: 1 escola mixta, com adjunta, na sede; 1 escola do sexo masculino, na sede; 1 escola mixta em Cumã; 1 dita em Cedral; 1 dita em Genipauba; 1 dita em Gurutil; 1 dita em Jacarequara; 1 dita em Mirinzal; 1 dita em Puca; 1 escola do sexo masculino em Paraty; 1 dita em Rabeca. [...]
COLEÇÃO DE LEIS E DECRETOS DO MARANHÃO - 1924		
Referência	Categoria	Fragmento
Lei n. 1134 – de 29 de março de 1924, p. 15-16.	Autorização de aposentadoria	“[...] Art. 2 – Fica também autorizado a aposentar, com os vencimentos que atualmente recebe, o professor da escola de Rabeca, município de Guimarães, Jose Norberto de Araújo, por contar mais de trinta anos de exercício nesse cargo [...]”
Lei n. 1159 – de 19 de abril de 1924, p. 47.	Autorização de Licença	“[...] Art. Único – Fica o Governo do Estado autorizado a conceder a D. Dolores de Souza Barbosa, professora da escola mixta da povoação Genipauba, do município de Guimarães, um ano de licença com vencimentos integrais para tratamento de saúde; revogadas as disposições em contrário. [...]”
COLEÇÃO DE LEIS E DECRETOS DO MARANHÃO – 1927		
Referência	Categoria	Fragmento
Decreto n. 1130 – de 12 de fevereiro de 1927, p. 206.	Subvenção	“[...] Art. Único – Ficam concedidas ao Colégio Osorio, com sede na cidade de Guimarães, e a Escola primaria da Sagrada Família, mantida pela Sociedade Educadora Italo Brasileira, com sede na cidade de Imperatriz, respectivamente, as subvenções anuais de dois contos e quatrocentos mil reis (2:400\$000) e 1:100\$000 a contar do 1 de março do corrente ano; revogadas as disposições em contrário. [...]”

COLEÇÃO DE LEIS E DECRETOS DO MARANHÃO – 1930		
Referência	Categoria	Fragmento
Decreto n. 1315, de 22 de maio de 1930, p. 51	Criação de Escola	“Cria uma escola primaria no lugar de Engenho do Lago, município de Guimaraes. [...] At. Único – é criada uma escola primaria no lugar de Engenho do Lago, município de Guimaraes: revogadas as disposições em contrário. [...]”
COLEÇÃO DE LEIS E DECRETOS DO MARANHÃO – 1932		
Referência	Categoria	Fragmento
Disposições Gerais – Despesas, p. 772.	Subvenção	“[...] Escola Subvencionadas [...] Colégio Osorio, em Guimarães 1:200\$000 [...]”
COLEÇÃO DE LEIS E DECRETOS DO MARANHÃO – 1934		
Referência	Categoria	Fragmento
Disposições Gerais – Despesas, p. 772.	Subvenção	“[...] Escola Subvencionadas [...] Colégio Osorio, em Guimarães 1:200\$000 [...]”
COLEÇÃO DE LEIS E DECRETOS DO MARANHÃO – 1930		
Referência	Categoria	Fragmento
Decreto n. 1315, de 22 de maio de 1930, p. 51	Criação de Escola	“Cria uma escola primaria no lugar de Engenho do Lago, município de Guimaraes. [...] At. Único – é criada uma escola primaria no lugar de Engenho do Lago, município de Guimaraes: revogadas as disposições em contrário. [...]”
COLEÇÃO DE LEIS E DECRETOS DO MARANHÃO – 1932		
Referência	Categoria	Fragmento
Disposições Gerais – Despesas, p. 772.	Subvenção	“[...] Escola Subvencionadas [...] Colégio Osorio, em Guimarães 1:200\$000 [...]”
COLEÇÃO DE LEIS E DECRETOS DO MARANHÃO – 1934		
Referência	Categoria	Fragmento
Disposições Gerais – Despesas, p. 772.	Subvenção	“[...] Escola Subvencionadas [...] Colégio Osorio, em Guimarães 1:200\$000 [...]”
Decreto n. 1315, de 22 de maio de 1930, p. 51	Criação de Escola	“Cria uma escola primaria no lugar de Engenho do Lago, município de Guimaraes. [...] At. Único – é criada uma escola primaria no lugar de Engenho do Lago, município de Guimaraes: revogadas as disposições em contrário. [...]”
COLEÇÃO DE LEIS E DECRETOS DO MARANHÃO – 1935		
Referência	Categoria	Fragmento
Decreto n. 881 – de 22 de julho de 1935, p. 166.	Criação de escola	“[...] Cria uma escola em Santa Cruz, município de Guimarães. [...] Considerando o elevado número de

		<p>crianças em idade escolar existentes nas localidades Bella Vista, do município de Vargem Grande, e Santa Cruz, do de Guimarães;</p> <p>Considerando a necessidade de serem tomadas medidas que venham em amparo da instrução.</p> <p>Considerando que as providencias ora verificadas, relativamente as duas escolas, não trazem aumento de despesa orçamentaria, por isso que a verba “Directoria Geral da Instrução Pública” dispõe de fundos suficiente, [...]</p> <p>Decreta:</p> <p>Art. 1 É reestabelecida a escola singular da Bella Vista, município de Vargem Grande, e criada uma escola, também singular, no povoado Santa Cruz, do município de Guimarães, devendo as despesas com o custeio dessas escolas correr pela verba Directoria Geral da Instrução Pública, do orçamento vigente. [...].”</p>
COLEÇÃO DE LEIS E DECRETOS DO MARANHÃO – 1936		
Referência	Categoria	Fragmento
Lei n. 75 – de 10 de dezembro de 1936, p. 163.	Subvenção	“[...] Art. 1 As subvenções concedidas pelo Estado, como auxilio a estabelecimentos de ensino, instituições de caridade e centros culturais e de propaganda do Maranhão são as seguintes: [...] Colégio Osório, em Guimarães 1:200\$000 [...]”
COLEÇÃO DE LEIS E DECRETOS DO MARANHÃO – 1937		
Referência	Categoria	Fragmento
Lei n. 137- de 23 de outubro de 1937, p. 85 (691).	Subvenção	“[...] Art. 1 As subvenções concedidas pelo Estado, como auxilio a estabelecimentos de ensino, instituições de caridade e centros culturais e de propaganda do Maranhão e empresas de navegação são as seguintes: [...] Colégio Osório, em Guimarães 1:200\$000 [...]”
Decreto n. 79 – de 16 de junho de 1937, p. 224 (829)	Demissão	“[...] Demite, por abandono de cargo a professora da escola singular de Guimarães, a normalista Raymunda Ferreira Gomes [...] <p>Considerado que organizado o necessário processo se verificou haver terminado em 1 de janeiro do ano corrente, a última licença concedida à professora da escola singular de Guimarães, normalista Raymunda Ferreira Gomes.</p> <p>Considerando que são decorridos mais de cinco meses, sem que, até a presente</p>

		dará, haja a referida professora voltado ao exercício de seu cargo; [...] Decreta: Art. Único – fica demitida, por abandono do cargo, a professora da escola singular de Guimarães, normalista Raymunda Ferreira Gomes, “ex-vi” do que dispõe o artigo 4 da lei n. 36, de 26 de novembro de 1936; revogadas as disposições ao contrario [...]”
COLEÇÃO DE LEIS E DECRETOS DO MARANHÃO – 1938		
Referência	Categoria	Fragmento
Decreto n. 35 – de 31 de março de 1938, p. 494-495.	Demissão	<p>“[...] Demite, por abandono de cargo a professora da escolar singular de Cumã, no município de Guimarães, normalista Hortência Luso Brenha. [...]</p> <p>Considerando que a professora da escola singular de Cumã, município de Guimarães, normalista Hortência Luso Brenha, se afastou do exercício de suas funções há vários meses, isto é, desde 15 de agosto de 1937;</p> <p>Considerando que esse afastamento não se verificou regularmente, mediante concessão de licença ou outro meio previsto na legislação em vigor;</p> <p>Considerando que tendo ficado provado, mediante processo administrativo, que a referida professora abandonou o seu cargo, incorrendo assim na pena de demissão, “ex-vi” do disposto no art. 22 da lei n. 36, de 26 de novembro de 1936. Decreta:</p> <p>Art. Único – Fica demitida, por abandono do cargo, a professora da escola singular de Cumã, no município de Guimarães, normalista Hortência Luso Brenha, “ex-vi” do disposto no art. 22 da lei n. 36, de 26 de novembro de 1936; revogadas as disposições em contrário. [...]”</p>
COLEÇÃO DE LEIS E DECRETOS DO MARANHÃO – 1941		
Referência	Categoria	Fragmento
Quadro XX – Subvenções e auxílios, p. (305)	Subvenção	“[...] Subvenções e auxílios [...] Colégio Osório (Guimarães) 1:200\$”
Decreto n. 179, de 28 de agosto de 1943, p. 22-25 (164-167)	Convênio do município	<p>“Ratifica o Convênio Estadual de Ensino Primário [...] Decreta:</p> <p>Art. 1 – Fica ratificado o Convênio Estadual do Ensino Primário, celebrado a 27 de agosto de 1943 entre o secretário geral do Estado e os prefeitos do interior maranhense [...]</p> <p>CONVENIO ESTADUAL DE ENSINO [...]</p> <p>O Estado do Maranhão representado</p>

		<p>pelo Secretário Geral, por uma parte, e , por outra, os Prefeitos dos municípios de Alcântara [...], Guimarães, [...], resolvem firmar o seguinte Convênio Estadual de Ensino Primário</p> <p>CLAUSULA PRIMEIRA [...] CLAUSULA SEGUNDA [...] CLAUSULA TERCEIRA [...] CLAUSULA quarta-feira [...] CLAUSULA quinta-feira [...] CLAUSULA SEXTA [...] CLAUSULA SETIMA [...] CLAUSULA OITAVA [...]</p>
COLEÇÃO DE LEIS E DECRETOS DO MARANHÃO – 1952		
Referência	Categoria	Fragmento
Lei n. 842 de 30 de dezembro de 1952, p. 124.	Reconhecimento de utilidade pública	<p>“Art. 1 – É considerada de utilidade pública a Escola Paroquial “São José” de Guimarães, neste Estado.</p> <p>Art. 2 – □[...]</p>
COLEÇÃO DE LEIS E DECRETOS DO MARANHÃO – 1953		
Referência	Categoria	Fragmento
Lei n. 999 de 21 de outubro de 1953, p. 121.	Reconhecimento de utilidade pública	<p>[...] Art. 1 – É considerado de utilidade pública o “Centro Vimarense Sotero dos Reis”, na cidade de Guimarães. [...]</p>
Lei n. 1095, de 29 de dezembro de 1953, p. 196.	Grupo Escolar	<p>“Transforma a Escola Reunida “Urbano Santos” de Guimarães em Grupo Escolar, sob a mesma denominação.[...]</p> <p>Art.1 Fica transformada em Grupo Escolar, a Escola reunida “Urbano Santos” do município de Guimaraes, sob a mesma denominação.</p> <p>Art. 2 O corpo docente da referida escola, passará a ter exercício no Grupo Escolar ora criado.</p> <p>Art. 3 Fica o poder executivo autorizado a preencher as vagas com essa transformação.</p> <p>Art. 4 Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação; revogadas as disposições em contrário. [...]</p>
Decreto n. 972 de 14 de dezembro de 1953, p. 48 (277).	Equiparação de escolas públicas	<p>“Equipara diversos colégios a escolas públicas primárias [...]</p> <p>Art. 1 Ficam equiparadas as escolas públicas primárias, de acordo com o art. 33 do decreto-lei 8529, de 02 de janeiro de 1946, os seguintes colégios: [...]</p> <p>- Escola Paroquial “S. José”, em Guimarães. [...]</p>

Fonte: Castro (2009).

Como se observa, somente a partir do final dos anos 1940, o ensino público em Guimarães ganha nova configuração, com a transformação da Escola Reunida Urbano Santos

em Grupo Escolar de mesmo nome, assim como a equiparação da Escola Paroquial São José em Escola Pública Primária. Mesmo não constando no Quadro acima, aí se inclui o Grupo Escolar Mateus Avelar, localizado no povoado Prata. Apesar disso, permanece no município a prevalência das escolas isoladas funcionando de modo improvisado e sem a anuência do poder público.

Com isso, ressalta-se as iniciativas da Colônia de Pescadores e da Organização Assistencial Vimarense (ORAVI), que criaram escolas em diversos povoados como a Escola Rio Branco, no povoado Gepuba (Colônia de Pescadores) e a Escola Nossa Senhora de Fátima, no povoado Pareáua (ORAVI). Sobre a manutenção da ORAVI, destaca-se a liderança e articulação da vereadora Anita Gomes, a qual, além das escolas nos povoados, mantinha um Serviço Dentário e atendimentos para pequenos socorros no Posto Bom Samaritano e um curso de corte e costura, com vistas à profissionalização de mulheres. Até a chegada das Missões Canadenses, essas iniciativas advindas de pessoas e organizações como a ORAVI levavam esses serviços às comunidades num cenário em que as ações governamentais eram mínimas.

Esta sessão apresentou a trajetória da educação no Maranhão, com ênfase no município de Guimarães, assim como os determinantes históricos que foram moldando as suas feições e seus efeitos no município, considerando as peculiaridades locais. Buscou-se, também, de modo breve, discorrer sobre o vimarense Sousândrade e sua poesia, assim como destacar as presenças de Maria Izabel Coêlho Leite, Alice Gomes Nogueira, Anita Gomes Brito e Maria Firmina dos Reis, mulheres que se notabilizaram na História do município por suas atuações, respectivamente, na política, na educação e na literatura, em diferentes temporalidades.

Tudo isso para tentar caracterizar o cenário social, político, econômico e educacional encontrado pelos missionários canadenses, a fim de compreender também as expectativas que a sociedade nutria em torno da ação educativa da Congregação Irmãs da Assunção da Santa Virgem. Tornou-se necessário, portanto, recordar as representações que a população de Guimarães possuía naquele momento sobre o papel da Igreja e sobre as instituições educativas religiosas. Tais representações pautavam-se nas atividades de evangelização realizadas pelos sacerdotes, enquanto o imaginário sobre as instituições educativas religiosas, naquele contexto, era compreendido como o espaço destinado à formação para a vida religiosa ou para uma formação voltada para a disciplina, a obediência e o rigor.

Dessa maneira, cabe ressaltar as redefinições dos papéis da Igreja no mundo e no Brasil, sobretudo, a partir dos anos 1950, assim como os antecedentes históricos, marcados por tensões e aproximações, as quais, em vários momentos, colocavam Estado e Igreja em posições

diferentes. Com isso é necessário destacar as singularidades presentes nos campos educacional e religioso.

2.2 O Campo Educacional e o Campo Religioso no Brasil

Esta subseção será mediatizada pelo conceito de ‘*Campo*’ conforme Bourdieu (2012), para quem tal noção supõe uma ruptura com as representações realistas e essencialistas que tentam reduzir os efeitos do meio ao efeito da ação do indivíduo ou da instituição. É a estrutura das relações, constitutiva do espaço do campo, que comanda a forma das relações visíveis de interação e o conteúdo da experiência que os agentes podem ter, portanto:

Compreender a gênese social de um campo, é apreender aquilo que faz a necessidade específica da crença que o sustenta, do jogo de linguagem que nele se joga, das coisas materiais e simbólicas em jogo que nele se joga, das coisas materiais e simbólicas em jogo que nele geram, é explicar, tornar necessário, subtrair ao absurdo do arbitrário e do não-motivado os atos dos produtores e as obras por eles produzidas e não, como geralmente se julga, reduzir ou destruir. (BOURDIEU, 2012, p. 58).

Tais observações são fundamentais para se analisar o campo educacional e o campo religioso, no âmbito da sociedade brasileira, suas consonâncias e dissonâncias ao longo da História, onde se localizam momentos de aproximação e momentos de ruptura, mas principalmente as suas constantes articulações em meio as transformações sociais, pois “[...] o campo é uma rede ou uma configuração de relações objetivas entre as posições. Estas são definidas objetivamente na sua existência e nas determinações que elas impõem aos agentes e instituições que ocupam posições específicas no interior do campo [...]” (BOURDIEU, 2012, p. 118).

Na transição do século XIX para o século XX, a Igreja Católica no Brasil passou a experimentar profundas mudanças, o que forçou novas formas de organização em sua estrutura, mudando assim o lugar da Igreja, deslocando-a do centro do poder para áreas periféricas, especialmente, no campo educacional. A Proclamação da República (1889) marcou a separação entre Igreja e Estado e a abolição do ensino religioso nas escolas, sendo tais medidas reiteradas na Constituição de 1891.

A Igreja Católica desempenhou relevante papel na história da educação brasileira, desde os primórdios da colonização portuguesa no país, estabelecendo alianças com o Estado e influenciando nos modos de organização e nas práticas educativas. No Maranhão, em vários momentos, a educação formal esteve a cargo da Igreja, seja na capital ou nos municípios, onde a presença do Estado pouco se fez.

Cunha (2017) entende a ocupação do espaço educativo pelas congregações católicas como uma disputa nos campos religioso e político. Segundo esse autor, antes da República, o Estado brasileiro mantinha financeiramente a Igreja Católica. Os professores faziam juramento de aceitação da religião e de que nenhuma outra fé seria ensinada nas escolas públicas. Em razão disso, até no final do século XIX, imigrantes e missionários protestantes oriundos de outros países, enfrentavam restrições nos direitos civis.

A perda de poder abalou sobremaneira a posição da Igreja, obrigando-a a desenvolver diferentes estratégias, a fim de retomar a antiga influência em diversos setores e expandir esta influência em outros. Segundo Ridenti (2002), tais estratégias consistiram na criação de instituições, mormente entre os anos 1920 e 1930, como o Centro Dom Vital, a Liga Eleitoral Católica e a Ação Católica, além da circulação de impressos e mobilizações que favoreciam a inserção da Igreja em várias frentes sociais. Tal inserção ocorria por meio de uma extensa rede com penetração nos meios institucionais, intelectuais e principalmente nos meios populares de onde emergiam fortes debates acerca das mais variadas temáticas, envolvendo direitos sociais, família, escola, atividades caritativas, defesa da vida, entre outras, que demonstram a importância dos jornais e revistas para a inserção da Igreja em diferentes espaços.

No Brasil, o final do século XIX e o início do século XX veem surgirem importantes editoras, revistas e jornais católicos. Grupos especializados no mundo das edições e da indústria gráfica emigram da Europa para cumprir a meta de oferecer a boa leitura às famílias católicas brasileiras. Franciscanos vindos da Alemanha se estabeleceram em Petrópolis e fundaram, ao lado do colégio São José, uma gráfica para imprimir livros didáticos, que em poucos anos se converteu na Editora Vozes, cujos livros se espalham pelas livrarias de todo o País e da América Latina.

Da Baviera chegaram os padres Redentoristas em 1894, cujo compromisso era administrar santuários e fundar uma editora. Antes mesmo da virada do século, já estava funcionando a Editora Santuário, especializada em impressos para missas e demais cultos, bíblias para distintos leitores, além de santinhos e livros de oração. Estabelecida em Aparecida, no estado de São Paulo, a editora, com mais de um século, segue ampliando e diversificando sua linha editorial.

A trajetória dessas duas editoras, além da FTD dos Irmãos Maristas, especializada em livros didáticos e da Ave Maria dos Padres Claretianos, cuja linha editorial é semelhante à da Editora Santuário, não deixa dúvidas de como os decretos do Concílio Plenário foram acolhidos pelas ordens e congregações religiosas. Outras congregações e ordens, como a dos Jesuítas, a dos Dominicanos e mesmo o laicato organizado fundaram suas editoras, criaram suas revistas, como é o caso das Editoras Loyola, Duas Cidades, Agir; e da Revista A Ordem, do Centro Dom Vital. Os Padres e as Irmãs Paulinas, congregações cujo carisma se refere especificamente à produção de livros, chegaram no Brasil ao início da década de 1930 e hoje dirigem importantes empresas midiáticas e indústrias editoriais [...] (BITTENCOURT, 2014, p. 130-131).

Assim, fica evidente o modo como a Igreja Católica organizava a sua intervenção, com vistas à retomada de espaços sociais. Nesse aspecto, ressalta-se a liderança de D. Sebastião Leme, no contexto das primeiras décadas do século XX, contra o laicismo e com vistas a efetivar o projeto de recatolização, para o qual contou com o apoio de grupos sociais,

intelectuais e entidades, como citado anteriormente. Tal movimento teve significativa repercussão na educação, principalmente porque o Estado brasileiro também estava em vias de delimitação de um campo educacional que era percebido com as reformas educacionais em diversos estados da Federação: em São Paulo, em 1920; no Ceará entre 1922 e 1923; na Bahia, em 1924; e em outros estados, como indicam os estudos de Oliveira e Gatti (2018).

No campo educacional, foram muitos os embates entre a Igreja Católica e o Estado, tendo em vista as posições divergentes defendidas pelas duas instituições. O Estado defendia a bandeira da escola pública, laica, gratuita e obrigatória. A Igreja agia na defesa da sua hegemonia no setor educacional privado, assim como dispensava a máxima atenção ao surgimento e crescimento de outras denominações religiosas, situação que exigia novos posicionamentos da mesma face às constantes transformações.

Entre a Primeira República e o Governo Provisório de Vargas, registram-se significativas mudanças no setor educacional brasileiro, sobretudo com a emergência crescente do Movimento denominado Escola Nova. Escolanovistas ou Pioneiros da Educação, assim eram denominados os intelectuais que lideraram o movimento que se apresentava como caminho de renovação para a escola, baseado nas formulações de renovação pedagógica de pensadores americanos e europeus, com vistas à superação da escola tradicional.

A escola tradicional se caracterizava pela exposição de conteúdos de forma verbal pelo professor (autoridade máxima em sala de aula), sem relação com o cotidiano dos alunos. Daí porque Saviani (1991) classifica o método tradicional como intelectualista e enciclopédico, visto que trabalha os conteúdos separadamente da experiência do aluno e das realidades sociais.

Nesse contexto, a Escola Nova se apresenta como proposta de inovação, na qual o aluno passa a ser o centro do processo, e o professor se torna facilitador da aprendizagem, priorizando o desenvolvimento psicológico e o sucesso do aluno que, nesse processo, é agente ativo e participativo. Os conteúdos são ressignificados por meio de atividades variadas como jogos, pesquisas e experiências, na perspectiva de “aprender a aprender”.

[...] os alunos são levados a aprender observando, pesquisando, perguntando, trabalhando, construindo, pensando e resolvendo situações problemáticas apresentadas, quer em relação a um ambiente de coisas, de objetos e ações práticas, quer em situações de sentido moral e social, reais e simbólicos. (LOURENÇO FILHO, 1978, p. 151).

Ao proporem a renovação do ensino, os Pioneiros da Educação entendiam que a educação não poderia estar desarticulada da realidade, de modo que, ao contrário da escola tradicional, a Escola Nova trazia no seu bojo as marcas do desenvolvimento das correntes biológicas, sociológicas e psicológicas. A proposta previa ainda a obrigatoriedade e a

universalização do ensino público, tendo em vista a urgente necessidade de modernização do país e devido à educação ser pilar fundamental para a concretização desse objetivo.

No entanto, essas novas proposições no âmbito da educação brasileira foram confrontadas pelas forças reacionárias que, naquele contexto, defendiam os seus interesses. Nesse grupo posicionavam-se a Igreja Católica e os proprietários de instituições particulares de ensino. Os defensores católicos buscavam, sobretudo, que o ensino continuasse vinculado à Igreja, já que “[...] o capital religioso pertence aos letrados que tiveram acesso aos códigos sagrados e têm legitimidade para falar em nome da instituição que controla a distribuição dos bens sagrados.” (BOURDIEU, 2012, p. 121).

Para Fausto (2001), na década de 1930, o cenário político brasileiro foi marcado pela polarização entre o internacionalismo de linha soviética, representado pela Aliança Nacional Libertadora (ANL) e o nacionalismo de inspiração nazifascista, representado pela Ação Integralista Brasileira (AIB). Em 1937, o governo Getúlio Vargas instituiu a ditadura do Estado Novo.

Segundo Saviani (2009), a implantação do Estado Novo favoreceu a reaproximação entre a Igreja Católica e o Estado, ocasião em que este último passou a contar com a presença de líderes católicos que influenciaram fortemente as políticas educacionais do país. Com o fim da Ditadura em 1945 e com a promulgação da Constituição Federal de 1946 -que atribuía à União a competência para legislar sobre a educação -, novos embates foram travados entre os Católicos e os defensores da Escola Nova, especialmente pela elaboração do anteprojeto da Lei de Diretrizes e Bases da Educação.

Com o objetivo de defender os seus interesses, a Igreja Católica, acompanhada de empresários do setor educacional, colocou-se contra as propostas de Anísio Teixeira e os intelectuais defensores da escola pública, gratuita e laica, vinculando-as às ideias marxistas e denunciando supostas “[...] restrições ao patrimônio moral e espiritual da Igreja Católica no setor de ensino, [...] escondidas no valor dos postos que esses ‘pioneiros’ ocupam [...]”.

(BUFFA, 1979, p. 23).

Os indivíduos e, mais ainda, as autoridades, as instituições e os poderes só podem existir ou subsistir se invocarem uma razão ou uma argumentação fundadora. Por exemplo, nenhum poder pode contentar-se em existir como puro poder, que repousa na simples força nua, sem nenhuma justificativa; portanto ele deve forjar para si mesmo uma legitimidade. Esse exemplo deve ser generalizado: o homem é um ser sem razão de ser, ora, ele não pode viver sem razão, e suas obras menos ainda do que ele; portanto, ele gasta seu tempo e suas energias inventando razões, que, por seu próprio caráter artificial, são falsas razões, mas que não cumprem as tarefas para as quais foram concebidas: assegurar a perpetuação de seu autor e de suas configurações. (BOURDIEU, 2005, p. 305).

Nesse sentido, destacam-se as divergências entre os defensores da Pedagogia Nova - cujo objetivo era adequar a educação às demandas da sociedade capitalista - e a Igreja Católica e empresários - na busca da manutenção de interesses ideológicos e privatistas. Finalmente a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) n.º 4.024/61, após longos anos de tramitação e muitos embates, foi aprovada no ano de 1961, beneficiando tanto as propostas dos defensores da Escola Nova, quanto abrindo concessões aos Católicos e empresários.

Nessas circunstâncias, a estrutura do campo religioso foi redefinida no sentido de “[...] aumentar e conservar seu capital, conforme as regras do jogo e as necessidades de reprodução, do jogo e dos interesses específicos [...]”. (BOURDIEU, 2012, p. 132). O que nesse caso significou a intensificação da presença dos intelectuais católicos em diversas frentes de atuação no campo da educação, nas esferas estatais, na publicação de impressos e criação de instituições de ensino.

No Maranhão é representativa a presença de diversos intelectuais católicos que transitaram, simultaneamente, pelos campos religioso, educacional, político e jornalístico, especialmente, nas primeiras décadas do século XX. Um desses intelectuais foi o Padre Astolfo Henrique de Barros Serra que, além das atividades clericais, foi inspetor do Liceu Maranhense, diretor da Junta Comercial do Maranhão, fundou e dirigiu o jornal Notícias no período de 1932 a 1934, participou da Revolução de 1930 e foi nomeado Interventor Federal no Maranhão pelo Governo Provisório de Getúlio Vargas, em 1931. Nessa ocasião, renunciou à vida eclesial e seguiu desempenhando cargos públicos até ser nomeado Ministro do Tribunal Superior do Trabalho.

2.3 Os Intelectuais Católicos e a Educação

A propósito da polissemia que o termo *‘intellectual’* evoca, deter-nos-emos no processo de elaboração do conceito sobre o termo *‘Intellectual’*, na perspectiva de Thompson (1987), que o fez pela via do trabalho intelectual, que é também espaço em que se desenvolve a disputa pela hegemonia. Considerando que “[...] todos os homens são intelectuais, mas nem todos os homens têm na sociedade a função de intelectuais [...]”. (THOMPSON, 1987, p. 34).

Essa proposição ajuda a demarcar a função dos intelectuais católicos no exercício de suas atividades eclesiais e em funções estratégicas nos espaços públicos, a fim de ocuparem espaços de visibilidade e decisão, buscando reaver por essa nova via, a recuperação do prestígio religioso e social da Igreja. Nesse sentido, o campo educacional foi de grande importância, visto

ser um campo determinante desde os primórdios da sociedade brasileira.

No Maranhão, a Igreja Católica buscou recompor as suas bases de atuação no cenário educacional, especialmente a partir dos anos 1950, através de diferentes modos de atuação. Nesse sentido, ganharam notoriedade as iniciativas dos religiosos, como o então Arcebispo de São Luís, D. José de Medeiros Delgado que, no ano de 1955, criou a Sociedade Maranhense de Cultura Superior (SOMACS), com o objetivo de criar biblioteca, teatro, museu e faculdades superiores, reunindo assim condições para a fundação de uma Universidade, o que se concretizou anos mais tarde, no ano de 1961, através do Decreto n.º 50.835/61, pelo então Presidente da República, Jânio Quadros. (FONSÊCA, 2006).

Dessa forma, a Universidade do Maranhão, em suas diretrizes estatutárias, evidenciava a primazia religiosa, definida e mantida pela Igreja Católica, além da presença de seus intelectuais no corpo diretivo e nos demais espaços da referida instituição, conforme testifica esse trecho do Estatuto:

[...] Art. 1º A Universidade do Maranhão, com sede na cidade de São Luís do Estado do Maranhão, é uma universidade livre, equiparada, criada e mantida pela SOMACS, nos moldes da legislação vigente.
 Art. 2º A Universidade do Maranhão tem por finalidade:
 I – Promover e incentivar a pesquisa e a cultura científica, filosófica e literária e artística;
 II- Manter e desenvolver o ensino nos institutos que a compõem;
 III- Cuidar da formação de profissionais e técnicos habilitados para as necessidades do país e promover a Educação e Bem-Estar Rurais, através do Rádio e de Equipes volantes;
 IV- Contribuir para a divulgação da Cultura;
 V- Consolidar a formação integral da pessoa humana, segundo os princípios da Doutrina da Igreja Católica. (ESTATUTO, 1977, p. 11).

Apesar dos esforços empreendidos, a Universidade do Maranhão durou apenas seis anos e, nesse período, teve como Reitores: D. Antônio Fragozo (Bispo Auxiliar da Arquidiocese de São Luís) e o Cônego Ribamar Carvalho (Secretário do Arcebispado). As questões financeiras inviabilizaram a continuidade do empreendimento, e a Igreja foi forçada a entregar a gerência da entidade para a União. Surgia, então, pela Lei n.º 5.152/66 a Fundação Universidade do Maranhão, tendo como seu primeiro Reitor, o Prof. Pedro Neivade Santana que renunciou ao cargo em 1968, abrindo espaço para o segundo mandato do Cônego Ribamar Carvalho na Reitoria da instituição (SOARES, 1983, p. 37).

Segundo Soares (1983), o Arcebispo D. Adalberto Acioli Sobral (1887-1951) mantinha o projeto de criação de uma Escola Normal Superior, o que moveu o professor Clodoaldo Cardoso, presidente da Academia Maranhense de Letras, a procurá-lo para somar esforços em prol do Ensino Superior no Maranhão. Com o falecimento de D. Adalberto em

1951, as negociações seguiram por meio do seu substituto, D. José de Medeiros Delgado, que reafirmou o acordo feito por seu antecessor, cedendo em regime de comodato o Palácio Cristo Rei para que ali funcionasse a Faculdade de Filosofia, a ser mantida pela Fundação Paulo Ramos, entidade fundada em 1944, pelo então interventor federal Dr. Paulo Martins de Sousa Ramos. De início, o corpo docente seria metade da Igreja e metade da Academia Maranhense de Letras, o mesmo ocorrendo com o Conselho Técnico Administrativo (C.T.A).

Dessa forma, é possível inferir que a Igreja Católica maranhense, em relação à educação, moveu-se em outra direção, para além das escolas confessionais, e buscou demarcar posição no ensino superior, tendência assumida pela Igreja no país desde os anos 1920. Segundo Beozzo (1986, p. 96), “[...] para a Confederação Católica Brasileira de Educação, fundada em 1933, a universidade enquanto espaço de socialização das elites dirigentes da nação, tinha necessariamente que ser católica [...]”. Daí se observa o surgimento de várias instituições que, reunidas, deram origem às Pontifícias Universidades Católicas – PUCs, na década de 1940, sendo estas as primeiras instituições de caráter particular no país. (CURY, 1998).

Conforme Faria (2005), no Maranhão, o espaço universitário era objeto de disputas entre o Estado e a Igreja Católica. Nessa disputa, figuravam a Fundação Paulo Ramos, criada em 1944 pelo então Interventor do Estado, Dr. Paulo Ramos (1896-1969) e a Arquidiocese de São Luís que, naquele momento, criava várias Faculdades, com o objetivo de reuni-las em um só espaço. O fato é que esse formato deu origem à Universidade Federal do Maranhão.

Vale ressaltar que, a partir da década de 1950 e pelas décadas seguintes, a Igreja ampliou de modo significativo o seu espaço de atuação, criando e dirigindo espaços de formação e sociabilidades. Aí, destacam-se dois religiosos de grande notoriedade no ‘Grupo Católico’, os quais, por longos anos, mantiveram-se nos centros de produção intelectual maranhense. Um deles foi o Cônego Antônio Bezerra Bonfim (1923-1983), maranhense do município de Colinas. Ordenou-se no Seminário da Prainha (Fortaleza/CE), destacando-se como orador sacro e tradutor de francês. Fez pós-graduação em Sociologia das Religiões na Sorbonne (Paris). Foi articulista e diretor do Jornal do Maranhão, veículo de comunicação da Arquidiocese de São Luís, dirigente da Juventude Universitária Católica no Maranhão (JUC), professor e diretor da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras e vice-reitor da Universidade Federal do Maranhão.

O segundo religioso foi o Cônego José de Ribamar Carvalho, nascido em Codó (MA). Ordenou-se no Seminário Santo Antônio (São Luís/MA), fez cursos de Psicologia e Pedagogia na Faculdade de Letras e Ciências Humanas de Sorbonne, pós-graduação na

Escola de Psicologia de Bordeaux e Administração Universitária em Houston (Texas). Foi professor, reitor e membro do Conselho Diretor da Universidade Federal do Maranhão, Presidente do Conselho Estadual de Educação, Diretor Executivo do convênio MEC/USAID no Estado do Maranhão e diretor executivo estadual do Plano Nacional de Educação.

Por meio das trajetórias desses dois religiosos, percebe-se a presença da Igreja Católica em postos estratégicos nas estruturas de poder do estado do Maranhão, mostrando o empenho desta instituição na participação e no controle das decisões sociais, par e passo com os organismos estatais, o que nos leva a indagações sobre essas articulações com o sistema político-partidário e suas características nesse período.

Conforme Pinto (1982), na década de 1950, o sistema partidário no Maranhão estava sob o domínio da elite rural, modelo político herdado da Velha República. A disputa política resumia-se na luta pela conquista do poder, que assegurava ao grupo vencedor uma posição hegemônica, propícia à defesa dos interesses identificados com esse grupo. Nessa configuração, “[...] a construção de escolas, a nomeação de pessoas para cargos do magistério, a liberação de verbas para o poder local, dependem da força política dos controladores do poder [...]”. (PINTO, 1982, p. 98).

Vê-se, então, que nesse contexto não há espaço para uma política de educação voltada para as necessidades populares, mas sim, para os interesses particulares. Nessa conjuntura, a Igreja tem lugar de honra, por meio de seus intelectuais que integram o seletivo grupo com voz e vez nas decisões educacionais do estado, no âmbito governamental, opinando sobre projetos, programas, currículos, convênios, construção e funcionamento de escolas, bem como os demais elementos que caracterizam a estrutura educacional.

Além disso, não é demais lembrar que, no aludido período, a Igreja Católica dominava o setor de ensino particular maranhense por meio dos Colégios Maristas (masculino) - dirigido pelos Irmãos Maristas - São Vicente de Paula e Santa Teresa (femininos) - dirigidos pelas Irmãs de Caridade e pelas Irmãs Dorotéias, respectivamente. Estes estabelecimentos figuravam ao lado de outros colégios particulares e laicos, como o Colégio Cisne, dirigido pelo professor Arimatéia Cysne; o Instituto Raimundo Cerveira, sob direção da professora Zoé Cerveira; a Escola Normal Primária Rosa Castro, dirigida pela professora Rosa Castro; e o Ateneu Teixeira Mendes, sob a responsabilidade do professor Francisco Solano Teixeira.

As escolas públicas de maior destaque pertenciam à rede estadual de ensino e estavam localizadas na capital do estado. A Escola Benedito Leite, a Escola Normal e o Liceu destinavam-se aos filhos da classe econômica abastada. Nas escolas, sobretudo, nos oficiais,

eram utilizados livros adversos à realidade maranhense, além de textos pedagógicos de professoras maranhenses. Tais produções constituíam valiosos suportes na transmissão do modo de pensar e agir da classe dominante, destacando-se o *Livro de Lúcia*, de autoria da professora Rosa Castro e a *Cartilha de Luiz*, da professora Zuleide Bogéa, que continha abordagem regional. Havia, ainda, os textos da professora Mary Santos com abordagem cívico-moral. (MOTTA, 2003).

Como se observa, as escolas públicas e particulares, de maior relevo social, estavam localizadas na capital. Por sua vez, os municípios maranhenses, em sua maioria, não possuíam professores nem prédios suficientes para atender à crescente demanda. Esse contexto de dificuldades foi aproveitado pela Igreja Católica que percebeu a oportunidade para recuperar os espaços outrora perdidos. Para esse fim, definiu novas diretrizes no mundo, as quais lhe propiciaram mecanismos para apropriação desses espaços.

Um desses mecanismos estava diretamente ligado à ampliação das atividades sacerdotais, com a real possibilidade da efetivação dos intercâmbios internacionais entre as diferentes Congregações Religiosas dos diversos países, prioritariamente, com o envio de missões católicas para os países mais pobres. Com isso, o fenômeno da imigração das Congregações favoreceu a Igreja do Brasil por permitir sua reestruturação no bojo das disputas com o Estado, atuando em diferentes espaços sociais, de modo bem distinto, como esclarece Bittencourt:

Se, nas primeiras décadas do século XX, as congregações estavam envolvidas na fundação de colégios para a educação dos filhos das elites e na administração de hospitais e asilos, nos anos 1950/1960 era o esboço de uma nova teologia, politicamente engajada, fundada na atração pelos pobres que as atraía. Muitas são as congregações que afirmam ter imigrado graças aos efeitos dos debates ocorridos durante o Concílio Vaticano II e à exposição da política praticada por setores progressistas da Igreja latino-americana. (BITTENCOURT, 2017, p.75).

É nesse contexto que a Missão Canadense de Nicolet, composta de diversas congregações religiosas católicas, chega em Guimarães- Brasil em 1955 e inicia suas atividades sacerdotais, educacionais e na área de saúde. Nos anos seguintes, os municípios de Alcântara, Bequimão, Peri-Mirim, Cururupu e Viana também recebem integrantes da Missão Canadense. Para tanto, faz-se necessário compreender as articulações que propiciaram as aproximações entre o Brasil e o Canadá.

3 ENTRE DOIS MUNDOS: as aproximações entre o Brasil e o Canadá

“Ide, pois, fazer discípulos entre todas as nações [...]” (Mt 28,19)

As transformações sociais, políticas, econômicas e culturais com grande repercussão nas primeiras décadas do século XX, foram decisivas para que a Igreja Católica buscasse formas de redimensionar a sua atuação e garantir a sua manutenção no mundo, por meio de significativas mudanças no seu interior, estabelecendo novas maneiras de se relacionar com as sociedades e suas singularidades.

Dessa recomposição resultou uma nova imagem da instituição no espaço simbólico, após amplo processo de reordenação doutrinária promovido pelo Vaticano. Neste trabalho, priorizamos, especialmente, os efeitos de tais mudanças, a partir dos anos de 1950, período que também demarca esta pesquisa no bojo das relações entre a Igreja e o Estado, tendo a educação como objeto de análise no contexto brasileiro, nomeadamente, no estado do Maranhão.

A ideia de crises no interior da Igreja Católica ganhou forma no Brasil, a partir da Proclamação da República, com a laicização do Estado, e foi se estendendo por meio de variados processos ao longo das décadas seguintes, ganhando forte impulso, com a industrialização, a urbanização, o aumento da demanda educacional e o surgimento de novas denominações religiosas. Nos anos 1950, essas crises foram amplificadas por outras, incluindo a diminuição do clero no Brasil, sobretudo em estados do Nordeste como o Maranhão.

Essa combinação de fatores foi enfrentada pela Igreja com um conjunto de iniciativas traduzidas em uma sequência de documentos produzidos e disseminados, principalmente na década de 1950, quando religiosos e religiosas foram conclamados a estenderem suas atividades sacerdotais para os mais diferentes lugares do mundo. Assim, o tema das Missões que não era inédito no âmbito do Vaticano apenas ganhou novos contornos nas Encíclicas Pontifícias e nas Exortações Apostólicas, na referida década. Nesse contexto, os documentos pré-conciliares *Evangelii Praecones* (Pio XII, 1951), *Fidei Donum* (Pio XII, 1957) e *Princeps Pastorum* (João XIII, 1959) abordaram temas como conversão, fé e corresponsabilidade.

Na Encíclica Evangelii Praecones, o Papa Pio XII busca conciliar as duas tendências da Missiologia da época, o chamado à fé e a implantação da Igreja por meio de uma hierarquia nativa. Segundo Kachel (1998, p. 89), “[...] o Papa pede que se acelere a formação do clero nativo e indica a urgência de adaptação às culturas e costumes locais, em uma justa enculturação, na qual se respeitem todas as culturas [...]”. Neste documento fica

patente a abertura para a cooperação direta dos leigos no apostolado missionário, assim como as orientações para a formação do clero local e dos leigos para as Missões.

Já a Encíclica *Fidei Donum*, publicada um ano antes do falecimento de Pio XII, inicialmente teve por objetivo, um chamado para o continente africano, ao mesmo tempo que alertava para a corresponsabilidade de todos os religiosos e religiosas com a Missão Universal. Dessa forma, o chamado foi dirigido aos sacerdotes diocesanos, a fim de que assumissem a responsabilidade de auxiliares dos Bispos, na condição de missionários temporários ou permanentes. Para Kachel (1998) é esse o contexto de surgimento dos sacerdotes missionários “*Fidei Donum*”, assim denominados os sacerdotes diocesanos, enviados para o auxílio pastoral em diversas Dioceses mundo afora.

Por fim, a Encíclica *Princeps Pastorum*, já na vigência do Papa João XXIII, além de reafirmar as temáticas presentes nas encíclicas anteriores, pedia urgência no despertar do clero nativo, de modo a relacionar a evangelização com a promoção do desenvolvimento humano, através da formação intelectual e pastoral, com especial atenção à juventude.

Desse modo, a movimentação de religiosos pelo mundo foi percebida e compreendida como um novo redesenho das funções da Igreja Católica pelo mundo, comportando novos sujeitos e novas temáticas, a fim de reaver espaços e estabelecer novas investidas, principalmente por meio das classes populares que reivindicavam direito à educação, saúde, moradia e outros.

3.1 Intercâmbios Transnacionais e a ação social da Igreja Católica

As orientações sistematizadas nos documentos do Vaticano mencionados foram fundamentais para a aproximação entre o Brasil e o Canadá, por meio da vinda de Ordens e Congregações Religiosas canadenses que foram intensificadas com o advento da década de 1950. Há relatos da presença de Congregações canadenses no Brasil, desde o início do século XX, como mostram os estudos de Lowy (1998) que apontam a presença de religiosos em Minas Gerais, os Irmãos de Sacré-Couer, e em São Paulo e Belém do Pará, a Congregação de Santa Cruz. Os Irmãos de Santa Cruz chegaram a São Paulo em 1952 onde fundaram o Colégio de mesmo nome. Seguiram-se o Colégio Notre Dame na cidade de Campinas (SP) e o Colégio Armando em Santarém (PA).

A presença da Congregação de Santa Cruz no Brasil é facilmente associada ao prestígio de suas instituições educativas, com destaque para o Colégio Santa Cruz, fundado em 1952, mesmo ano da chegada da Congregação no Brasil. Localizado no bairro Alto de

Pinheiros, em São Paulo, o estabelecimento recebe alunos da elite paulistana, assim como dos estamentos sociais menos favorecidos, desde a sua fundação até os dias atuais. Desse modo, constam entre seus ex-alunos: artistas, intelectuais, banqueiros, empresários e políticos de grande visibilidade no país e no exterior.

Os padres canadenses da Congregação de Santa Cruz são conhecidos particularmente por imprimir um pensamento renovador na proposta pedagógica que orienta os seus Colégios, sendo esta considerada uma inovação na sociedade tradicional dos anos de 1950. Além disso, ficaram também conhecidos pelas publicações e participação em debates acerca de temáticas sociais pouco comuns a membros da Igreja Católica, sobretudo em meios tradicionais, no referido período.

Segundo Aguiar (2002, p. 18), “[...] os padres canadenses trouxeram uma visão moderna do catolicismo, mudando o padrão da educação de São Paulo, [...] a experiência fez com que outros colégios tradicionais da época repensassem o modelo de educação [...]”. O autor segue explicando que o Colégio Santa Cruz foi um símbolo de educação arrojada numa época em que as escolas tradicionais não se preocupavam em desenvolver o senso crítico do aluno.

Nesse sentido, merece especial atenção a trajetória de um dos membros mais conhecidos dessa Congregação: o padre canadense Paul-Eugène Charbonneau (1925-1987), filósofo, teólogo e educador. Foi diretor e professor do Colégio Santa Cruz, professor da PUC/São Paulo e autor de obras como *Da Rerum Novarum à Teologia da Libertação*; *Adolescência e Liberdade*; *Reforma Social Cristã no Brasil*; *Educar: diálogos de gerações*, entre outras.

Ademais, ao contrário de algumas Ordens e Congregações Religiosas, que nos últimos anos fecharam as suas escolas no Brasil, a Congregação de Santa Cruz vem testemunhando de forma ativa, os principais acontecimentos sociais do país, em plena atividade. No entanto, é preciso ressaltar que, em certos momentos da História, a Congregação e seus colégios têm sido instados a reformular as suas práticas e seus modos de organização, muito além das diretrizes institucionais e legais, mas em razão das transformações sociais que impõem redefinições na sua configuração.

Reconhecido por adotar uma posição progressista, sempre aberto ao diálogo e em sintonia com a realidade social e suas dinâmicas, o Colégio, apesar de sua orientação confessional, atraiu alunos de todas as denominações religiosas e com elas conviveu amistosamente desde a sua fundação até o final da primeira década deste século XXI. Nesse ponto, iniciou-se um período de significativo declínio no quantitativo de alunos, o que fez a

Congregação decidir pela substituição dos Irmãos Canadenses, após cinquenta e nove anos à frente dos Colégios, passando sua gestão para os Irmãos Americanos.

Embora ambos pertençam à mesma Congregação, os americanos são tidos como conservadores e doutrinários, posição oposta à dos canadenses, o que mudou consideravelmente as características dos Colégios. Esse fato é bem ilustrativo sobre o ideário de tipo reacionário que vem assolando o país desde o limiar da segunda década do século XXI, com uma série de acontecimentos políticos, sociais e econômicos que indicam sinais de retrocesso em diversos segmentos sociais.

Apresentamos estas breves considerações sobre o Colégio Santa Cruz para sublinhar os valores que nortearam as ações dos missionários canadenses da Congregação de Santa Cruz, que coincidem, sobremaneira, com o pensamento progressista da Missão Canadense de Nicolet, vinda ao Maranhão em 1955, para quem o compromisso com o pensamento autônomo e as liberdades de expressão eram valores fundamentais.

Por oportuno, ressalta-se que o Colégio Santa Cruz foi o lugar de acolhimento aos religiosos integrantes das Missões Canadenses no Brasil que lá passavam por cursos de especialização e atividades de integração à cultura do país, como foi o caso da Missão Canadense das Dioceses de Sherbooke e Nicolet. Merecem destaque as Congregações Irmãs da Assunção da Santa Virgem (Saint Gregoire) e Irmãs de São José (Saint Hyacinthe), ambas pertencentes à referida Missão, tendo a educação como carisma religioso desde as suas respectivas fundações e receberam no Colégio Santa Cruz as orientações necessárias acerca do funcionamento do ensino no país.

Nesse sentido, consideramos necessário analisar as aproximações entre o Brasil e o Canadá, a fim de perceber, com maior clareza, elementos da cultura canadense que favoreceram aos religiosos, que chegaram ao Brasil, um pensamento progressista, capaz de influenciar mudanças na estrutura tradicional de atuação da Igreja Católica no país, uma vez que esta, apesar das ações caritativas e das inúmeras campanhas em prol dos menos assistidos, raramente assumia protagonismos em relação a temas como desigualdades sociais, conflitos agrários, violência urbana, sexualidade, juventudes e lutas sindicais, especialmente no ambiente escolar.

Torna-se necessário, então, recordar a predominância do multiculturalismo na formação do Canadá, passando por constantes atualizações ao longo de sua História, por meio dos mais variados eventos decorrentes dos fluxos migratórios em diferentes épocas. Localizado na América do Norte, o território canadense foi habitado durante muitos séculos por diferentes grupos de povos aborígenes e, a partir do século XV, passou a receber expedições inglesas,

francesas e portuguesas. É um país com forte tradição democrática e umadas nações mais ricas do mundo; é bilíngue, tendo como idiomas oficiais o inglês e o francês. Possui um dos melhores sistemas educacionais, com forte tradição na formação docente, sendo que este tema tem sido objeto de trocas e intercâmbios entre o Canadá e diversas nações, inclusive o Brasil. (SANTOS, 1996).

A partir dessas informações, passamos a analisar os contextos de atuação desses religiosos no Maranhão, tendo em conta os motivos que levaram o Bispo Dom Afonso Maria Ungarelli, a solicitar religiosos canadenses para as Paróquias da sua Diocese, não só para garantir a presença da Igreja na vida espiritual dos paroquianos, mas também para que atuassem nas áreas sociais, diante da situação de ausência do poder público em setores fundamentais da existência humana.

3.2 As Missões Católicas Canadenses no Maranhão

As Missões Católicas no estado do Maranhão remontam ao Período Colonial com a presença de diversas Congregações Religiosas. No entanto, neste trabalho priorizamos a metade do século XX, período que corresponde à delimitação desta pesquisa e se refere ao período da chegada da Missão Canadense no município de Guimarães, assim como em outros municípios da região norte do Maranhão (Baixada e Litoral Ocidental Maranhense).

A presença das Missões Católicas decorreu de um conjunto de recomendações do Vaticano, traduzidas em diversos documentos que visavam o reordenamento da Igreja pelo mundo. Desse modo, a região norte do Maranhão foi beneficiada com a vinda de diversas Congregações Religiosas que mudaram significativamente os cenários e as rotinas desses municípios que passaram a conviver com uma nova Igreja em suas novas perspectivas de atuação social.

Nesses ambientes a instituição eclesiástica foi reconfigurada e penetrou em espaços das estruturas sociais antes pouco prováveis aos membros do clero. Assim, o caráter sociológico da Igreja se revela por meio de intervenções sociais, políticas e econômicas, em virtude da ausência do poder estatal nas instâncias públicas dos municípios (escolas, hospitais, saneamento básico e arranjos produtivos locais).

Para Miceli (1998), após a separação entre Igreja e Estado, a Igreja passou a ter uma autonomia maior que lhe possibilitou a criação de uma cultural organizacional própria, cujo resultado foi o crescimento de circunscrições eclesiásticas, com o redesenho de sua hierarquia, favorecendo a estadualização do Poder Eclesiástico e, com isso, houve necessidade de

estratégias específicas para cada região, dependendo das condições de manutenção do pacto oligárquico e do lugar que a Igreja ocuparia na estrutura social.

No bojo desse realinhamento, emergem diferentes formas de relacionamentos entre a Igreja e os poderes locais, com vínculos diretos ou indiretos com o setor público, ocasião em que diversas formas de alianças foram estabelecidas, com religiosos ocupando cargos públicos em diversos níveis, a serviço das oligarquias, em campanhas políticas, influenciando opiniões por meio de discursos proferidos etc. (AZZI, 2008; DELLA CAVA, 1975).

No Maranhão, os intelectuais católicos que já ocupavam expressivo espaço no âmbito do ensino particular, por meio dos grandes colégios, voltados prioritariamente para atender às elites urbanas e rurais, passaram a ocupar postos relevantes nas estruturas do Estado, como anteriormente apresentado na subseção **‘Os Intelectuais Católicos e a Educação’**.

Estiveram na articulação da criação da Universidade Federal do Maranhão – UFMA, na gestão dos órgãos estaduais de educação, nas comissões nacionais de educação e saúde representando o Estado, na publicação de artigos, livros, jornais, programas de rádio e em atividades pastorais diversas, opinando e orientando as atividades do laicato que se fortalecia. É importante destacar, entretanto, as estreitas vinculações entre a Igreja e as forças políticas, na metade do século XX, no território maranhense.

Ainda sobre o redimensionamento do clero, destacamos a problemática territorial que é fundamental para a compreensão da vinda de missionários estrangeiros ao Maranhão. Após amplo processo de reestruturação da Igreja, e em face das novas determinações que tratavam da ampliação das ações eclesiais e sociais, a Igreja do Brasil, em especial, a do Maranhão, deparava-se com a ausência de religiosos para ocuparem os territórios abertos com a criação de novas circunscrições eclesiásticas, no território maranhense, como foi o caso da Prelazia de Pinheiro.

Segundo Azzi (2008), com a separação entre o Estado e a Igreja, foi possível constatar a perda de prestígio desta última entre os fiéis e em toda a sociedade, situação que afetou sobremaneira o sistema de recrutamento eclesial, notadamente entre as famílias abastadas, o que, de certa forma, acabou por favorecer os segmentos sociais populares para quem a carreira religiosa significava real possibilidade de ascensão social.

Daí decorreu a necessidade do apelo às Congregações Internacionais para suprirem as demandas por evangelização nas diversas Paróquias que passaram a compor as novas circunscrições, sobretudo em face das inúmeras dificuldades enfrentadas por essas populações em todas as áreas sociais. Pacheco (1969) destaca as seguintes Congregações Religiosas no Maranhão:

Quadro 2 - Ordens e Congregações Masculinas

Ordem	País de Origem	Entrada
1- Capuchinhos	Itália	1894
2- Lazaristas	França, Brasil e Holanda	1904
3- Irmãos Maristas	França	1908
4- Lazaristas	Holanda	1937
5- Jesuítas	Itália	1927
6- Missionários do Sagrado Coração de Jesus	Itália	1946
7- Franciscanos da Província de Saxônia	Alemanha	1952
8- Missionários Combonianos	Itália	1952

Fonte: Pacheco (1969).

Quadro 3 - Ordens e Congregações Femininas

Ordem	País de Origem	Entrada
1- Filhas de Santana	Itália	1886
2- Irmãs Dorotéias	Itália	1894
3- Irmãs dos Pobres de Santa Catarina de Sena	Itália	1907
4- Irmãs Missionárias Capuchinhas	Itália	1910
5- Filhas de Caridade de São Vicente de Paulo	França	1938
6- Missionárias de Jesus Crucificado	Brasil	1953
7- Irmãs Franciscanas da Imaculada Conceição	Austria	1961
8- Filhas de Santa Teresa de Jesus	Brasil	1962
9- Irmãs de Notre Dame de Namur	Bélgica	1963
10- Irmãs Josefinas	Brasil	1963
11- Irmãs da Congregação de São José de São Jacinto	Canadá	1963

Fonte: Pacheco (1969).

Apesar de não constarem no Quadro apresentado por Pacheco (1969), registramos as Congregações canadenses: a Congregação Masculina Nicoletanos de Maria e a Congregação Feminina Irmãs da Assunção da Santa Virgem, que chegaram em Guimarães/MA, respectivamente em 1955 e 1956, ambas oriundas da Diocese de Nicolet. Além destas, vieram os Padres Gerard Cambron e Robert Lessard, da Diocese de Sherbrooke, os quais, em 1958, assumiram as Paróquias de Bequimão e Peri-Mirim, também ligadas à Prelazia de Pinheiro, conforme registro abaixo:

DO CANADÁ PARA O MARANHÃO

A Providência Eclesiástica do Canadá, constituída da Arquidiocese de Sherbrook e as Dioceses de Nicolet e São Jacinto, tem olhado com muito carinho estas plagas do Setentrião Brasileiro, enviando sacerdotes, Irmãos Leigos e Religiosas para o Maranhão. Há dois anos a Diocese de Nicolet enviou Padres, Irmãos e depois Religiosas para Vigararia Forânea de Alcântara e Guimarães, da Prelazia de Pinheiro.

No dia 18 do corrente, aqui chegou, procedente da Diocese de São Jacinto, nova Apostólica destinando-se à Vigararia Forânea de Cururupú, daquela mesma Prelazia. A data de posse está marcada para o dia 1º de dezembro que vem, 1º domingo do Advento.

A própria Arquidiocese de Sherbrook mandará, brevemente, alguns de seus Padres, Irmãos e Irmãs, para Peri mirim e Bequimão.

Sejam bemvindos!. (JORNAL DO MARANHÃO, 1957, p.4).

A Missão de Nicolet passou a atuar nos municípios de Alcântara, na evangelização e atividades na área da saúde. Em Guimarães, com a presença as Irmãs da Assunção, estiveram envolvidas com as atividades educacionais. Além dos alunos do município de Guimarães, a Escola Normal recebia alunos dos municípios de Alcântara, Cururupu, Cândido Mendes, Bequimão, Peri-Mirim e outros. Eram jovens encaminhados pelos religiosos canadenses que estavam em missões naqueles municípios. Guimarães tornou-se, desse modo, um importante polo educacional na região.

No ano de 1963, mais uma Missão Canadense chega ao município maranhense de Cururupu. Dessa feita, a Missão de Saint Hyacinthe tendo à frente, a Congregação das Irmãs de São José, que no mesmo ano fundam a Escola Primária Sagrado Coração de Jesus e o Ginásio Dom Bosco, instituições de ensino que representaram um grande avanço social no referido município por atenderem a um grande número de alunos.

É oportuno ressaltar que as Irmãs da Assunção, além de Guimarães, atuaram no campo educacional do município de Viana⁸, na Baixada Maranhense. Ocorreu que, com as notícias sobre o trabalho das religiosas na Escola Normal Regional de Guimarães, o Bispo da recém-criada Diocese de Viana, Dom Hamleto de Angelis (1963-1967), italiano da Congregação dos Missionários do Sagrado Coração, percebendo a necessidade de uma escola para Formação de Professores na sua circunscrição, no ano de 1965, enviou solicitação à A Missão de Nicolet passou a atuar nos municípios de Alcântara, na evangelização e atividades na área da saúde. Em Guimarães, com a presença as Irmãs da Assunção, estiveram envolvidas com as atividades educacionais. Além dos alunos do município de Guimarães, a Escola Normal recebia alunos dos municípios de Alcântara, Cururupu, Cândido Mendes, Bequimão, Peri-Mirim e outros. Eram jovens encaminhados pelos religiosos canadenses que estavam em missões naqueles municípios. Guimarães tornou-se, desse modo, um importante polo educacional na região.

No ano de 1963, mais uma Missão Canadense chega ao município maranhense de

8 “Desmembrado do território da Arquidiocese de São Luís, de que ficaria como sufragânea, o BISPADO DE VIANA abrange doze municípios da chamada Baixada Maranhense, numa extensão de 32.764 km², com uma população de 313.692 habitantes e com sua sede na antiga missão jesuíta de Maracu, erigida em vila, com o nome de Viana, a 8/9/1757. [...]” (MEIRELES, 1977, p. 349).

Cururupu. Dessa feita, a Missão de Saint Hyacinthe tendo à frente, a Congregação das Irmãs de São José, que no mesmo ano fundam a Escola Primária Sagrado Coração de Jesus e o Ginásio Dom Bosco, instituições de ensino que representaram um grande avanço social no referido município por atenderem a um grande número de alunos.

É oportuno ressaltar que as Irmãs da Assunção, além de Guimarães, atuaram no campo educacional do município de Viana⁸, na Baixada Maranhense. Ocorreu que, com as notícias sobre o trabalho das religiosas na Escola Normal Regional de Guimarães, o Bispo da recém-criada Diocese de Viana, Dom Hamleto de Angelis (1963-1967), italiano da Congregação dos Missionários do Sagrado Coração, percebendo a necessidade de uma escola para Formação de Professores na sua circunscrição, no ano de 1965, enviou solicitação à

O Bispo de Viana, Dom Hamleto de Angelis, vem mui respeitosamente requerer a V. Sia. se digne autorizar o funcionamento da Escola Normal Colegial “Nossa Senhora da Conceição” na cidade de Viana neste Estado e cuja sede provisória será o Grupo Escolar Paroquial “Dom José Delgado” até ultimarem os trabalhos de construção da Sede própria cuja planta anexo para apreciação de V.Sia.

O Bispo de Viana, Dom Hamleto de Angelis, vem mui respeitosamente requerer a V. Sia. se digne autorizar o funcionamento da Escola Normal Colegial “Nossa Senhora da Conceição” na cidade de Viana neste Estado e cuja sede provisória será o Grupo Escolar Paroquial “Dom José Delgado” até ultimarem os trabalhos de construção da Sede própria cuja planta anexo para apreciação de V.Sia.

Na cidade existem três Grupos Escolares reconhecidos pelo Estado e um Ginásio mantido pela Campanha Nacional de Educandários Gratuitos. A Escola Normal, além de Viana, atenderá os municípios vizinhos de Penalva, Matinha, Cajari, Monção, Pindaré Mirim, São Vicente de Ferrer e São João Batista. Será, portanto, de grande utilidade para preparar professores para os nossos municípios.

Atendendo um benévolo acolhimento ao meu pedido desde já expresso meu sincero agradecimento.

Viana, 25 de agosto de 1965 Dom Hamleto de Angelis M.S. C. 1º Bispo de Viana (APEM, 1965, não paginado).

Observa-se nesta correspondência aspectos importantes do cenário educacional de Viana, como a alegada relevância da Escola para essa parte da região norte (Baixada) e a presença de atores externos às estruturas estatais e clericais operando no setor educacional do município, representados pela Campanha Nacional de Educandários Gratuitos (CNEG). Essa parceria nos instigou a uma investigação sobre as origens da Instituição, tendo em vista “[...] a pertinência de se desvelar por meio do entrecruzamento dos agentes [...]” (BOURDIEU, 2012, p. 112), uma breve história da educação na região e também, por ser incomum a presença de outras Instituições nesse período, nesses municípios, cuja prevalência pertencia ao Estado,

ao Município e à Igreja Católica.

Segundo Silva (2010), a CNEG teve origem na cidade de Recife/PE, no ano de 1943, pela iniciativa de jovens estudantes do curso de Direito da Universidade Federal de Pernambuco – UFPE, sob a liderança de Felipe Tiago Gomes, estudante paraibano, da cidade de Picuí, que, ao vivenciar diversos obstáculos, como falta de moradia, alimentação e constantes deslocamentos, junto com os companheiros do curso de Direito, idealizou uma instituição que pudesse levar educação popular aos diversos lugares do país. E assim nasceu a

Campanha dos Ginasianos Pobres (CGP) que, anos depois, passou a ser denominada Campanha Nacional de Educandários Gratuitos, sendo declarada de Utilidade Pública pelo Decreto nº 36505, de 30 de novembro de 1954, pelo então Presidente da República, João Café Filho.

E sobre a história dessa Instituição, o jornal Pacotilha de 29 de setembro de 1949, em seu quadro de avisos, noticia a chegada da CNEG ao Maranhão, com o apoio decisivo da professora e bibliotecária Ariceya Lima Moreira da Silva, então diretora da Biblioteca Pública Benedito Leite. “[...] Em mais uma iniciativa auspiciosa e de grande lastro, intelectuais maranhenses sob o comando da Diretora da Biblioteca Benedito Leite, Ariceya Moreira Lima da Silva firmam termo de Cooperação para instalação da Campanha dos Ginasianos Pobres, nesta capital...[...]” (Jornal Pacotilha, 1949, p.2)

As informações acima, revelam a circulação e a apropriação das ideias sobre educação no contexto de desigualdades sociais do Nordeste brasileiro na metade do século XX, tendo à frente sujeitos sociais que emergem no cenário político, abrindo espaços para novos agentes educativos, oriundos de esferas distintas da Igreja e do Estado, mas subsidiados por este último como se percebe no Decreto do Presidente João Café Filho.

Após essas considerações, retornamos à questão da Escola Normal Nossa Senhora da Conceição em Viana, que pelo exposto na obra *Audácia e Esperança em terras Brasileiras: As Irmãs da Assunção da Santa Virgem no Brasil* (1956-2006) de autoria da religiosa da referida Congregação, Georgette Desrochers, sobre a experiência missionária e educacional das Irmãs da Assunção, no Brasil, ocasião em que a autora dedicou um capítulo para o município de Viana, estão nítidas as dificuldades e embates enfrentados por elas, especialmente, após o falecimento de Dom Hamleto de Angelis e com a posse do novo bispo, Dom Francisco Hélio Campos. Este, passou a fazer oposição ao modo de atuação das Irmãs, na escola e junto à comunidade, direcionando a elas graves acusações, inclusive, da participação e financiamento em atividades consideradas subversivas naquele contexto, entre elas, apoio ao Sindicato de Trabalhadores Rurais e enfrentamento à grilagem de terras em Viana. Tais fatos culminaram com a saída

definitiva das religiosas da Diocese de Viana.

As informações coincidem com os relatos da Irmã Juliette Filiatrault, no ano de 2003, que na ocasião falou dos silêncios, por parte da Igreja acerca dessa experiência em Viana, esses relatos são reveladores de outras questões, que só podem ser elucidadas, a partir da compreensão de que “[...] o historiador é comparável ao médico, que utiliza os quadros nosográficos para analisar o mal específico de cada doente. E, como o do médico, o conhecimento histórico é indireto, indiciário, conjectural [...]” (GINZBURG, 1989, p. 57).

Daí porque, a importância de se recordar aspectos históricos do município de Viana, que por longos períodos permanece no epicentro das disputas por terras. Além disso, os conflitos agrários no Maranhão, sobretudo a partir de 1966, mobilizaram muitos religiosos católicos em defesa dos lavradores. Registros, apurações de prisões e processos judiciais foram possíveis, a partir da criação da Comissão Pastoral da Terra (CPT), entidade que congregava camponeses, jornalistas, professores e principalmente religiosos. Assim é que informações sobre os mais diversos conflitos ocorridos em diferentes municípios do Maranhão eram noticiadas na imprensa maranhense e brasileira, inclusive na Rádio Educadora e em jornais como o *Jornal do Maranhão*, ambos pertencentes à Arquidiocese de São Luís. É forçoso lembrar que muitas notícias deixaram de ser veiculadas, e aquelas que foram publicadas apresentavam informações resumidas ou com sentidos diferentes de notícias encontradas em outras fontes, como as correspondências trocadas entre os religiosos.

Assim, não é demais lembrar que muitos religiosos católicos estiveram em defesa de ideais defendidos pelos militares, durante o regime ditatorial, como por exemplo, os integrantes da Sociedade Brasileira de Defesa da Tradição, Família e Propriedade (TFP), agremiação católica e anticomunista, que costumava entrar em conflito com a Conferência Nacional dos Bispos (CNBB), por questões ideológicas (MONÁCO, 2012).

Dessa maneira, a região norte do Maranhão experimentou mudanças não somente no cenário religioso, mas em diversos setores da vida social, uma vez que o modo de atuação dos religiosos e religiosas era dinâmico e em alguns momentos, decorriam dos antagonismos vigentes na estrutura da Igreja Católica no Brasil, nos anos de 1960. Talvez, as diferentes percepções sobre a evangelização tenham produzido a cisão entre as religiosas canadenses da Congregação Irmãs da Assunção e o então bispo empossado na Diocese de Viana, o brasileiro, natural de Quixeramobim – CE, Dom Francisco Hélio Campos.

Apartir desse episódio é possível se perceber as diferenças nos modos de atuação das Congregações. A vinda de missionários ligados a dioceses estrangeiras - conhecidos como os *‘Fidei Donum’*, numa alusão à Encíclica que permitiu os intercâmbios internacionais entre

as Igrejas Católicas de vários pontos do mundo - imprimiu nova imagem à Instituição Eclesiástica nos municípios maranhenses que, por longos anos, estiveram em situação de isolamento social, seja pelas características geográficas, seja pela ausência do Estado ou da própria Igreja.

Nessas condições, e em virtude das concepções religiosas de brasileiros e estrangeiros, portanto, produtoras de relações diferenciadas em relação às condições tradicionais do exercício religioso a que os maranhenses estavam habituados, até a década de 1950, muitas ações desenvolvidas pelos(as) estrangeiros(as), eram vistas como transgressoras e fora dos objetivos da Igreja. Até esse período, as atividades religiosas eram escassas e consistiam apenas em uma ou duas vezes por ano, com a presença do Vigário que, por meio de ‘desobrigas’, realizava casamentos, batizados e outros sacramentos.

A perspectiva de uma Igreja voltada para os mais necessitados já constava nas propostas da Igreja. Com a Encíclica *Fidei Donum*, isso se concretizou em alguns casos, sendo consolidado com a promulgação do Concílio Vaticano II. No solo brasileiro, várias iniciativas eram desenvolvidas nessa direção, culminando no decorrer dos anos 1950 e início dos anos 1960, com a criação da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), do Conselho Episcopal Latino-Americano (CELAM), das Comunidades Eclesiais de Base (CEBs), da Comissão Pastoral da Terra (CPT) e de outras entidades que pautavam as suas atividades clericais e sociais em favor dos oprimidos. Nos anos 1960, essas posições da Igreja eram efetivadas com as ações de religiosos e religiosas que se colocavam em defesa dos desfavorecidos e contra as arbitrariedades do regime militar e das oligarquias rurais, como demonstra o relato do Padre diocesano de Nicolet, Víctor Asselin, que atuou em Guimarães nos anos 1960, ao conceder uma entrevista ao pesquisador Eduardo Dagonet:

Aquí no Brasil, como em toda a América Latina, a Igreja tem uma responsabilidade muito grande. Porque ela é a única força de resistência. É por isso que o governo luta de tal forma contra ela e emprega todos os meios para desmoralizar e desencorajar os Padres. Se eles conseguem em algum momento é porque nós temos, nós mesmos, todo um esforço a ser feito para entrar no processo de conscientização. Nós não somos espontaneamente conscientizados e nós temos muito a aprender com os grupos de base e juntamente com eles. Sem isso, nós poderíamos facilmente continuar a fazer o jogo do poder, ajudar a manter o Estado como ele é, celebrar missas para o exército, os aniversários dos generais, etc. (DAGONET, 1980, p. 22).

As palavras do Padre Víctor Asselin, falecido no ano de 2015, apresentam uma dimensão da Igreja Católica voltada para as necessidades das pessoas desfavorecidas e contra os grupos políticos e econômicos que submetiam essas pessoas as mais variadas formas de violências, especialmente em meio a disputas por terras e relações de trabalho análogas à

escravidão. No entanto, destaca-se que as situações apresentadas na citação acima, ainda fazem parte do cotidiano brasileiro na atualidade, sendo preciso ressaltar que o estado do Maranhão ainda é um dos mais produtores de injustiças no meio rural, sobretudo com a expansão do agronegócio e exportação de mão de obra escrava.

Cabe observar na atualidade, a diminuição da presença de religiosos em movimentos sociais, no Maranhão, se considerarmos a década de 1960, período de forte atuação da missão de Nicolet em Guimarães e em outros municípios maranhenses como

Viana, como restou demonstrado diversos conflitos em razão da atuação das Irmãs da Assunção, em Guimarães, houve conflitos também, muitos deles na arena da política partidária, mas se observa uma intencionalidade em silenciar certos acontecimentos com isso, é muito importante que se evidencie os modos de atuação das Congregações, assim como os contextos de surgimento das mesmas em seus países de origem, a fim de se obter uma compreensão sobre as suas vinculações no seio da Igreja.

3.3 A Congregação Irmãs da Assunção da Santa Virgem (IASV)

Uma nova Congregação nasceu em Saint Gregoire, no ano de 1853! Eis que surge a Congregação Irmãs da Assunção da Santa Virgem, pela iniciativa do então Pároco da Paróquia de Saint Gregoire Magno, atual Diocese de Nicolet – Canadá, Jean Harper. A necessidade de uma escola para meninas, foi a motivação principal para o surgimento da congregação.

Conforme Lesage (1987), o período de 1821 a 1824 marca a organização das escolas no Canadá, em Saint Gregoire o cenário educacional era indefinido e limitado, uma vez que poucas pessoas podiam frequentar a escola, “[...] poucos meninos frequentavam o externato do povoado, seja pela distância, seja pelas condições financeiras, para as meninas, a situação era mais precária, para elas havia somente o pensionato das Ursulinas, mas poucas podiam pagar [...]” (LESAGE, 1987, p. 33).

Segundo o mesmo autor, naquele contexto, poucas congregações voltavam-se para as atividades educacionais formais, sendo a Congregação de Notre-Dame de Montreal, a maior delas, porém sem condições de atender a crescente demanda, daí a necessidade da criação de outras congregações que tivessem como carisma, a educação. Além disso, destaca-se os elementos definidores da educação canadense, com ênfase para a descentralização, legando às províncias e territórios, o encargo pelo planejamento, execução e monitoramento da educação.

Com o aprimoramento da legislação educacional, especialmente, a partir do ano de 1829, o território de Saint Gregoire foi dividido em nove distritos e foram criadas três novas

escolas mantidas pelo governo canadense mesmo assim, não foi suficiente para atender as necessidades locais. Com a chegada do Padre João Harper à Paróquia de Saint Gregoire, as diligências com vistas à criação de uma escola sob a responsabilidade da paróquia, foram iniciadas, junto ao Arcebispo de Quebec e a Superintendência de Instrução Pública local.

A solicitação para o Arcebispo consistiu, principalmente, quanto a autorização para que as Irmãs da Congregação das Ursulinas executassem as atividades educacionais, já que havia um imóvel adequado para a instalação do estabelecimento, porém esse período (1849), coincide com a eclosão de diversos conflitos no Canadá e, particularmente, em Saint Gregoire onde a configuração social passa a ser alterada, sobretudo pela chegada de famílias irlandesas expulsas pelos conflitos religiosos no país de origem, e as novas dinâmicas do governo canadense face às questões sociais ora intensificadas (SANTIAGO, 2015).

Nesse contexto, a situação educacional foi sendo cada vez mais negligenciada, fato que justifica o posicionamento incisivo do Pároco João Harper quanto à abertura de uma escola. Porém os obstáculos para o funcionamento da escola surgiram na mesma medida dos problemas locais, pois, apesar das simpáticas manifestações de apreço ao pleito, nem mesmo as autoridades eclesiais aceitaram contribuir de imediato com o projeto, como se observa na carta-resposta do Arcebispo ao Pároco Jean Harper:

Só posso estar edificado com o zelo de seus paroquianos e contente com sua boa vontade em colaborar nas despesas de uma instituição tão interessante para a instrução das moças das famílias de São Gregório que seria confiada a Irmãs da Congregação, estou por demais atarefado para responder mais detalhadamente à sua carta de 12 do corrente e para fazer algumas observações naturalmente exigidas pelo projeto em pauta. Mas sempre verei com interesse para a religião sua fundação como a de Yamachiche, as de Sta. Ana de Pérade, de Sta. Cruz e as demais. Mas não se omita em chamar cedo a comunidade de Montreal que parece favorável a todos estes empreendimentos e que, informada do que penso do seu, lhe dará respostas animadoras. (CANTIN, 2011, p. 112).

Apesar das dificuldades, o Pároco seguia com o objetivo de criar a escola para atender meninas em Saint Gregoire. Para tanto, conseguiu com o apoio da comunidade, a aquisição do imóvel que, mais tarde, passou a denominar-se a Casa de Desforgès e sede da Congregação. A busca por religiosas para dar efetividade às ações educativas continuavam, mesmo sem lograr êxito. Várias Congregações foram consultadas, a última delas, a Congregação de Notre Dame de Montreal, que, embora mostrasse entusiasmo para a empreitada, por meio de sua Superiora, não pôde dar outra coisa, senão promessas futuras.

Enquanto isso, o cenário educacional ampliava o seu agravamento, o crescimento da população tornava ainda mais urgente a ampliação do atendimento educacional, mas a crise política assolava o país e o corte das subvenções governamentais acarretou o fechamentodas

escolas que davam suporte à população de Saint Gregoire e região. Porém, o ano de 1845 inaugura um novo tempo para o Canadá, as boas notícias chegam em Saint Gregoire, pois neste ano, por meio de instrumento normativo legal, foram criadas as municipalidades da província, bem como a reorganização, em base paroquial, do sistema das escolas públicas.

A nova Lei tornava mais eficientes as comissões escolares; liberando-as da jurisdição dos conselhos de distritos e ligava-as diretamente ao ministério da Instrução Pública. Assim, a população de Saint Gregoire procedeu à eleição de seus comissários, ocasião em que o Padre João Harper, pároco local, foi eleito presidente da comissão que contava também, com a presença de pessoas da comunidade e assim iniciaram o processo de reestruturação da educação local.

Os comissários dividiram o território da paróquia em doze distritos, tendo cada um uma escola. Nesse novo sistema, os cidadãos deveriam arcar diretamente com o peso de quase todas as despesas, mas no decorrer do processo verificou-se a ineficácia das doações voluntárias e 1846, foram impostas taxas territoriais obrigatórias para o custeio da educação, o que causou insatisfações e protestos (LESAGE, 1957, p. 39).

Diante disso, o projeto de fundação de um convento de religiosas para garantir a educação para meninas, foi reativado no ano de 1848. Naquela ocasião, haviam vários aspectos favoráveis a criação da congregação e da escola, a experiência do Padre João Harper como membro da comissão escolar em Saint Gregoire, favoreceu a ampla compreensão sobre a estrutura e o funcionamento da educação canadense, assim como o acesso à Superintendência da Instrução Pública.

Nesse contexto, a Congregação Irmãs da Assunção da Santa Virgem foi fundada em 08 de setembro de 1853, pela iniciativa do Padre João Harper e teve como pioneiras, as Irmãs Leocádia Bourgeois, Matilde Leduc e Hedvirges Buisson, nos anos seguintes novas jovens foram inseridas na comunidade e as atividades educacionais iam sendo desenvolvidas de modo concomitante ao noviciado canônico. A obra educacional seguia firme, apesar dos inúmeros obstáculos, sobretudo, aqueles relativos às questões financeiras, considerando que a escola funcionava parcialmente, em regime de internato e externato.

As Irmãs da Assunção da Bem-Aventurada Virgem Maria concluíram o terceiro ano de magistério no convento Saint Gregoire. Do ponto de vista material, tiveram que recorrer a “apoiadores da educação” a fim de cobrir um déficit de 47 luíses (antiga moeda francesa); 45 luíses haviam sido recebidos da Comissão Escolar para a aula das externas, 50 tinham sido dados pelo Governo como verba especial e 420 haviam sido cobrados das alunas internas como pensão.

Se não era brilhante a situação material, o lado educativo ia progredindo mais e mais; havia 140 estudantes das quais 19 tinha mais de 16 anos; 80 eram externas, 20 semi-internas e 40 internas. O Programa de estudos comportava os seguintes manuais: Gramática Francesa (Noël e Chapsal), Gramática Inglesa (por Murray), Geografia

(por Holmes), Aritmética, História Sagrada, História do Canadá, História da França, English Reader, Catholic School Book, Manual de frases francesas e inglesas, o Grande e o Pequeno Catecismos da Província Eclesiástica de Québec. Ao Programa de estudos, foram acrescentados cursos especiais às matérias ordinárias; assim, 30 meninas estudavam corte e costura, e bordados e 15 alunas estudava a língua francesa; a aquarela e a música instrumental eram admitidas para proveito de algumas alunas. O equipamento escolar, além de seus elementos fundamentais, contava com dois globos terrestres, uma esfera armilar, 17 mapas geográficos e outros, as alunas tinham acesso à biblioteca paroquial que abarcava 600 volumes. O corpo docente era assim composto: 4 professoras de votos temporários: Irmã da Assunção – Leocádia Bourgeois, Irmã de Jesus – Júlia Héon, Irmã Santa Maria – Matilde Leduc, Irmã São José – Hedvirges Buisson. Duas noviças: Irmã Santa Ana – Osithe Lamothe e Irmã Santo Tomás – Júlia Courtois; Quatro postulantes: Zarilla Leduc, Sarah Bouthillet, Edith Rosa Millar e Rosa de Lima Boucher. (LESAGE, 1987, p.192-193).

Além do convento em Saint Gregoire, a Congregação das Irmãs da Santa Virgem passou a dirigir o convento de Le Baie-du-Febvre em Nicolet. Ambas as casas abrigavam um grande número de internas de diferentes partes do Canadá e também de Massachusetts e New-Hampshire nos Estados Unidos. Em 1872, a Congregação é transferida para Nicolet onde começa a expansão das atividades educativas, primeiro pelas províncias do oeste canadense onde se voltam particularmente ao ensino das crianças da povoação ameríndia e, em seguida, para diversos países. Em 1934, iniciam atividades educacionais com a fundação de escolas no Japão onde permanecem até os dias atuais (SANTIAGO, 2015).

Em 1891, assumiram as escolas paróquias de Nova Inglaterra atendendo as solicitações dos franco-americanos, que desejavam uma instrução conforme as suas tradições religiosas e francesas. Em seguida iniciaram a criação de escolas e pensionatos em Abitibi e em Témiscamingue. Em 1934, iniciaram as atividades educacionais no Japão, apesar dos impactos da segunda guerra mundial, permanecendo até os dias atuais. Em 1956, chegaram ao Brasil, no município de Guimarães – Maranhão, e depois, no início dos anos 1960, atuaram em Alcântara, Viana, São Luís, Chapadinha e São Bernardo. No início dos anos 1980, fundaram casas e escolas em Pernambuco, Paraíba, Alagoas e Ceará, “[...] a atividade educativa das Irmãs da Assunção da Santa Virgem (IASV), adaptou-se às necessidades da população em cada localidade e ao quadro das orientações pastorais da Igreja no Brasil [...]”. (DESROCHERS, 2010, p. 14).

No final dos anos 1960, a Congregação chega à África e inaugura uma escola secundária para moças em Abdijan na Costa do Marfim e outra em Mugeru no Burundi, além de prestarem atendimento nos serviços ambulatoriais desta localidade. No início dos anos 1970, partem para o Equador, Bolívia e Estados Unidos.

No Canadá a expansão segue por meio da fundação de escolas em Drummondville, Abitibi, Amós, Saint Leonard D’Aston. Em Nicolet criam o curso comercial bilíngue para

mulheres, especialmente as franco-americanas para fins de ingresso no mercado de trabalho. Fundam um Colégio clássico, afiliado à Universidade de Laval - Quebec e à Escola Superior de Música que atualmente oferece o Mestrado em Música.

Após amplo processo de reestruturação, a Congregação conta com 04 províncias em Quebec, 01 Província em Ontário, 01 Província em Alberta, 01 Província nos Estados Unidos, 01 Província no Japão, 01 região missionária no Brasil, 01 centro missionário no Equador e 01 setor interprovincial em Nicolet.

Desde sua fundação, a Congregação ocupa-se, com prioridade, da educação, especialmente da educação de mulheres em variados contextos, por meio do ensino formal, da música, das artes e da evangelização.

Os primeiros integrantes da Missão canadense chegaram em 1955 ao município de Guimarães, as Irmãs da Assunção da Santa Virgem chegaram em 1956. Segundo Oliveira (1984, p. 81), “[...] a missão canadense de Nicolet chegou a bordo de um avião monomotor, da Táxi Aéreo Aliança, os primeiros missionários a chegar foram os padres, João Caya, Omero Proulx e Emille Picard) [...]”. Nos anos seguintes, chegaram outros religiosos de Ordens e Congregações masculinas e femininas.

Observa-se algumas similaridades, apesar de um século de diferença, no tocante aos desafios e formas de organização e implementação da educação, pelas Irmãs da Assunção da Santa Virgem, no Canadá e no Brasil, o que revela as configurações da Igreja Católica no mundo, sua hierarquia e estratégias utilizadas para iniciar uma nova congregação e uma instituição educativa, a presença das autoridades eclesiais nos órgãos gestores educacionais nos dois países, assim como os modos de atuação junto às comunidades em diferentes cenários e em diferentes momentos da história.

Para Bittencourt (2017), as Congregações trouxeram e adaptaram à realidade local conhecimentos os mais variados, com ênfase aos conhecimentos pedagógicos adquiridos durante os anos de trabalho e estudos em seus países de origem, participando do estabelecimento dos serviços básicos em educação no Brasil. Assim, a Congregação Irmãs da Assunção da Santa Virgem, ao chegar em Guimarães, integrou-se à vida das comunidades, participando de diversas atividades sociais, de modo a registrarem uma parte importante da história.

4 AS IRMÃS DA ASSUNÇÃO DA SANTA VIRGEM EM GUIMARÃES

No contexto das transformações globais e suas repercussões no interior da Igreja Católica, a educação assumiu lugar de destaque, especialmente, no Brasil, uma vez que o reordenamento das funções clericais passava pela inserção nos espaços sociais, com o desenvolvimento de atividades em várias áreas, e na educação, as lacunas deixadas pelo estado, eram percebidas em boa parte dos municípios. Daí a solicitação da presença de religiosas e religiosos estrangeiros para atender às demandas religiosas e sociais em terras brasileiras.

Nesse sentido, a chegada da missão canadense representou a possibilidade de avanços no campo da educação e da cultura, para o município de Guimarães, considerando a sua configuração social que evidenciava muitas necessidades a serem supridas, em decorrência da histórica ausência do poder público e das dinâmicas políticas existentes, que consistia no predomínio de dois grupos, cujas ramificações estendiam-se à estrutura econômica. Nesse contexto, a população seguia sem acesso aos direitos sociais, sendo exposta às instabilidades e descontinuidades políticas, conflitos agrários e outras questões que impactavam diretamente a sociedade.

Assim, a década de 1950 marcou o início das mudanças no cenário social do município, especialmente, pela presença missão canadense, primeiro chegaram as Congregações masculinas e logo em seguida, a Congregação Irmãs da Assunção da Santa Virgem, no ano de 1956. Integravam o primeiro grupo, as Irmãs Thèrese Del Guídice (Maria Assunta), Noel Chabanel (Jeanine Boisvert), Maria Teresa (Thèrese Fleury) e Teresinha (Léola Brisson). A exemplo das pioneiras, fundadoras da Congregação em Saint Gregoire, ocuparam-se imediatamente dos serviços educacionais, assumindo a Escola Primária São José, fundada pela Prelazia de Pinheiro e com o auxílio das religiosas da mesma ordem que, posteriormente juntaram-se a elas, fundaram em 1957 a Escola Normal Regional Nossa Senhora da Assunção.

Figura 4 - Irmãs da Assunção em Guimarães



Fonte: Acervo de Livramento Melo (2019).

A Escola Normal Regional Nossa Senhora da Assunção foi fundada no ano de 1957, pela Associação Escolar e Beneficente Nossa Senhora da Assunção, sob a responsabilidade da Congregação das Irmãs da Assunção da Santa Virgem. Com essas iniciativas, Guimarães tornou-se campo fértil de muitas realizações, através da ação das religiosas que, contaram com o apoio de professoras brasileiras e missionários de congregações masculinas e leigos que integravam a missão canadense, assim iniciaram diversas atividades, na educação, na evangelização, na assistência aos doentes e no apoio às famílias de todo o município e áreas adjacentes, no intuito da promoção humana numa sociedade tão marcada por acentuados problemas sociais.

No entanto, é preciso recordar aspectos da configuração social e política de Guimarães, especialmente, no que concerne ao poder local e suas características. Nesse sentido, é interessante destacar as tensões entre integrantes da missão canadense e membros da política local, especialmente, em períodos de eleições municipais. As disputas políticas eram marcadas por forte acirramento, colocando em oposição grupos e pessoas, situação que se estendia aos religiosos e religiosas, considerando o posicionamento destes em favor das pessoas desfavorecidas, o que, inevitavelmente, causava desavenças.

Além disso, é preciso destacar que os últimos anos da década de 1950 e o início dos anos 1960, foram fortemente marcados pelas transformações religiosas e sociais, que forjaram um novo modo de ser Igreja, reposicionando a instituição com novos contornos ao abrigar a possibilidade de novos contatos com as comunidades e seu cotidiano. Sobretudo com a chegada das Congregações estrangeiras.

Para Novaes (2001) a coincidência cronológica entre o panorama da igreja transnacional e a conjuntura política e econômica do país, nos anos 1960, levou a chamada ‘igreja progressista’ a apoiar reivindicações por melhores condições de vida e de trabalho no campo e na cidade. Esse posicionamento de parte da Igreja Católica, ocasionou diversos conflitos entre religiosos e políticos, em Guimarães não foi diferente, uma vez que as ações dos religiosos e religiosas ultrapassavam os limites das atividades de evangelização.

Logo, as atividades educativas refletiam as transformações decorrentes das transformações sociais, eclesiais e, especialmente, as normativas do Concílio Vaticano II, com o incentivo às ações coletivas, debates e problematizações, acerca de questões cotidianas e outras questões que incomodavam o poder local. De acordo com Serbin (2001) o Vaticano II foi a mais ampla reforma da história da Igreja Católica.

Os sinais dessa reforma, se fez presente na Escola Normal Regional Nossa Senhora da Assunção e esse modo de conceber a formação docente, por meio de atividades curriculares e extracurriculares, favoreceu a inserção de ex-alunos no mundo do trabalho, especialmente no magistério, na política partidária, em movimentos estudantis, em movimentos sindicais e outras arenas de representatividade social.

Ao mesmo tempo em que ofertavam educação de qualidade, as Irmãs da Assunção, incentivavam atividades culturais e comunitárias que fomentavam a criticidade dos alunos e dos sujeitos participantes das atividades, mesmo aqueles residentes na zona rural do município, todos eram instigados a refletir sobre as suas condições de vida, seus limites e suas possibilidades, mas principalmente, a importância do trabalho coletivo, do meio ambiente, da produção rural, da prevenção da saúde, da partilha e do valor social da educação como princípio norteador da emancipação humana.

Em alguns momentos, o poder local questionava os limites de atuação das ‘Freiras’, considerando-as “comunistas” pelas atitudes e proximidade junto ao povo, mesmo assim, elas seguiam firmes, com o apoio de toda a missão canadense, promovendo ações de cidadania para muitas pessoas, mesmo com a saída da Congregação do município, as marcas desse trabalho ainda estão presentes na história do município e das pessoas.

No livro *Audácia e Esperança*, a Irmã da Assunção, Georgette Desrochers, narra a partir dos depoimentos das Irmãs que participaram da fundação e funcionamento da Escola Normal Regional Nossa Senhora da Assunção, as alegrias e dificuldades que marcaram a obra missionária, tanto na escola como em outras formas de atuação no município de Guimarães e em municípios maranhenses como Viana e Santa Inês.

A citada obra destaca as dificuldades enfrentadas, pelas condições econômicas dos

municípios, mas também, pelas questões referentes à política, que eram comuns aos municípios de atuação. Em razão dessas características, a atuação não se restringia somente às atividades educacionais, no caso do município de Guimarães, essa atuação foi percebida em vários espaços da vida comunitária.

4.1 As Frentes de Atuação

A diversidade das ações desenvolvidas pelas Irmãs da Assunção da Santa Virgem, traduziam as inovações da Igreja Católica no Brasil, especialmente no que se refere à atenção aos mais pobres. Desse modo, o surgimento e a estruturação das Comunidades Eclesiais de Bases (CEBs), representaram um importante vetor para novas ações junto às pessoas em situação de exclusão social. Com isso, ressalta-se as demandas do cotidiano local, cada vez mais emergenciais, em todas as áreas. Ademais, a Igreja Católica, em diferentes momentos da história do país, foi solicitada para atuar em diferentes frentes.

É indubitável, em que pesem as lógicas diferenciadas que regulam o funcionamento de cada esfera, que, em vários períodos históricos, houve uma instrumentalização da Igreja por parte do Estado e vice-versa. Em mais de uma oportunidade, a entidade religiosa aproveitou as debilidades do sistema político para penetrar as estruturas estatais e traçar os conteúdos das políticas educacionais e familiares. Além disso, a instituição católica considerada pelos homens de governo uma inestimável fonte fornecedora de sentido, foi requerida em múltiplas oportunidades (ESQUIVEL, 2004, p. 198).

E sobre as relações entre a Igreja Católica e o Estado, é preciso recordar a configuração das décadas de 1950 e 1960, período em que o ideário desenvolvimentista ocupou espaço importante em projetos e discursos, propiciando o surgimento de um imaginário social otimista ante as ideias de modernidade, em que o Brasil passou a ser considerado o país do futuro, pela variedade de possibilidades que iam sendo delineadas no horizonte das expectativas anunciadas exaustivamente nos meios de comunicação da época, em que se destacava o predomínio da cultura e modos de viver dos centros urbanos.

Porém, as características históricas do Brasil, como sua estrutura agrária arcaica e as desigualdades norteando as relações, especialmente, as relações de trabalho, exigia a formulação de um conjunto vigoroso de reformas, a fim de superar o quadro de subdesenvolvimento, o que não aconteceu. Apesar da ausência das reformas que poderiam reverter as assimetrias sociais, econômicas e políticas, destaca-se a convergência entre as pautas defendidas pelo clero progressista do Brasil e as missões católicas estrangeiras que chegavam no Brasil, entre elas, a missão canadense, com vistas a desenvolver ações que pudessem

minimizar a situação de pobreza a que estavam submetidas as pessoas, principalmente, as residentes nas áreas rurais.

Nesse sentido, a atuação das Irmãs da Assunção da Santa Virgem, somado aos Padres e leigos canadenses, foi estendida a diversos povoados, tendo como base o pensamento católico progressista que naquele momento colocava em relevo a opção pelos mais pobres. Com a ação educacional formal consolidada, sobretudo com a Escola Normal Regional Nossa Senhora da Assunção, novas frentes de atuação foram abertas, estimuladas, de um lado, pela necessidade de atendimento às diversas demandas comunitárias locais, e de outro lado, pelas novas possibilidades de atuação da Igreja Católica, face às articulações em torno do seu reordenamento institucional.

Assim, no ano de 1961, tiveram início as atividades de formação de líderes na Escola da Fé, espaço criado para preparar catequistas que deveriam atuar nos povoados de Guimarães, preferencialmente em suas comunidades de origem. A instituição era dirigida pela Irmã Gertrudes Dumouchel que participou ativamente da sua organização, indo a São Paulo e ao Rio de Janeiro, a fim de conhecer as experiências de outras comunidades católicas no que se refere à formação dos leigos.

É necessário esclarecer que a Escola da Fé mantinha proximidade com os ideais definidores das CEBs, tais como: o cotidiano rural e todos os aspectos que o caracterizam, valores e objetivos comuns, experiência espiritual e de fé cristã, compromisso com a preservação do meio ambiente, enfrentamento de conflitos fundiários, acesso à educação e à saúde e justiça social em todas as dimensões da vida humana.

Desse modo, a formação de leigos significou o estímulo à organização e mobilização dos moradores das áreas rurais, para as questões do evangelho e para a conscientização da condição de exclusão social em que viviam, da importância da valorização da cultura local, do trabalho coletivo e dos direitos sociais. Colaborando para isso, as constantes visitas das religiosas, religiosos e leigos, que participavam de forma efetiva, do cotidiano das pessoas, por meio da atenção aos idosos, às crianças e mulheres como comprova o registro fotográfico abaixo, onde se observa o Padre Marcel Pépin e a Irmã Rita Larochelle em visita à residência de uma família na zona rural do município.

Figura 5 - Membros do Grupo Teatral



Fonte: Acervo de Livramento Melo (2019).

As visitas e experiências nos povoados eram sistematizadas e integravam o planejamento da Escola Normal Regional Nossa Senhora da Assunção e da Escola da Fé, esta última funcionava em regime de internato para homens e mulheres em idades entre dezoito e trinta anos, que tivessem alguma vinculação a atividades pastorais em seus povoados de origem e noções de leitura e escrita; pessoas casadas ou solteiras eram admitidas. O Programa de ensino era composto das disciplinas Língua Portuguesa, Pedagogia religiosa, catequese doutrinal e atividades complementares como cursos de primeiros socorros, culinária, artesanato, canto, teatro, corte e costura, iniciação ao cooperativismo e agricultura, puericultura, além da formação litúrgica.

A maior parte dos alunos da Escola da Fé são provenientes do interior. Eles se adaptam bem à vida do internato. Em uma casa próxima à Escola Paroquial São José, são alojados os rapazes sob a responsabilidade do Pe. João Caya, as moças sob a responsabilidade da Irmã Gertrudes, estas dividem-se em grandes quartos na sede da própria Escola, ao término do curso, as alunas e os alunos recebem um mandato oficial e enviados em missão, os egressos são devidamente acompanhados pelas religiosas que visitam as comunidades regularmente. (DESROCHES, 2010, p. 56).

Outra iniciativa das Irmãs da Assunção foi a criação do Centro de Promoção Feminina em 1966, dirigido pela Irmã Rita Larochelle, também conhecido como Centro Familiar. As atividades foram iniciadas com 60 mulheres, entre moças do internato e mulheres da comunidade que aprendiam pintura em tecido, corte e costura, bordado e arte culinária.

No ano seguinte, em consonância com os objetivos das CEBs, as atividades expandem-se pelos povoados, onde eram ofertados cursos e, assim, novas unidades do Centro Familiar foram surgindo, totalizando 11 Centros em 11 povoados. Este modo de atuação, visava

o fortalecimento familiar e comunitário, por meio de arranjos produtivos locais, essas experiências econômicas ajudavam, ao mesmo tempo, o fortalecimento das atividades coletivas, a partilha de saberes e a qualidade de vida das famílias.

No registro abaixo, as Irmãs da Assunção aparecem ao lado de moradores nos arredores da sede do município, em um contexto que ilustra as condições de vida das pessoas na década de 1960, o estilo da moradia, o animal utilizado como meio de transporte de produtos e de pessoas. A presença das religiosas era bastante questionada pelo poder local daquela época, que reagia com críticas depreciativas às intervenções realizadas por elas no campo educacional e assistencial.

Nessas ocasiões, as famílias recebiam diversas orientações quanto aos cuidados básicos e prevenção de saúde, o encaminhamento das crianças para a escola, além de propiciar o fortalecimento das relações entre as comunidades e os agentes pastorais. Esse movimento, foi de grande importância para as comunidades e para os sujeitos, de modo especial, as mulheres. O intercâmbio de saberes, garantiu a elas novas possibilidades sociais, para além do ambiente doméstico, assim o caráter formativo das ações empreendidas pelas Irmãs da Assunção e demais membros da missão canadense foi assegurado.

Para Nunes (2004) a literatura teológica sobre as Comunidades Eclesiais de Base, silenciou quase de forma absoluta o fato das CEBs terem sido, no limite, comunidades de mulheres. Desde o início da criação das comunidades, mulheres leigas e religiosas foram peças-chave na efetivação da nova estratégia pastoral da Igreja, situação que favoreceu novas formas de organização e desenvolvimento social das mulheres.

A estrutura organizacional adotada pelas Irmãs da Assunção para o desenvolvimento das atividades comunitárias, favorecia a formação de novas lideranças e a alternância destas dentro dos espaços, dessa mesma forma as comunidades pautavam os seus modos de organização, o que oportunizou o surgimento de várias lideranças nas áreas da educação, saúde, política, organização sindical e nas pastorais e serviços da Igreja, mesmo com a saída das religiosas do município de Guimarães, as ações continuaram.

A partir de 1973, a Irmã Lucile Roy, de nacionalidade americana, assume as atividades nas comunidades, em substituição à Irmã Rita que, naquele ano, iniciara com suas companheiras os preparativos para a fundação da Casa de Oração Oásis, aberta em 1975, na capital maranhense. Esses acontecimentos marcam a despedida das Irmãs que, em 1976, deixaram Guimarães definitivamente.

Naquela ocasião, os Centros foram confiados às moradoras dos povoados que, a essa época, já contribuía para a renda familiar com a confecção de roupas e peças de

artesanato e sentiam-se preparadas para continuar as atividades, transmitindo conhecimentos às outras mulheres, sem a presença das Irmãs. Essa obra significou uma nova alternativa para muitas mulheres, tendo em vista que o trabalho na agricultura, era profundamente marcado pelas condições de precariedade e através dos cursos, passaram a ter uma compreensão mais ampla do mundo e de seu valor: o ensino de atividades produtivas e a alfabetização mediatizaram a construção dessa nova consciência.

Assim, podemos afirmar que a continuidade e o sucesso das atividades desenvolvidas nos Centros por longos anos revelaram muito mais que o processo de renovação das práticas pastorais, em setores da Igreja, ao introduzirem atividades, antes pouco utilizadas. De modo particular, a inserção e valorização do leigo no movimento pastoral e evidenciou o protagonismo de mulheres enquanto sujeitos sociais de ação.

Os Centros tornaram-se polos de serviços educacionais, sociais, religiosos e de saúde, abrigando os programas de alfabetização de adultos, campanhas de vacinação infantil e palestras sobre a prevenção de doenças, preparação para o batismo e outros sacramentos, reuniões sindicais e eventos comunitários diversos. Enquanto isso, as mulheres seguiram estudando e aperfeiçoando-se para o exercício de diversas atividades, tornaram-se professoras, agentes de saúde, parteiras, costureiras e bordadeiras, influenciando diretamente no cotidiano desses povoados, atuando, informando e auxiliando a vida dos comunitários.

Outro aspecto relevante foi a efetiva participação das mulheres leigas nas atividades litúrgicas, ministrando a Palavra e a Eucaristia, já que o número de Padres era insuficiente para atender regularmente a todas as comunidades. A função de animador e/ou coordenador comunitário era geralmente exercida pelas mulheres egressas dos cursos ofertados pelas religiosas na Escola da Fé, havendo homens no exercício dessas funções, porém em menor número.

Destaca-se, a intensa participação dos alunos da Escola Normal Regional Nossa Senhora da Assunção, os professores e alunos acompanhavam as Irmãs da Assunção, realizando as mais diversas atividades e essas experiências eram integradas à formação docente, nisto observa-se a valorosa contribuição dessa escola ao considerar “[...] que toda prática educativa demanda a existência de sujeitos, um que, ensinando, aprende, outro que, aprendendo, ensina, daí o seu cunho gnosiológico; [...] daí a sua *politicidade*, qualidade que tem a prática educativa de ser *política*, de não poder ser neutra [...]” (FREIRE, 1999, p. 77-78, grifo nosso)

Figura 6 - Alunos em vista ao povoado Genipaúba



Fonte: Blog Vimareense (2019).

A dinâmica de trabalho das religiosas nos povoados incluía diversos sujeitos. E consistia na permanência destas, no período de quinta a segunda-feira de cada semana, sendo hospedadas alternadamente pelos moradores, momento em que aproveitavam para penetrar no cotidiano das pessoas e, a partir daí, redimensionar as ações, distribuindo tarefas conforme as aptidões e necessidades. Destacamos a presença das Irmãs Cécile Rousseau, Juliette Filiatrault, Françoise Gratton, além das Irmãs Lucille e Rita Larochelle nesses povoados.

Desse modo, as religiosas, os e leigos puderam vivenciar uma experiência fundamental para o processo de autonomia e engajamento social que foi se consolidando à revelia dos valores dominantes, vigentes naquele contexto. Esclarece-se que os religiosos que compunham a Missão Canadense, também participavam de algumas ações, mas não mantinham contato estreito com essas comunidades como as Irmãs da Assunção, pois suas ações limitavam-se às celebrações ocasionais. As exceções eram os Padres João Caya, Marcel Pépin e o Padre Vítor Asselin, este último, um incansável defensor dos direitos dos trabalhadores e trabalhadoras rurais.

As comunidades religiosas masculinas em meios pobres são pouco numerosas. Os homens, engajados diretamente na instituição católica, realizam o trabalho de formação e acompanhamento das CEBs enquanto bispos ou enquanto padres, isto é, com lugar e função religiosa bem definidos na instituição. Ainda que a 'opção pelos pobres' tenha sido proposta como um princípio de reestruturação interna também para as comunidades religiosas masculinas, sua expressão em termos da forma de ação pastoral é muito diferente daquela que se realiza entre as congregações femininas. (NUNES, 2004, p. 506).

Assim, a face expansionista da ação pedagógica da Igreja, que é também uma ação evangelizadora, configurou-se como uma ação em favor dos grupos historicamente excluídos, sobretudo as mulheres, como foi percebido através do trabalho das Irmãs da Assunção. Nesse mesmo período (década de 1960), a Igreja Católica passou a desenvolver ações educativas de maior relevo e alcance social, como as realizadas pelo Movimento de Educação de Base (MEB), criado pela Conferência Nacional dos Bispos (CNBB), em parceria com vários ministérios e órgãos estaduais, por meio de rádios com o apoio de monitores e depois com professores leigos, numa época em que as iniciativas na área da educação popular – considerando-se o MEB como educação popular – eram raras. As vinculações do MEB com a Igreja estavam assim definidas:

[...] um movimento de apostolado da Igreja. Não é um movimento de apostolado, enquanto apostolado dos cristãos que nele engajaram, mas enquanto movimento de Igreja. É um movimento de instituição da CNBB. Não é só da hierarquia, nem é um movimento de apostolado dos leigos. É um movimento da Igreja. (MOVIMENTO DE EDUCAÇÃO DE BASE, 1963, p. 10).

Essa definição do MEB como Igreja põe em destaque que é a própria instituição eclesial a responsável direta por suas atividades. Ao mesmo tempo em que evidencia uma intencionalidade em organizar seus quadros – os leigos – configurando um novo campo católico e um novo ideário.

Em Guimarães, a experiência do MEB não representou mudanças substanciais na vida dos homens e das mulheres das áreas rurais, público-alvo desse projeto, por diversas razões, entre as quais, a frequência irregular de professores em grande parte dos povoados, instalações inadequadas e outros fatores que impossibilitaram a efetivação das atividades.

Documentos posteriores ao MEB reconhecem que, embora as escolas, de uma maneira geral, apresentassem bons resultados no que se refere à alfabetização, ainda enfrentavam problemas de frequência instável, evasão e escola desligada da vida da comunidade (MOVIMENTO DE EDUCAÇÃO DE BASE, 1963).

Utilizamos o MEB para fins ilustrativos do cenário educacional rural vigente no nordeste do País, em meados do século passado, por ter sido este um dos maiores programas de alfabetização para as regiões brasileiras consideradas subdesenvolvidas como o Norte e o Nordeste, mas cujas repercussões pouco atingiram o município, lócus desta pesquisa.

É citado também para favorecer uma compreensão acerca do trabalho desenvolvido pelas religiosas canadenses que, para além da evangelização, ocuparam-se de proporcionar meios para a concretização do desenvolvimento humano em sua plenitude, a despeito de todas as limitações historicamente impostas aos sujeitos, alvos da ação.

Nesse sentido, as novas frentes de atuação implementadas pelas Irmãs da Assunção em Guimarães, reafirmam a constatação de Libânio (1982) de que no catolicismo coabitam formas distintas de expressões orgânicas dentro da mesma Igreja. De tal maneira, essa movimentação, respaldada pelos novos ares que repousavam sobre a Igreja pelo mundo, causou transformações, a medida em que propiciou novas vivências e novas possibilidades, por meio de reflexões e modos de organização social, que foram percebidos com maior intensidade com o passar dos anos, com a consolidação das organizações comunitárias e suas lideranças ocupando espaços, antes inimagináveis, com a presença das ex-alunas e dos ex-alunos no legislativo e no executivo municipal, a partir das articulações com os diferentes setores do município. Assim, as conquistas dos filhos de Guimarães, são creditadas à ‘Escola Nossa Senhora da Assunção’, que na realidade abrangia um conjunto de ações e instituições, a maior delas, a Escola Normal Regional Nossa Senhora da Assunção.

4.2 A Escola Normal Regional Nossa Senhora da Assunção

De acordo com Tanuri (2000), os debates sobre a formação de professores emergem por meio da institucionalização da instrução pública no mundo moderno, mas a identificação da necessidade da formação remonta aos movimentos de Reforma e Contrarreforma, esclarecendo que, somente com a Revolução Francesa, concretiza-se a ideia de uma Escola Normal, a cargo do estado, destinada a formar professores leigos, “[...] ideia essa que encontraria condições favoráveis no século XIX, quando paralelamente à consolidação dos Estados Nacionais e à implantação dos sistemas públicos de ensino, multiplicaram-se as escolas normais [...]” (TANURI, 2000, p. 62).

Saviani (2009, p. 143) informa que no Brasil, “[...] a questão do preparo de professores emerge de forma explícita após a Independência, quando se cogita da organização da instrução pública [...]”. Ao apresentar um breve balanço, comentando sobre os principais períodos da formação de professores, a partir de 1827, o autor aponta diversos problemas que inviabilizaram a concretização de uma formação capaz de garantir o desenvolvimento da educação, entre eles, a existência intermitente das Escolas Normais, nos estados, inclusive no Maranhão, que eram fechadas e reabertas periodicamente.

No Maranhão, a Lei n.º 76, de 24 de julho de 1838, dispõe sobre a criação da primeira Escola Normal e foi sancionada por Vicente Thomaz Pires de Figueiredo Camargo, então Presidente de Província. Nos artigos da referida Lei, destaca-se o envio de Felipe Benício Condurú para a França, a fim de especializar-se no método de ensino Lancasteriano. Há de se

destacar que as despesas de viagens e a permanência de Condurú, por um período de dois anos, na capital francesa, seriam custeadas pela Fazenda Pública da Província e, por ocasião do seu retorno, “[...] deveria assumir a direção da Escola Normal, por, pelo menos, três anos consecutivos [...]” (MARANHÃO, 1847, p. 45)

Segundo Saldanha (2008), como previsto, Felipe Benício Condurú retornou da França e iniciou a ‘Aula de Pedagogia’ em uma sala do Liceu Maranhense que, nessa ocasião, funcionava no convento da Igreja do Carmo, porém a empreitada não logrou êxito, em virtude da baixa adesão dos professores às aulas, em razão de não acreditarem no método Lancasteriano, de modo que, no ano de 1844, não havia mais interessados para a referida aula.

Ao tratar da criação de Escolas Normais nas províncias, Tanuri (2000) menciona o surgimento de uma escola normal particular, subvencionada pelo governo em 1874, no Maranhão. Castro e Castellanos (2015) apontam essa instituição como mais uma tentativa de institucionalização do Curso Normal no Maranhão:

A Escola Normal da Sociedade Onze de Agosto foi autorizada pela Lei n. 1088 de julho de 1874, como segunda tentativa de se estabelecer o ensino normalista de caráter privado no cenário ludovicense, tendo como fim educacional a administração de uma série de cursos pedagógicos, o ensino teórico e prático indispensável às pessoas que se destinavam ao magistério da instrução primária com duração de 2 anos, as quais deveriam ser avaliadas em disciplinas de ensino secundário e em uma de formação pedagógica (CASTRO; CASTELLANOS, 2015, p. 92).

Como apontam os estudos de vários autores, as dificuldades para a criação das Escolas Normais marcaram o início da história da formação docente no país e, no Maranhão, essa situação também foi constatada, ou seja, a falta de infraestrutura e de preparo dos docentes, as descontinuidades administrativas e a ausência de diretrizes para o funcionamento dos Cursos.

Saviani (2009) informa que o padrão de organização e funcionamento das Escolas Normais foi fixado com a reforma da instrução pública do estado de São Paulo de 1890: “[...] Essa reforma da Escola Normal da capital se estendeu pelas cidades de São Paulo e se tornou referência para os estados do país que enviavam seus educadores para observar e estagiar em São Paulo, ou recebiam ‘missões’ de professores paulistas [...]” (SAVIANI, 2009, p. 145).

Somente com o Decreto-Lei n.º 8.530, de 2 de janeiro de 1946, o Curso Normal foi reestruturado sob diretrizes que regulamentavam e organizavam essa modalidade em todo o território nacional. Observou-se o expressivo crescimento de Escolas Normais no país, após a promulgação da Lei, tanto por parte da iniciativa privada quanto pelas Escolas Normais ligadas às congregações religiosas que, diante dos espaços deixados pelo poder estatal, expandiam as suas formas de atuação na sociedade brasileira.

A primeira Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB N.º 4.024/1961) manteve as bases do ensino normal, tanto na duração dos estudos, quanto na divisão de ciclos, bem como favoreceu a equivalência legal de todos os cursos do segundo grau, a descentralização no plano administrativo e a flexibilidade no currículo, permitindo às Escolas Normais a superação da uniformidade curricular (TANURI, 2000).

Desse modo, investigar a Escola Normal Regional Nossa Senhora da Assunção pode suscitar uma reflexão sobre a História da educação no Brasil, tendo como centralidade, o direito à educação, no que concerne à atuação do Estado, bem como as formas e sentidos que a formação de professores foi ganhando em diferentes momentos, especialmente, nos anos de 1950 e 1960. Esta pesquisa se insere no referido período, pois situa-se entre os anos de 1957 a 1967, coincidindo com momentos de reorganização do ensino, por meio de reformas que se traduziam em Decretos-Lei, Portarias e outros instrumentos normativos e também por meio da circulação e apropriação de modelos de ensino e de escolas.

Sobre a formação de professores, não é demais recordar que esta temática revela singularidades presentes nos processos de reorganização do ensino, mormente do ensino primário, e a conseqüente necessidade de formação docente, com vistas à diminuição do grande número de professores leigos em épocas anteriores à demarcada nesta pesquisa.

Segundo Villela (2000), a criação das Escolas Normais marcou o processo de institucionalização da profissão docente no Brasil, tendo o Ato Adicional de 1834 como marco institucional. O Curso Normal era, então, responsável pela formação de professores para o ensino primário.

As Escolas Normais integravam o sistema provincial, tal como previsto no Ato Adicional de 1834, porém essa situação ocasionou entraves para sua efetividade, à medida que a maioria das Províncias não dispunha das condições materiais para tal. Daí o estado de desprestígio e descontinuidade que marcou a trajetória de algumas escolas, traduzindo-se de forma negativa na profissão docente, cujas marcas ainda remetem à desorganização que esteve no cerne da profissão, desde a sua gênese.

A compreensão sobre o contexto econômico, político e social do país, nesse período, é fundamental por apresentar alguns elementos que podem explicar as razões pelas quais a formação docente, assim como toda a educação das classes populares, não mereceu a devida atenção dos governantes.

Já o Decreto n.º 8.530 de janeiro de 1946 (Lei Orgânica do Ensino Normal) em seu Art. 1º assim o define: “O ensino normal, ramo de ensino do segundo grau, tem as seguintes finalidades: a) Prover a formação docente às escolas primárias; b)- Habilitar administradores

escolares às mesmas escolas; c) Desenvolver e propagar os conhecimentos e técnicas relativas à educação da infância [...]” (BRASIL, 1946, p. 2).

Segundo Scheibe (2003) A Lei Orgânica do Ensino Normal de 1946 regulamentou a sistemática que prevaleceu no país até a Lei nº 5.692 de 1971. Já que a Lei de Diretrizes e Bases da Educação de 1961, a primeira LDB, fruto de longa discussão e de estratégias intermináveis de conciliação entre os defensores dos interesses privatistas e os defensores do ensino público, não trouxe modificações significativas para a formação docente. O ensino normal permaneceu como local de preparação dos professores do ensino obrigatório (de 1ª a 4ª séries), conservando-se o seu sistema dual.

Logo, o período que compreende esta pesquisa sobre a Escola Normal Regional Nossa Senhora da Assunção, a legislação educacional esteve pautada na Lei Orgânica do Ensino Normal e na Lei de Diretrizes e Bases da Educação 4.024/61, além das Resoluções e Portarias do Conselho Estadual de Educação do Maranhão -CEE/MA. Diversos estudos evidenciam a história da formação docente no Maranhão, tendo as Escolas Normais como principal instituição formadora.

Os estudos de Motta (2008) indicam que a história das Escolas Normais no Maranhão, datam da Proclamação da República, quando a Comissão responsável pela reforma da Instrução Pública identificou o péssimo estado da Instrução Primária e a urgente necessidade de criação das Escolas, a fim de fornecer a adequada formação dos docentes que deveriam conduzir o ensino reclamado pelas novas exigências traduzidas nos símbolos de modernidade.

Contudo, esses mesmos estudos indicam que a institucionalização da Escola Normal se deu tardiamente na maioria dos municípios maranhenses e destaca a Escola Normal, localizada na capital, mostrando a prevalência de mulheres nos cursos de formação e o ideário vigente acerca do feminino:

Cabia às Instituições educacionais como a Escola Normal – que no Maranhão, desde o início formou normalistas, em sua maioria mulheres – o reforço de atributos que qualificariam mulheres – com recursos para isso – a viver em sociedade. A erudição, o desenvolvimento de dotes artísticos e das prendas domésticas, comuns a qualquer instituição do início do século XX, voltada para o público feminino, dividia lugar com o conhecimento das patologias escolares, psicologia infantil, estrutura e dinâmica escolar, metodologia de ensino e antropologia. Em se tratando de mulheres esse conhecimento além de preparo para a docência, garantiria um melhor desempenho da função materna. (MOTTA, 2008, p. 116).

Esses condicionantes presentes no imaginário coletivo na sociedade brasileira e maranhense são significativos para se pensar as práticas educativas em uma Instituição de Ensino criada por religiosas estrangeiras no interior do Maranhão, cujas referências sobre a

educação e sobre a formação de professores são permeadas pelas ideias pautadas na divisão social e sexual do trabalho que define espaços para homens e para mulheres. Além disso, as concepções sobre as instituições de ensino dirigidas por religiosas referiam-se a espaços de proteção e formação para a vida doméstica, posto que o ideal de mulher instituído pela Igreja Católica, desde o Período Colonial baseava-se em honra, recato, docilidade e submissão, modelo esse ainda vigente em meados do século XX, conforme registrado:

Muitas filhas de famílias poderosas nasceram, cresceram, casaram-se e, em geral, morreram nas fazendas de gado. Não estudaram as primeiras letras nas escolas particulares dirigidas por padres e não foram enviadas a São Luís para o curso médio, nem a Recife ou Bahia, como ocorria com os rapazes de sua categoria social. Raramente aprenderam a ler e, quando o fizeram, foi com professores particulares contratados pelos pais para ministrar aulas em casa. Muitas apenas conheceram as primeiras letras e aprenderam a assinar o nome. Enquanto seus irmãos e primos do sexo masculino liam Cícero, em latim, ou Virgílio, recebiam noções de grego e do pensamento de Platão e Aristóteles, aprendiam ciências naturais, filosofia, geografia e francês, elas aprendiam a arte de bordar em branco, o crochê, o matiz, a costura e a música. (FALCI, 2004, p. 251).

Daí é necessário conhecer o contexto e as condições de funcionamento da Escola Normal Regional Nossa Senhora da Assunção e a sua proposta de ensino marcada por elementos que ultrapassavam aqueles ligados aos aspectos curriculares, pois carregava consigo uma diversidade de situações e propósitos que exigem atenção quanto a sua compreensão, por incluir outras questões, notadamente o reordenamento das funções da Igreja, como já comentado anteriormente.

A Escola Normal Regional Nossa Senhora da Assunção, fundada no dia 15 de março de 1957, era mantida pela Associação Escolar e Beneficente “Nossa Senhora da Assunção”⁹. Sua fundação visava atender a um dos objetivos da Congregação, ou seja, a formação de professores, tendo em vista que nesse período o município contava, majoritariamente, com leigos e leigas na força de trabalho docente. Ao lado destes motivos, sobressai-se, também, no imaginário social do município de Guimarães, a importância da profissão docente para as mulheres. Abrantes (2012) afirma que o Magistério demonstrou ser uma via de expansão da escolarização feminina e de inserção no mundo do trabalho. Abaixo, foto da primeira sede da Escola Normal Regional Nossa Senhora da Assunção.

Figura 7 - Escola Normal Regional Nossa Senhora da Assunção

9 A Associação Escolar e Beneficente “Nossa Senhora da Assunção” foi criada para gerir os recursos financeiros da Escola e era composta por professores, religiosas, pais e alunos.



Fonte: Blog Vimarense (2019).

Ressaltamos os esforços das missionárias canadenses no sentido de garantir à Escola Normal as condições necessárias para o seu funcionamento, não apenas do ponto de vista material, mas também institucional. Empenharam-se em conhecer experiências realizadas acerca da formação de professores em várias localidades do país, visitando Instituições e participando de Congressos e Seminários.

Além dos encaminhamentos mencionados, as Irmãs da Assunção da Santa Virgem providenciaram junto aos órgãos normativos da educação no estado, a autorização e o reconhecimento da escola dentro das normas vigentes, como comprovam alguns documentos encontrados por ocasião desta pesquisa, assim como o relato de um dos últimos integrantes da Missão Canadense, com domicílio em São Luís.

Quando cheguei ao Brasil, em Guimarães, as Irmãs já estavam organizando a Escola Normal. Acompanhei a Irmã São Romulus em uma viagem a São Paulo para um Congresso de Escolas Normais, sediado no Colégio Santa Cruz. Fora isso, elas viajam sempre para conhecer as experiências aqui do Brasil, mesmo elas tendo larga vivência no Magistério, mas as condições aqui no Brasil eram outras. De modo que foi um sucesso, atingiram o objetivo e mais de cinquenta anos depois estão aí os frutos da Missão. São várias gerações principalmente moças, hoje mães e avós de outras professoras também. Então foi fantástico (Informação verbal)¹⁰

Neste relato, o entrevistado apresenta aspectos do percurso realizado pelas religiosas, a fim de garantir o funcionamento da escola, assim como alguns resultados do empreendimento que mostram a importância da ação educativa, sobretudo para o desenvolvimento social das mulheres. Merece ser lembrado que a escola era mista e, desde a

10 Informação fornecida entre os anos de 2018 a 2019 pelo religioso 1 (R1) da Congregação das Irmãs da Assunção.

primeira turma, contou com a presença de moças e rapazes, de modo igualitário.

A primeira Diretora da Instituição foi a Profa. Águida Ferreira Lima Cavaignac que contou com o auxílio da freira canadense Thèrese Del Guídice (Ir. Maria Assunta) para conduzir os destinos da Escola. No ano seguinte, a Profa. Ana Maria Cavaignac substituiu a Profa. Águida Cavaignac, permanecendo por dois anos à frente da Instituição até que a Ir. Maria Assunta, com pleno domínio do idioma brasileiro assume o cargo de Diretora Geral até o ano de 1963. Mais tarde, a Ir. São Romulus (Colette Ducharme) assumiu a direção, de 1963 a 1967. Por fim, a Ir. Marieta (Marriete Milot), de 1967 a 1971. Depois desse período, a escola foi dirigida por uma ex-aluna, a professora Francy Paula dos Santos Anchieta.

Numa contribuição à memória educacional, convém que se destaque as Irmãs que participaram da Missão em Guimarães e os respectivos períodos, conforme a seguir:

Quadro 4 - Relação Nominal das Irmãs da Assunção

Nome Religioso	Nome Civil	Período
Noel Chabanel	Jeannine Boisvert	1956-1966
Maria Assunta	Thèrese Del Guídice	1956-1965
Maria Teresa	Thèrese Fleury	1956-1964
Teresinha	Léola Brisson	1956-1964
Rita	Rita Laroche	1957-1975
Maria Adélia	Eillen Pratt	1957-1964
Gertrudes	Gertrudes Dumouchel	1957-1963
São Venceslau	Lucille Labarre	1960-1962
Ana	Alice Thouin	1962-1964
São João	Berthe Lavoie	1963-1966
São Romulus	Colette Ducharme	1964-1967
Afonso	Yvette Raymond	1965-1966
Marieta e Gabriela	Marriete Milot e Leurette Lapage	1965-1971
	Maria Paula Tardif	1966-1974
	Juliette Filiatraut	1967-1975
	Madeleine Paquim	1967-1971
	Thèrese Comeau	1967-1973
	Simone Gratton	1968-1969
	Cécile Rousseau	1968-1971
	Françoise Gratton	1969-1971
	Lucille Roy	1974-1975
	Anne Richter	1975-1976
	Laurence Doyon	1975-1976

Fonte: Santiago (2015).

Observa-se que a mudança pós-conciliar também se opera nas comunidades religiosas, pois, a partir de 1966, as religiosas passaram a manter o nome de batismo dentro da Congregação, momento em que a Igreja respeita as identidades numa demonstração de

coerência com as suas atividades.

De igual modo, registramos também os nomes das canadenses que estiveram em Guimarães, nos anos 1960. As Irmãs de Caridade, Lucille Ratte e Terèse Arsenault, e as leigas Aurora Bedard, Ivete Gagné (Enfermeira) e Nicole Paré (Enfermeira) e Henriqueta Proulx, assim como os nomes dos religiosos, integrantes da missão canadense, que contribuíram para o fortalecimento da Escola Normal Regional Nossa Senhora da Assunção, por meio da atividade docente, destacando que a formação humanista era a base da sua atuação, o que favoreceu o desenvolvimento do empreendimento educativo.

Quadro 5 - Relação Nominal dos Padres e Leigos, Missão de Nicolet

Nome	Função	Período
João Batista Caya	Padre	1955-1967
Emílio Picard	Padre	1955-1966
Omero Proulx	Padre	1955-1971
Leonard Martin	Leigo	1956-1961
Reinaldo Baril	Padre	1957-1962
João Proulx	Leigo	1967-1971
Roch Dancause	Padre	1959-1962
Marcel Pépin	Padre	1959 até os dias atuais
Benoi Guevin	Leigo	1959-1962
João Jacques Lafranier	Leigo	1960-1961
Leopold Hudon	Leigo	1960-1961
Maurice Laurent	Padre	1961-1965
Miguel Rousseau	Padre	1961-1966
Claude Martin	Padre	1963-1966
Victor Asselin	Padre	1966-1970

Fonte: A autora (2019).

A contribuição destes missionários e missionárias é constantemente lembrada pelos(as) ex-alunos (as) que, uma vez por ano, a 15 de agosto, dia consagrado a Nossa Senhora da Assunção, reúnem-se em Guimarães e em São Luís para celebrarem a data e rememorar os momentos vividos na escola. Destaca-se a chegada de missionários canadenses para além do período demarcado nesta pesquisa, como os Padre Jacques Cloutier, Renald Maillot e René Belcourt.

Quanto à organização institucional e bases para o funcionamento da escola, após algumas diligências foi concluído o processo de autorização do estabelecimento, conforme a Resolução nº 68/58 do Conselho Estadual de Educação (CEE), que autorizava o funcionamento da Escola Normal Regional Nossa Senhora da Assunção. Um ano após a fundação, o Parecer nº 72/58 da Conselheira Elimar Figueiredo de Almeida e Silva, apresentava a arquitetura

institucional da Escola com Regimento Interno, Plano de Curso, Proposta Curricular e demais diretrizes, conforme o seu Regimento Interno:

Art. 1º 'O Curso Normal Regional, fundado no dia 15 de março de 1957 e mantido pela Associação Escolar e Beneficente 'Nossa Senhora da Assunção', na cidade de Guimarães, estado do Maranhão, tem por finalidade precípua ministrar o Ensino Normal dentro dos planos, leis, e normas estabelecidas pelas autoridades federais, estaduais e municipais, inteiramente grátis.

- a) No intuito de assegurar à mocidade uma formação completa, o ensino cultural será integrado por uma boa e sólida educação moral e religiosa em conformidade com os princípios da Igreja Católica.
- b) A referida Entidade mantém um Grupo Escolar denominado Escola Paroquial Primária "São José", cuja administração lhe foi confiada pela Prelazia de Pinheiro, que instituiu a mencionada Escola Paroquial, conforme Estatuto publicado no Diário Oficial de 18 de fevereiro de 1952. Este item satisfaz o artigo 47 da Lei Orgânica do Ensino Normal-Decreto Lei nº 8.550 de 2 de janeiro de 1946 que diz o seguinte: "[...] todos os estabelecimentos do Curso Normal manterão escolas primárias anexas para demonstração e prática de ensino [...]". (CONSELHO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO, 1957, p. 2)

O art. 3º do Regimento Interno do Curso Normal Regional, ao tratar da Organização, dispõe que "o Curso Normal Regional, sob regime de externato, para ambos os sexos, dará em quatro anos o curso de regentes do ensino primário, de acordo com o Decreto-Lei nº 8.530, de 2 de janeiro de 1946, que expede a Lei Orgânica do Ensino Normal. O Curso funcionou com as disciplinas constantes na sua Grade Curricular.

Quadro 6 - Grade Curricular da Escola Normal Regional Nossa Senhora da Assunção

1ª Série	2ª Série	3ª Série	4ª Série
Português	Português	Português	Português
Latim	Latim	Latim	Latim
Matemática	Matemática	Matemática	Matemática
Geografia Geral	Noções de Anatomia e Fisiologia Humana	História Geral	História Geral e do Brasil
História Geral	Geografia Geral	Geografia do Brasil	Geografia do Brasil
Francês	História Geral	Francês	Francês
Desenho e Caligrafia	Desenho e Caligrafia	Inglês	Inglês
Canto Orfeônico	Francês	Ciências Naturais	Noções de Higiene
Economia Doméstica	Inglês	Desenho	Pedagogia
Educação Física	Canto Orfeônico	Canto Orfeônico	Didática e Prática do Ensino
	Educação Física	Fisiologia	Desenho
		Economia Doméstica	Canto Orfeônico
		Educação Física, Recreação e Jogos	Educação Física, Recreação e Jogos
			Economia

			Doméstica
--	--	--	-----------

Fonte: Santiago (2015).

Sobre a Administração Geral da Escola Normal Regional Nossa Senhora da Assunção:

Art. 5º A administração Geral do estabelecimento estará a cargo do diretor que presidirá todas as atividades escolares, o trabalho de professores e de alunos, a orientação educacional e demais relações da comunidade escolar.

Art. 6º O cargo de diretor será exercido por quem estiver devidamente credenciado, sob o ponto de vista de legal, investido de tal função por deliberação da Diretora da “Associação Escolar e Beneficente Nossa Senhora da Assunção”. As nomeações dos cargos de Secretaria, Tesouraria, Auxiliares de Administração, Corpo Docente e Orientação Educacional serão feitas pelo Presidente da Entidade mantenedor.

Art 7º Compete ao Diretor presidir ao funcionamento dos serviços escolares e as relações com a comunidade escolar, velando para que se cumpra regularmente o presente Regimento.

Art. 8º Em suas faltas ou impedimentos, será a Diretora substituída pela Orientadora Educacional, que exercerá também o cargo de Vice-Diretora. (CONSELHO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO, 1957, p. 4)

Nesse sentido cabe destacar as contribuições das professoras Águida Ferreira Lima e Ana Maria Cavagnaic, que assumiram a gestão da escola, nos primeiros anos de funcionamento. Em particular, destaca-se aspectos da legislação educacional, quanto a qualificação técnica para o exercício das funções docentes, assim como da gestão, pois mesmo as religiosas portando diplomas de Universidades Canadenses, no processo inicial de autorização e reconhecimento do Curso Normal, constava os nomes de professoras normalistas brasileiras. Assim, a escola foi sendo construída com a força de trabalho de brasileiros e canadenses, religiosos e leigos.

Além das disciplinas da Grade Curricular, constavam ainda atividades que objetivavam o desenvolvimento e a autonomia dos(as) alunos (as), para os(as) quais o serviço de Orientação Educacional da Escola dedicava especial atenção, conforme as atribuições previstas no art. 18 do seu Regimento:

- 1-Pesquisar as causas de insucessos dos alunos nos estudos;
- 2-Levar os alunos a conhecerem as profissões e a compreender os problemas do trabalho, de forma que pudessem se preparar para a vida na comunidade;
- 3-Auxiliar os alunos a conhecerem as oportunidades educacionais do Estado e do País;
- 4-Auxiliar os alunos na consecução de seus objetivos educacionais;
- 5-Organizar atividades extraescolares que concorram para completar a educação dos alunos;
- 6-Colaborar no preparo das comemorações cívicas e solenidades da escola, como parte do processo educativo geral;
- 7-Realizar palestras e promover reuniões de estudo em classe, principalmente na falta de professores. (CONSELHO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO, 1957, p. 6)

Desse modo, os espaços de vivências dos alunos ultrapassavam os limites da própria Escola. A fim de cumprir o Artigo 47 da Lei Orgânica do Ensino Normal, a entidade mantenedora da Escola Normal Regional Nossa Senhora da Assunção, assumiu também a Escola Paroquial Primária São José, cuja atribuição foi dada pela Prelazia de Pinheiro, então mantenedora dessa Escola, conforme Estatuto publicado no Diário Oficial do Estado do Maranhão de 18 de fevereiro de 1952, para a realização de práticas de ensino (estágio) por parte dos alunos do Curso Normal.

A Escola Normal Regional Nossa Senhora da Assunção era mista, porém a procura de matrícula foi maior por parte das mulheres. Por conseguinte, sua primeira turma, iniciada em 1957, foi composta de 23 alunos, sendo 17 moças e 06 rapazes, após processo de admissão, contando com alunos e alunas do próprio município. Somente nos anos seguintes, é que a escola passou a aceitar estudantes de outros municípios, sobretudo, aqueles pertencentes à Prelazia de Pinheiro, à qual Guimarães estava circunscrita.

Quadro 7 - Relação Nominal dos alunos e das alunas das turmas das primeiras turmas Escola N. Senhora da Assunção

Nome	Período	
Aldalena Ferreira Silva	1957-1960	
Antonina Silva Santos	1957-1960	
Antônio Luís Gomes de Brito	1957-1960	
Clenilde Moraes de Azevedo	1957-1960	
Clenilta Moraes de Azevedo	1957-1960	
Evilton Silva Melo	1957-1960	
Francy Paula Matos Santos	1957-1960	
Humberto Souto	1957-1960	
Isabel da Silva Barbosa	1957-1960	
Janilson Coutinho Schalcher	1957-1960	
José Carlos Costa Pimenta	1957-1960	
Juliana Cunha Bastos	1957-1960	
Lindalva Ferreira	1957-1960	
Luzia Ferreira Araújo	1957-1960	
Maria dos Anjos Santos	1957-1960	
Maria Clara Cunha Ramos	1957-1960	
Maria do Carmo Borges	1957-1960	
Maria de Lourdes de Deus Silva	1957-1960	
Maria da Natividade Moura Mota	1957-1960	
Maria de Nazaré Louzeiro Pereira	1957-1960	
Marilene Cordeiro Machado	1957-1960	
Marileila Viégas Diniz	1957-1960	
Raimundo Penafort Nogueira	1957-1960	
Albina Diva da Silva	1958-1961	

Ana Amália Braga Mota	1958-1961	
Antomar Magalhães Diniz	1958-1961	
Antônio Carlos Gomes Brito	1958-1961	
Antônio Reginaldo Lopes	1958-1961	
Clenilce Moraes de Azevedo	1958-1961	
Conceição de Maria Schalcher	1958-1961	
Dilma Maria Braga da Luz	1958-1961	
Francisca Cardoso Pereira	1958-1961	
Irlete Cunha Lobão	1958-1961	
Ivan Goulart Braga	1958-1961	
José Benedito Araújo	1958-1961	
José Murilo Nunes de Sousa	1958-1961	
Lizenildes Silva Mota	1958-1961	
Luiza Maria Magalhães Anchieta	1958-1961	
Maria Alda Davi Lima	1958-1961	
Maria Luísa Ferreira Silva	1958-1961	
Marizel Silva dos Santos	1958-1961	
Merice Vita da Silva	1958-1961	
Moizelú Silva Tobias	1958-1961	
Otilia Marilu Martins	1958-1961	
Paula Ermita Cruz Lopes	1958-1961	
Sílvia Maria Cardoso Maia	1958-1961	

Fonte: A autora (2019).

Com o passar dos anos, a procura foi aumentando em função da demanda gerada pelos jovens de municípios vizinhos; as moças sempre em maior número. E assim, as salas de aulas e os setores administrativos das escolas municipais na região do litoral e da baixada maranhense, passaram a receber profissionais da educação qualificados para o exercício das funções, conforme as orientações normativas vigentes no país.

A Escola Normal Regional Nossa Senhora da Assunção era integrada à comunidade, fato que despertou a atenção das populações da região, pois a concepção que tinham sobre as ‘Escolas de Freiras’ era de um lugar fechado, ainda mais uma Escola Normal, que deveria ser uma escola para moças e a formação deveria ser prioritariamente no interior da escola.

Pois, outros espaços foram ocupados pela participação dos alunos, como os povoados do município, com a realização de atividades educacionais e culturais ao lado das religiosas, o Teatro Guarapiranga e o Grêmio Victor Asselin, possibilitando a todos a sedimentação de uma nova cultura advinda do pensamento da missão canadense em contraposição aos modelos de organização social vigentes no país, marcados pelo clientelismo e outras formas de dominação, com reflexos em Guimarães. A concepção de sujeitos, de educação, de escola e de sociedade permitiu a consolidação de toda obra educativa, inaugurada

pelas Irmãs da Assunção da Santa Virgem para além do tempo da sua execução. Em entrevista ao portal eletrônico de notícias da Associação dos Magistrados do Maranhão (AMMA), um dos ex-alunos da Escola Nossa Senhora da Assunção, Juiz do Tribunal de Justiça do Estado do Maranhão destacou as marcas da escola em sua trajetória:

A minha infância foi no interior, empinando papagaio, nadando em riachos, subindo em fruteiras, pescando em igarapés, numa cidadezinha que não tinha água encanada, nem ruas calçadas, que a luz elétrica só ia até as 22 horas, mas foi uma infância feliz. E nesse quadro de tantas carências de uma pequena cidade do Litoral Ocidental Maranhense tivemos o privilégio de contar com uma boa escola por causa da presença de dezenas de religiosos de Nicolet – Canadá, entre freiras, padres e leigos, que fundaram a Escola Nossa Senhora da Assunção em 1957 e a tornaram a melhor escola de toda a Baixada, para onde acorriam estudantes de toda região. Devo muito o que sou a esses professores. (ASSOCIAÇÃO DOS MAGISTRADOS DO MARANHÃO..., 2016, p. 2).

Dessa forma, percebe-se a importância da escola para o desenvolvimento de seus alunos, para o município de Guimarães e para a região do Litoral Ocidental e Baixada Maranhense, principalmente, considerando o seu período histórico e a configuração da educação brasileira, marcada pela indefinição de políticas públicas educacionais por parte dos agentes governamentais, sobretudo no tocante à formação de professores que foi profundamente negligenciada no Maranhão por longos períodos.

Com o surgimento da Escola Normal Regional Nossa Senhora da Assunção, as egressas e os egressos ganharam, além da ampliação da escolaridade, a possibilidade de inserção no mundo do trabalho formal pela profissionalização docente, tendo em vista que os/as profissionais recém-formados/as representavam a maior força de trabalho absorvida pelas instituições integrantes do referido empreendimento e pelas instituições públicas da região.

A partir do ano de 1966, em consonância com as alterações previstas nas determinações legais que regem a educação, a então Escola Normal Regional Nossa Senhora da Assunção, foi designada apenas ‘Escola Normal Nossa Senhora da Assunção’.

A vinculação desta escola às orientações oficiais (leis, decretos e pareceres) que esboçavam intencionalidades políticas e ideológicas, ou seja, intervenções que refletiam no âmbito escolar diferentes modos de pensar e fazer educação, não impediram o surgimento de um modo peculiar de organização e funcionamento nessa instituição de uma matriz ideológica, consolidada na dimensão do Concílio Vaticano II (1962-1965) que colocava o ser humano no centro das prioridades sociais.

Todos os homens, de qualquer raça, condição e idade, por força da dignidade da pessoa, têm direito inalienável à educação [...]. A verdadeira educação, porém pretende a formação da pessoa humana em ordem ao seu fim último e ao mesmo tempo, ao bem da sociedade de que o homem é membro. (CONCÍLIO VATICANO

II, 1997, p. 323-324).

Os documentos aqui explorados, tais como Lei Orgânica do Ensino Normal, Regimento Interno, Grade Curricular e Relatórios, assim como as memórias dos ex-alunos, religiosas da Congregação Irmãs da Assunção da Santa Virgem e um religioso integrante da Missão Canadense, indicam quais eram os saberes de cunho ideológico mais valorizados que deveriam integrar a formação, assim como a importância das práticas humanitárias inerentes ao saber fazer docente.

Nesse sentido, a formação proporcionada pela escola, integrava-se paulatinamente à vida do município, estabelecendo a articulação entre os segmentos sociais, tornando a escola mais próxima da comunidade, conforme matéria do *Jornal do Maranhão* sobre o envolvimento desses dois segmentos, por ocasião dos festejos de Nossa Senhora da Assunção.

‘Festa da Assunção em Guimarães’

No dia 15 de agosto, na Paróquia São José de Guimarães, o povo uniu-se às Irmãs de Assunção da Santa Virgem e aos alunos da Escola Normal Regional Nossa Senhora de Assunção, para festejar a gloriosa Assunção da Santa Virgem.

Desde 05:30 horas da madrugada, os foguetes anunciavam o dia de Júbilo. A cidade foi acordada pela voz do alto-falante Guarapiranga com hinos marianos e poemas dedicados à Rainha do Céu e da Terra.

À tarde, as quatro horas, iniciou-se a grande procissão. Saindo da Escola Normal Regional, os alunos do respectivo estabelecimento, fardados em branco e cinza, seguidos pelos alunos da Escola Paroquial São José, dirigiram-se em formatura ao som dos tambores clarins até a Igreja Matriz, onde juntaram-se a eles muitos fiéis devotos de Nossa Senhora.

Depois da procissão, a Igreja ficou repleta para participar da missa solene, durante a qual os rapazes e moças da classe estudantil, em júbilo, cantaram na missa o Ave Maria de J. Archambault e outros lindos hinos. Foi uma hora celestial.

Às oito horas da noite, uma manifestação na sala do Teatro Guarapiranga encerrou a festa. Diante de uma assistência numerosa e delicada, pronunciaram discursos sobre a necessidade da cooperação entre os pais e professores.

Cenas seguintes: Apresentação de Maria no Templo, o Casamento, a Anunciação, a Visitação, Maria Mãe das Dores e a Gloriosa Assunção de Maria no Céu, cenas artísticas, cheias de encanto e beleza, enquanto um Arauto e seis virgens explicavam, exprimindo-se quer falando, quer cantando, quer ainda em atitudes expressivas à vida de Maria Santíssima.

Antes de voltarem as suas casas, todos receberam a merenda preparada pelas Irmãs da Assunção da S. V., e oferecida pela companhia Nestlé em São Luís.

A festa terminou, deixando nos corações de todos os fiéis em Guimarães um amor mais forte a Nossa Senhora suscitado pelas celebrações tão grandiosas, quanto piedosas.

Informam, as Irmãs Missionárias Canadenses, Guimarães – Maranhão. (JORNAL DO MARANHÃO, 1959, p. 2).

Desse modo, a Escola inseria os alunos em atividades educativas, religiosas e culturais, além de proporcionar a aproximação desta com a comunidade, por meio de atividades pouco comuns ao cotidiano daquelas pessoas como o teatro e a música. Ali, novos hábitos iam sendo despertados, formando, assim, novas perspectivas de partilhas e convívios.

O foco do trabalho das Irmãs era a promoção humana, e à educação caberia a formação e transmissão de valores morais, religiosos e sociais, podendo conduzir as pessoas ao desenvolvimento e à reflexão sobre sua própria vida e o seu meio. Desse modo, percebe-se que o papel da escola “[...] não se limita ao exercício das disciplinas escolares, é, [...] à imagem das finalidades correspondentes, um conjunto complexo que não se reduz aos ensinamentos explícitos e programados [...]”. (CHERVEL, 1990, p. 178).

O município de Guimarães se tornou então uma referência educacional na região. A busca pela educação transformou a rotina da pequena cidade. Rapazes e moças de municípios vizinhos buscam a Escola que, embora tenha sua autorização de funcionamento sob o regime de externato, tal demanda forçou a criação de internatos para os(as) alunos (as) provenientes de outros municípios, sendo o Seminário São José para o sexo masculino e a Escola da Fé para o sexo feminino. Ressaltamos que o internato feminino funcionava em dois espaços distintos: o primeiro para jovens da escola Normal, e o segundo para adolescentes da escola primária. Já na Escola Normal, ambos os sexos dividiam a mesma sala de aula, ou seja, a coeducação era um componente importante naquele ambiente educativo.

Das diversas atividades ali desenvolvidas, destacam-se os ciclos de estudos sobre a Declaração Universal dos Direitos Humanos, além da criação do jornal *Horizonte de Notícias*. Este jornal era dirigido pelo Grêmio da escola, mas não se limitou somente às notícias escolares. Antes se revelou um importante veículo de notícias, sobre variadas temáticas que perpassavam o cotidiano das pessoas em diferentes contextos. O jornal, de circulação semanal, noticiava também as atividades de evangelização desenvolvidas pelas pastorais na sede e povoados do município com destaque para o movimento das CEBs e as atividades culturais no teatro e nas comunidades.

A Escola era, portanto, estimulada pelas religiosas a ser um espaço de práticas democrática., e aí reside o mérito da educação ofertada pelas religiosas com o decisivo apoio dos padres integrantes da Missão que, embora dedicados a outras atividades, eram ativos colaboradores da obra educacional. Deve-se lembrar aqui que os recursos para construção, custeio e manutenção das atividades eram provenientes da Diocese de Nicolet e de mutirões, resultado das grandes mobilizações populares como a construção da Escola. Um entrevistado informou que em alguns momentos a escola realizou alguns convênios.

Lembro-me que entre os anos de 1964 e 1966, a escola conseguiu alguma ajuda de custo, não lembro se era com o governo federal ou estadual, mas o certo é que os recursos demoravam muito a chegar e quando chegava era uma ou duas parcelas, logo o convênio era suspenso e se iniciava tudo de novo na tentativa de conseguir alguma coisa. Quem mantinha a escola funcionando mesmo era a ajuda do Canadá e a

comunidade. (informação verbal).¹¹

Sobre a questão dos convênios, não foi possível identificar a documentação comprobatória, porém chama a atenção a autonomia da escola e suas formas de interação com a comunidade por meios das ações desenvolvidas, como o incentivo à educação popular, à organização comunitária como forma de resolver problemáticas coletivas, as constantes ações sociais e todas as formas de inserção da escola no cotidiano das pessoas. Pois o período citado pelo entrevistado corresponde a uma época em que o Brasil manteve estreita ligação com os Estados Unidos por meio de convênios e prescrições referentes à educação.

Assim, merece referência a atuação desenvolvida pelo Programa de Assistência Brasileiro-Americana ao Ensino Elementar (PABAE), de 1957 a 1965 – resultante de acordo entre o MEC/INEP e a USAID – cujo objetivo prioritário foi inicialmente a instrução de professores das escolas normais, no âmbito das metodologias de ensino, e com base na psicologia, objetivo esse que se estendeu também ao campo da supervisão e do currículo, com vistas a atingir ocupantes de postos de liderança, que pudessem ter uma ação multiplicadora de maior abrangência [...]. Nesse período, as preocupações da literatura educacional, dos conteúdos curriculares e dos treinamentos deslocam-se principalmente para os aspectos internos da escola, para os ‘meios’ destinados a ‘modernizar’ a prática docente, para a ‘operacionalização’ dos objetivos – instrucionais e comportamentais – para o ‘planejamento e coordenação e controle’ das atividades. Assim, o PABAE contribuiu para o estabelecimento da perspectiva tecnicista que faria carreira nos anos 60 e 70 (TANURI, 2000, p. 78-79).

Logo, a dimensão da autonomia e a forma de atuar para além dos seus muros, em permanente contato com o cotidiano das pessoas, assumida pela escola é divergente das orientações dos órgãos normativos da educação no país, que na década de 1960 assumia as orientações oriundas dos Estados Unidos, quanto a organização do trabalho pedagógico com vistas à eficiência e produtividade.

O que se observou foram as constantes preocupações das religiosas, com as condições de vida das pessoas, que se refletia na oferta de uma formação docente contextualizada, configurando assim, uma ação contra-hegemônica, que coincidiu com outro grande momento histórico da Igreja Católica que foi a segunda Conferência Geral do Episcopado Latino-Americano, realizada no período de 24 de agosto a 6 de setembro de 1968 em Medellín (Colômbia), ocasião em que a Igreja reafirmou o compromisso de participar ativamente do cotidiano popular, saindo dos grandes conventos e renunciando ao uso do hábito religioso, buscando, dessa maneira, maior identificação com o povo.

Em consonância das novas diretrizes estabelecidas pela Igreja no Brasil, o trabalho das Irmãs volta-se para o movimento comunitário, enquanto as atividades educacionais vão

11 Informação fornecida entre os anos de 2018 a 2019, pela ex-aluna 2 (E2) egressa da Escola Normal Regional Nossa Senhora da Assunção.

sendo gradativamente entregues às ex-alunas. A partir de 1971, Francy Paula dos Santos Anchieta, assume a direção da Escola Normal Nossa Senhora da Assunção. Nesse momento, as ações nas CEBs são intensificadas, a nova frente se mostra promissora, 26 povoados do município de Guimarães caminham como CEBs e a Missão das Irmãs se faz presente em todo o município, interferindo diretamente na estrutura social, econômica e política.

No início da década de 1970, as Irmãs da Assunção da Santa Virgem, com diversas atividades em terras brasileiras, pois além de Guimarães atuavam nos municípios de Alcântara, São Luís, Santa Inês e Viana no Maranhão e nos Estados da Paraíba, Ceará, Alagoas e Pernambuco, deixam Guimarães e partem para novos desafios. No entanto, a obra das Irmãs - sobretudo a Escola Normal Nossa Senhora da Assunção - permaneceu como sinal de sua frutuosa atividade, conforme as narrativas de seus ex-alunos.

Ao saírem de Guimarães, as Irmãs da Assunção passaram a atuar nas periferias de São Luís e de Macéio (AL). Em São Luís, fixaram residência no bairro Aurora, na Casa Oásis, local acolhedor e de grande importância para a arquidiocese de São Luís desde a sua fundação, sendo esta casa, uma iniciativa das Irmãs da Assunção, por sediar grandes retiros, formações e eventos católicos. Durante os anos de 1970 e 1980, as Irmãs participaram das lutas por moradia, saúde e educação e nesse contexto surgiram ocupações como a que deu origem ao bairro João de Deus.

As Irmãs da Assunção participaram ativamente da fundação desse bairro, inclusive com a criação da Escola Comunitária João de Deus, cujas diretoras eram as professoras Josília Leite e Áurea Furtado, egressas da Escola Normal Regional Nossa Senhora da Assunção. Desse modo, mesmo residindo em São Luís, mantiveram-se próximas aos seus alunos, muitas religiosas voltaram para o Canadá, boa parte das Irmãs já faleceram, mas a memória da escola e da experiência em Guimarães atravessa o tempo e é conduzida pelos seus ex-alunos e pelas novas gerações.

4.3 As Narrativas sobre a Escola Normal Nossa Senhora da Assunção

A análise dos documentos sobre a Escola Normal Nossa Senhora da Assunção e o convívio com a história da Instituição permitiram a identificação/escolha dos sujeitos, assim como a elaboração do roteiro de entrevistas. Nesse sentido, a abordagem da História Oral foi utilizada para a reinterpretação de diversas questões que aparentavam pouca importância tal como colocadas nas fontes documentais. Assim, as entrevistas foram tomadas como documento, lembrando que:

A entrevista adquiriu estatuto de documento, mas isso não quer dizer que a história oral tenha se ajustado aos ditames da história ‘positivista’. Ao contrário: trata-se de tomar a entrevista produzida como documento, sim, mas deslocando o objeto documentado: não mais o passado ‘tal como efetivamente ocorreu’, e sim as formas como foi e é apreendido e interpretado. [...] Trata-se de ampliar o conhecimento sobre acontecimentos e conjunturas do passado por meio do estudo aprofundado de experiências e visões particulares; de procurar compreender a sociedade através do indivíduo que nela viveu; de estabelecer relações entre o geral e o particular mediante a análise comparativa de diferentes testemunhos, e de tomar as formas como o passado é apreendido por indivíduos e grupos como dado objetivo para compreender suas ações. (ALBERTI, 2013, p. 26).

Dessa maneira, as narrativas desta pesquisa são consideradas em suas polifonias e em seus diferentes sentidos, respeitando as subjetividades e buscando formas de (re) interpretações que informem sobre o passado, mas na perspectiva de que “[...] a narrativa é sempre e inevitavelmente construção, elaboração e seleção de fatos e impressões [...]” (MEIHY, 2005, p. 56).

Nesse sentido, consideramos fundamental a adoção de uma postura capaz de fazer com que os colaboradores se sentissem à vontade, para narrar as suas experiências, a partir das suas próprias concepções de mundo, sem interferências, buscando proporcionar a fluidez às narrativas. E sentir-se como sujeito ativo do processo foi extremamente importante para que os entrevistados manifestassem, por meio das narrativas, as suas experiências.

As entrevistas foram do tipo ‘entrevistas temáticas’, considerando a participação dos entrevistados com o tema escolhido, pois a “[...] escolha de entrevistas temáticas é adequada para o caso de temas que têm estatuto relativamente definido na trajetória de vida dos depoentes” (ALBERTI, 2013, p. 48).

Benjamin (1993) esclarece que escrever a história significa atribuir aos anos a sua fisionomia. Por isso, ouvindo as narrativas dos ex-alunos, procuramos apreender a história de suas trajetórias a partir da Escola Normal, com base no contexto social da segunda metade do século XX, período da fundação da escola e ingresso desses alunos na Instituição, sem deixar de considerar o tempo presente das suas narrativas, que representam não mais o tempo vivido naquele lugar, e sim o produto das reconstituições e reelaborações de suas visões de mundo, refletidas na memória presente.

Assim, identificamos os reflexos da Escola Normal Regional Nossa Senhora da Assunção na História de Guimarães e do Maranhão, por meio das atuações sociais e profissionais de suas ex-alunas e de seus ex-alunos que, após a conclusão do Curso Normal, seguiram estudando e atuando em postos de destaques, no magistério, na área da saúde e na política, entre outras áreas. Desse modo, destacamos que, a partir da década de 1970, a gestão

do município esteve a cargo de alguns ex-alunos, conforme a seguir:

Quadro 8 - Prefeitos

Nome	Cargo	Período
José Murilo Nunes de Sousa	Prefeito	1977-1983
Antônio Reginaldo Lopes	Prefeito	1983-1988
Antônio Agenor Gomes	Prefeito	1989-1992
Willian Guimarães da Silva	Prefeito	2005-2012
Nilce de Jesus Farias Ribeiro	Prefeito	2013-2016
Oswaldo Luís Gomes	Prefeito	2019 -

Fonte: A Autora (2019).

Desse modo, percebe-se a presença da escola no percurso dos(as) seus(as) ex-alunos (as), para além das memórias, mas nas ações dos(as) egressos(as) conforme o lugar de atuação, e, conseqüentemente, na história das pessoas e do município. Portanto, os resultados da ação educativa, atravessa o tempo por meio das mais diferentes formas, reafirmando a sua importância. Com isso, os depoimentos foram fundamentais para a compreensão dos objetivos desta pesquisa, pois concordamos que “[...] cada ação individual é uma forma de totalização de um sistema social e pode fazer com que este último se torne mais inteligível. Longe de contar uma vida, o relato biográfico mostra uma interação que ocorre por intermédio de uma vida [...]”. (DOSSE, 2009, p. 244).

Nesse sentido, os relatos evidenciam aspectos sociais, políticos e econômicos que incidem sobre a vida dos sujeitos e, aos poucos, vão demarcando seus espaços na estrutura social, em meio aos desafios e as mais variadas experiências que constituem as trajetórias pessoal e coletiva, conforme cada experiência. A seguir os depoimentos a partir do primeiro tema:

1 – Como foi a sua trajetória escolar até a chegada na Escola Normal Regional Nossa Senhora da Assunção?

Nasci em maio de 1940, no povoado Ferreira em Guimarães. Por um infortúnio, quando eu ia completar 10 anos minha mãe faleceu. Eu fiquei sob a tutela dos meus avós, mas o meu pai nunca me deixou. Certa vez eu fui passar uma época com meu pai, na sede do município e ele procurou uma escola para mim, mas não deu certo. Era aquela questão de madrasta, a gente que é filho só do marido, acha que tudo o que a madrasta fazia estava errado e era assim que eu pensava. Mas não, ela queria era o meu bem. Só depois que cresci é que fui entender. Como as coisas não aconteciam eu voltava para o interior. O meu pai foi falar com os meus avós e os meus avós me entregaram para o meu pai e foi aí que começou a minha vida... eu vim estudar. No mês de agosto de 1951 eu fui para a alfabetização, fui estudar na casa de Dona Dudu Coração. Em 1952 a prefeitura chamou dona Dudu para trabalhar na Escola Estadual, e acabou a escola Dudu Coração, e conseqüentemente os alunos dela todos foram para a Escola Dr. Urbano Santos.

E quando a mulher do meu pai foi me matricular, a Diretora não aceitou porque eu ia completar 12 anos e como eu poderia ficar com os meninos do 1º ano? Nesse momento passava a professora Altiva Bela Gomes Teixeira, nós já íamos saindo. Ela pediu desculpas porque ia entrar na conversa, e disse: Se esse menino não pode ser matriculado no 1º ano, matricule no 2º que eu me responsabilizo por ele. E assim, aconteceu!

Aí eu fui matriculado e terminei o curso em 1956. Eu e meus colegas estávamos lá todos sem direção, sem saber o que fazer, eu, o Evilton, o Penafort, o José Murilo, o José Benedito... todos sem espaço. De repente, a Igreja estava trabalhando nisso e nós nem sabíamos. Aí a Missão Canadense chega e funda as escolas, que foi assim um negócio muito bom. Eu saí da Escola Urbano Santos e fiz o exame de admissão para entrar nessa escola e estudei lá por 4 anos. Isso era o antigo Ginásio e depois o curso Normal.

Fui fazer o Curso Normal e após o estágio, as Irmãs me convidaram para trabalhar na Escola Primária. Depois, com a conclusão do Magistério, fui trabalhar no Ginásio e na Escola Normal e eu trabalhei lá até o ano em que me aposentei, totalizando 42 anos (informação verbal).¹²

Os meus estudos tiveram início em casa de uma professora leiga, depois fui morar na sede do município e com a chegada das Irmãs passei a estudar na Escola Primária, até a conclusão do curso Normal, foi uma época de muitos aprendizados, não só referentes aos conteúdos das aulas, mas de tudo o que acontecia na cidade de Guimarães, dos eventos e festividades que nós participávamos.

Mesmo sendo escolas de freiras, nós tínhamos liberdade, de passear, a escola oferecia muitas oportunidades e até mesmo de trabalhar, pois ao concluir o curso Normal, muitas de nós já tinha a possibilidade de trabalhar, na própria escola ou pelo município e depois obter a nomeação pela rede estadual de ensino, como foi o meu caso (informação verbal).¹³

A minha vida até a chegada à Escola Nossa Senhora da Assunção era muito simples, muito limitada, não havia naquele tempo oportunidades para seguir os estudos, até que chegaram as Irmãs da Assunção e aquilo mudou a minha vida e de outras pessoas. Estudar na escola foi a melhor oportunidade que eu tive, pois de lá eu vim morar em São Luís, fui aprovada em um vestibular e tudo mudou.

Eu gostaria de destacar que nem foi preciso entrar em cursinho preparatório para vestibular, fui aprovada logo na primeira tentativa, não encontrei tantas dificuldades nos estudos porque a escola proporcionou as condições necessárias para enfrentar situações mais complexas, não só nos estudos, mas também na vida (informação verbal).¹⁴

Os relatos mostram a importância da fundação da escola para a trajetória dos(as) alunos(as), considerando a falta de oportunidade e as dificuldades enfrentadas, para a inserção e permanência destes nas instituições educativas. Nesse sentido, destaca-se a contribuição das professoras leigas de Guimarães, que antes da fundação da Escola Normal, representava a principal força de trabalho docente no município. E com o surgimento da obra educacional, foi possível vislumbrar a relevância de uma formação docente comprometida com as

12 Informação fornecida entre os anos de 2018 a 2019, pelo ex-aluno 1 (E1) egresso da Escola Normal Regional Nossa Senhora da Assunção.

13 Informação fornecida entre os anos de 2018 a 2019, pela ex-aluna 2 (E2) egressa da Escola Normal Regional Nossa Senhora da Assunção.

14 Informação fornecida entre os anos de 2018 a 2019, pela ex-aluna 3 (E3) egressa da Escola Normal Regional Nossa Senhora da Assunção.

transformações sociais, capaz de inserir os sujeitos na vida produtiva e possibilitar aos mesmos, a compreensão acerca do seu entorno e o seu papel social, na formação ofertada pela Escola Normal Regional Nossa Senhora da Assunção, assim como na Escola Primária e no Ginásio, instituições educativas dirigidas pelas Irmãs da Assunção.

Para Sanfelice (2007) a expressão '*instituição educativa*' é mais ampla que '*instituições escolares*', sobretudo, por envolver trabalhos pedagógicos para além da escola, configurando-se assim, como um conceito abrangente, o que melhor define a obra educativa das religiosas por comportar uma complexidade organizacional, pedagógica em diferentes modalidades de ensino, inter-relacionada a diferentes sujeitos, contextos e processos.

Logo, a formação docente era parte de um percurso formativo amplo, que na maioria das vezes era iniciado na escola primária, seguindo até o curso normal, em um movimento contínuo que favorecia o permanente contato com a educação infantil, o ensino fundamental e a educação de jovens adultos, por meio de processos não formais, na Escola da Fé e nas comunidades. Essa forma de gestão e organização da educação se coadunava com os novos paradigmas educacionais, que estavam irrompendo em diferentes partes do mundo e ficaram conhecidos no Brasil, a partir da década de 1960, quando os movimentos sociais emergiram no cenário político com demandas tidas como inéditas, pelo menos, por não constarem nas agendas de até então. O que forçou o reordenamento do estado e de outras instituições, como a Igreja Católica, assim como descrito anteriormente.

Para Canário (2005) a forma escolar hegemônica parece ter sido interpelada pela nova realidade, com as narrativas dos sujeitos reais e suas reivindicações, fazendo surgir no bojo dessas mudanças, uma noção moderna de emancipação, defendida no país por Freire (1999) para quem o papel da educação seria a formação sujeitos críticos.

Porém, essa concepção de educação, de escola e sujeitos, adotada pelas Irmãs da Assunção, produzia práticas educativas que hibridizavam em diversos níveis as tradições e prescrições normativas do sistema escolar brasileiro, com os saberes assimilados por elas na cultura canadense e uma educação contextualizada, cuja intenção era ampliar a percepção dos alunos para além dos pressupostos epistemológicos, fazendo-os perceberem os vínculos políticos e estéticos entre o aprender, o ser/agir e a construção social de sentidos (MESQUITA, 2015).

Dessa forma, se percebe características particulares acerca da constituição da escola e os sentidos a ela atribuídos para além da sua existência física, que possivelmente, resultam da sua vocação e apreço aos princípios democráticos, a devida atenção às transformações sociais e suas repercussões, a participação e outros elementos que caracterizam a cidadania, o que

consolidou o seu caráter inovador e progressista.

Desse modo, passamos ao segundo questionamento, que se refere à compreensão sobre a configuração da escola. A sua arquitetura e a sua cultura material (livros escolares, uniformes, mobiliários e outros elementos) que traduzam o espaço concreto da escola em suas diferentes formas e sentidos. Pois compreendemos a importância de resgatar as memórias sobre o ambiente escolar, considerando que: “[...] a escola em suas diferentes concretizações, é um produto de cada tempo, e suas formas construtivas são, além dos suportes da memória coletiva cultural, a expressão simbólica dos valores dominantes nas diferentes épocas [...]” (FRAGO; ESCOLANO, 1998, p. 47).

2) Quais são as recordações sobre o ambiente escolar: o prédio, as salas, o uniforme, os livros?

Antes a Escola Normal Regional funcionou no antigo prédio da rua Dias Vieira e depois foi para a rua Emilio Habib. É importante dizer que a escola foi construída em regime de mutirão, imagino que com a ajuda financeira dos canadenses, mas a população de Guimarães participou da construção da escola, com materiais, alimentação, doação de horas de trabalho e assim nasceu o belo prédio que abrigou nossas alegrias, sonhos e esperanças. A escola era bonita espaçosa, com pátio, plantas. O uniforme também era muito bonito, no curso Normal tínhamos acesso a diversos livros, eram da escola e havia um rodízio para a utilização dos materiais (informação verbal)¹⁵

Eu sempre comento que essa foi a escola mais limpa e aconchegante que conheci, todos os espaços eram cuidados para que tivéssemos conforto, com simplicidade, mas não nos faltava nada. Os nossos uniformes (das meninas) era o máximo! Nos anos 60, aquele uniforme tinha todo um significado, remetia a uma identidade, a nossa identidade de estudantes. Então a importância de estudar naquela escola era muito grande para os alunos e suas famílias, havia rigor quanto aos horários e às atividades, mas isso era um prazer para nós. Nos sentíamos especiais, e somos mesmo, porque estamos sendo ouvidos até hoje, por força do seu trabalho de pesquisa, que é sobre um lugar e uma época linda (informação verbal)¹⁶

A Escola era marcada pela organização das Irmãs, acho que a cultura canadense, no modo da organização do espaço escolar, isso era mérito delas. Era um lugar muito prazeroso, que por si só já era educativo antes mesmo do início das aulas, os cuidados com os materiais, a noção de espaço até mesmo porque sentávamos em cadeiras duplas, então era preciso respeitar o espaço do colega ou da colega e assim tudo era partilhado, o espaço, os materiais, as atividades e outras coisas. A nossa sala de aula era bem dinâmica, afinal éramos alunos de um curso de formação de professores (Curso Normal) e aquela escola era comprometida com a formação com base na realidade social (informação verbal)¹⁷

15 Informação fornecida entre os anos de 2018 a 2019, pelo ex-aluno 1 (E1) egresso da Escola Normal Regional Nossa Senhora da Assunção.

16 Informação fornecida entre os anos de 2018 a 2019, pela ex-aluna 2 (E2) egressa da Escola Normal Regional Nossa Senhora da Assunção.

17 Informação fornecida entre os anos de 2018 a 2019, pela ex-aluna 3 (E3) egressa da Escola Normal Regional Nossa Senhora da Assunção.

Observa-se que os elementos da cultura escolar, ajudam a recuperar a memória da escola a medida em que os sujeitos apresentam, em detalhes, as suas recordações sobre os acontecimentos, espaços, formas e rituais que marcaram as suas histórias. A partilha foi um elemento essencial para a existência da escola desde a sua construção, que se deu ‘em regime de mutirão’ conforme lembrou o Entrevistado 1, confirmando assim, a iniciativa da Igreja Católica que naquele momento ocupava uma lacuna deixada pelo poder público. Desse modo, o sentido da escola foi além dos documentos oficiais, por expressar uma perspectiva política com seus embates, tensionamentos e resistências, no bojo das disputas entre a Igreja e o Estado, nem sempre nítidas para as populações, assim como o reordenamento eclesiástico que permitiu a vinda da missão canadense ao Brasil.

Ao discorrer sobre o compartilhamento de materiais didáticos e as cadeiras escolares, a Entrevistada 3 aponta indícios dos modos como os alunos percebiam a escola, os convívios, a utilização dos materiais e a importância do cuidado e da preservação de tudo o que foi adquirido, pois a escola foi uma conquista inédita e deveria ser mantida com a colaboração de todas as pessoas. Portanto, pensar a cultura escolar, exige considerar as configurações de cada período, que incidem sobre a escola e seus sujeitos. “A cultura escolar é uma cultura conforme, e seria necessário definir, a cada período, os limites que traçam a fronteira do possível e do impossível [...]” (JULIÁ, 2001, p. 32, grifo da autora).

A organização da escola é destacada pelos três entrevistados, que exaltam a atuação das religiosas, assim como a cultura canadense. Apesar do imaginário social conceber o Canadá como um país muito evoluído, com as questões sociais resolvidas, é preciso recordar os desafios e dificuldades que marcaram o início das atividades educacionais da Congregação das Irmãs da Assunção da Santa Virgem, como tratamos, porém as experiências adquiridas ao longo de décadas, possibilitaram que a educação – carisma inicial da Congregação fosse sendo consolidada no Canadá a ponto de ser designada para atender as demandas educacionais no Brasil, a partir do município de Guimarães, com destaque para a formação de professores.

E sobre a formação de professores, procuramos identificar por meio das entrevistas, como os processos educacionais e sociais desenvolvidos durante o curso Normal, considerando a história da fundação da escola e as singularidades presentes no seu cotidiano, conforme manifestado em seus depoimentos, repercutiram em suas trajetórias docentes, por meio da terceira pergunta:

3) De que maneira a formação ofertada pela Escola Normal Regional Nossa Senhora da Assunção, influenciou a sua prática pedagógica?

Eu penso que foram muitas as influências, pois tudo na escola era pensado para que as práticas pedagógicas se traduzissem em ações conscientes, problematizadas, reflexivas, a fim de atender, efetivamente a vida real, o cotidiano das pessoas, das famílias que estavam envolvidas na escola. Era uma educação que interpretava a realidade e isso nós trouxemos para as nossas vidas profissionais, pois todos nós, me refiro principalmente, aos alunos das primeiras turmas, todos nós exercemos a docência, pelo menos no início das nossas experiências profissionais. Por isso, a nossa formação inicial foi decisiva para as nossas práticas pedagógicas (informação verbal)¹⁸

As nossas práticas pedagógicas, foram influenciadas pelo processo formativo. Nesse caso, eu acho que as vivências que tivemos, os diálogos, a busca pela resolução de problemas das comunidades, tudo isso fortaleceu as nossas práticas pedagógicas. Desde o Estágio, as aulas deveriam ser dinâmicas, trazer o contexto social para a sala de aula era indispensável, por isso a formação das Irmãs era tida como questionadora. Tudo isso nos despertou a disposição para a participação social, através da sala de aula e outras atividades que aconteciam no município, talvez pela atenção e consciência despertadas na sala de aula, como alunos e depois como professores. Entramos na política partidária e desempenhamos cargos públicos no legislativo e no executivo municipal, aprendemos a participar de modo efetivo, das lutas e embates em busca de mudanças sociais. As práticas pedagógicas, fortaleceram as nossas práticas sociais pela vida toda (informação verbal).¹⁹

Um dos entrevistados deixou de responder a terceira questão, mas a compreensão sobre as práticas pedagógicas apreendidas no processo formativo expressas pelos dois entrevistados, indicam que resultaram da aplicação de conhecimentos teóricos advindos das disciplinas científicas, mas também, da realidade que é construída pelas pessoas, com suas diferenças e afinidades, gerando assim, novas possibilidades de compreensão de si e dos outros, por meio das interações que se estabelecem e geram novos sentidos.

Para Heller (1977) é no cotidiano da ação docente que se concretizam as práticas pedagógicas e nelas se apresentam as ações práticas mecânicas e repetitivas como também as ações práticas criativas e estas possibilitam ao professor refletir, na perspectiva teórica, sobre a dimensão criativa de sua atividade, compreendida assim, como a sua práxis.

E assim, os relatos dos entrevistados, demonstraram que ao exercerem a docência, conforme seus aprendizados e experiências, perceberam e enfrentaram diversos desafios que os mobilizaram a construir novos saberes a fim de intervirem em outros espaços sociais, como o campo da política partidária, entre outros. Disso, depreende-se que as vivências proporcionadas pela escola estimularam à efetiva participação social, daí surgiu o quarto questionamento:

4) Quais foram as suas experiências no campo da política partidária e como as

18 Informação fornecida entre os anos de 2018 a 2019, pela ex-aluna 3 (E3) egressa da Escola Normal Regional Nossa Senhora da Assunção.

19 Informação fornecida entre os anos de 2018 a 2019, pelo ex-aluno 1 (E1) egresso da Escola Normal Regional Nossa Senhora da Assunção.

vivências na escola possibilitaram essas experiências?

Tudo isso teve início na própria escola, desde os tempos de estudante. Eu fui aluno e professor da escola e o envolvimento foi através do Grêmio da escola, as atividades do Grêmio foram como um ensaio para mim e para muitos colegas. Ali eu aprendi a me expressar de uma maneira que a sala de aula não dava conta de ensinar. Nós do Grêmio tínhamos representatividade, enfrentávamos Prefeitos, Juizes, Vereadores e qualquer autoridade, nós que fomos das primeiras turmas da Escola Normal, fazíamos isso, mas após o Golpe de 64, as coisas mudaram, as freiras e os padres passaram a sofrer perseguições e injustiças, nesse período nós eramos professores e esses acontecimentos atingiam todos nós. Mas com o passar dos tempos passamos a enfrentar o poder de outra forma. Como? Ocupando os cargos. Passamos a compor chapas nas eleições e a partir da década de 70, os ex-alunos da escola se tornaram vereadores e vereadoras, vice-prefeito e prefeito, como foi o caso da minha colega Francy Paula dos Santos Anchieta, que foi a primeira ex-aluna a assumir o cargo de Diretora da Escola Nossa Senhora da Assunção e uma das primeiras vereadoras sem ter parentes envolvidos na política.

Sim, mas o que eu quero dizer é que as Irmãs da Assunção tinham um pensamento avançado, veja nesse caso de Francy. Num momento político complicado para elas, quando todos esperavam que elas fossem passar a direção da escola para alguma Professora de mais idade, mais experiente, um para um Professor, ou Padre. Mas não, elas entregaram para uma jovem formada por elas, uma jovem muito preparada e isso ficou muito claro, quando elas se afastaram da escola, aquelas incertezas e perseguições. O então Prefeito sabendo da incapacidade do município assumir a escola, criou uma Associação para gerir aquilo tudo e foi um fiasco. Não foi pior porque Francy, na direção da escola soube contornar a situação para as portas não fecharem. A Prefeitura passava até 5 meses sem pagar os professores, mas nós os ex-alunos estávamos lá, dávamos aulas sem receber salários. O que ajudou foi porque a maioria de nós recebíamos salários do Estado, já éramos funcionários da rede estadual, lecionando no Grupo Escolar Dr. Urbano Santos, que era mantido pelo Estado.

Para a gestão municipal seguinte, o Prefeito eleito foi um ex-aluno, aliás, o Vice-Prefeito também era um ex-aluno da Escola Normal Nossa Senhora da Assunção. Foram eleitos, José Murilo Nunes de Sousa (Prefeito) e Dibo Cuba (Vice-Prefeito), aí a escola começou a melhorar. Quatro anos depois, o Prefeito eleito fui eu, agora veja: fui candidato em uma eleição muito concorrida, contra os legítimos donos do poder que queriam voltar a qualquer custo. Minha situação ali era improvável, no meio deles, mas aí eu digo para você como a Escola Normal foi importante naquele momento decisivo. Foi nela que aprendi a fazer a leitura do mundo, a interpretar o movimento do mundo. Os cargos que eu havia desempenhado no Grêmio, as atividades ali com elas, participando da vida daqueles povoados, na partilha da alimentação nos grandes mutirões, limpeza de estradas, pinturas de escolas, campanhas de alfabetização no meio rural. Participei como monitor e depois como professor, as dinâmicas de preparação das aulas, os temas, tudo ali era no sentido da problematização da nossa situação.

E mais, sobre o Grêmio, posso dizer que ali foi o lugar de formação de lideranças mesmo. Nós, os alunos de Guimarães e dos outros municípios, tivemos a oportunidade de assumir cargos políticos e outros cargos. Essa escola contribuiu para a formação, não apenas de professores, os que seguiram estudando, se tornaram médicos, professores universitários, promotores, juizes e outras profissões. E as mulheres? Tivemos Deputada Estadual, a Graça Paz, já falei da eleição de Francy para Vereadora, Nilce Ribeiro, uma ex-aluna da escola das Irmãs, foi eleita Prefeita. Prefeitos fomos vários: eu, José Murilo, Agenor Gomes (algum tempo depois do mandato foi aprovado em concurso para o cargo de Juiz de Direito) e William Guimarães (informação verbal).²⁰

20 Informação fornecida entre os anos de 2018 a 2019, pelo ex-aluno 1 (E1) egresso da Escola Normal Regional Nossa Senhora da Assunção.

Eu atuei em diversas campanhas políticas que elegeram alguns companheiros para cargos de vereadores e prefeitos, eu mesma não exerci esses cargos, mas participei ativamente da vida política do município. A partir da escola nós aprendemos a importância da participação em diversos movimentos que visam o bem coletivo e até hoje somos atuantes, na medida do possível. Pois ficou em nós o gosto pelas atividades em grupo, é muito bom falar da nossa história e do que foi possível construir a partir dos nossos estudos.

A história da escola é muito bonita e marcante para todos nós que somos de Guimarães, pois até hoje não houve outra Instituição capaz de superar a história da educação deixada pelas Irmãs canadenses e pelos Padres e Leigos que chegaram do Canadá em boa hora para a implementação da Escola Normal Nossa Senhora da Assunção. Ali foi o ponto de partida para a nossa vida profissional, para a atuação na política e para a construção de nossas famílias, pois nós fomos tomando consciência das nossas necessidades e da falta de apoio dos grupos políticos, tanto dos dirigentes do Estado, quanto do município. Foi preciso acontecer uma ação da Igreja Católica, através da missão canadense, para que tivéssemos uma educação de qualidade, quando as Irmãs deixaram Guimarães, nós passamos a lutar junto ao poder público e a comunidade para manter o funcionamento do Ginásio e da Escola Normal e muito das nossas experiências na política surgiram na escola e pela escola (informação verbal).²¹

Posso dizer que em Guimarães, a política partidária é um assunto da maior importância por mobilizar toda a comunidade, e a Escola Nossa Senhora da Assunção (Ginásio e Escola Normal) contribuiu muito para a nossa participação nesse campo. Vários colegas professores exerceram cargos políticos no município, posso citar: Antônio Luís Gomes Brito (Vereador), José Murilo Nunes de Sousa (Prefeito), Antônio Reginaldo Lopes (Prefeito), Dibo Cuba (Vice-Prefeito), Francly Paula dos Santos Anchieta (Vereadora), William Guimarães (Prefeito). Isto só para citar os alunos das primeiras turmas, tivemos também vários colegas exercendo cargos de destaque nas Secretarias do município, posso citar as Secretárias de Educação: Francly Paula dos Santos Anchieta, Denildes Cunha, Antônio Reginaldo Lopes. Na Secretária de Finanças já tivemos colegas como Joamir Moraes e Felipe Costa. Na Secretária de Educação do Estado do Maranhão, diversos ex-alunos da Escola Normal Regional Nossa Senhora da Assunção, atuaram como Inspectores e Supervisores, como Raimundo Penafort e outros. Tudo isso, pelas experiências vivenciadas naquela escola, onde fomos monitores, estagiários e professores.

Quero dizer, que a atuação na política partidária não foi somente referente a cargos eletivos, mas a participação na defesa de um projeto de sociedade justa para todos. E para isso enfrentamos diversos desafios, a força dos grupos oposicionistas, os embates e diversos problemas. Mas tínhamos a consciência do valor das nossas lutas, aprendemos isso na escola, que de certa forma, tinha autonomia para nos ensinar. Talvez por não estar subordinada aos governos (informação verbal).²²

As entrevistas acima, apresentam aspectos da vida pública dos ex-alunos e dos lugares que eles foram ocupando, tendo a política partidária como espaço de atuação, que favoreceu, de certo modo, uma alternância no cenário político local, à medida que se percebe a inserção desses alunos, a maioria deles sem vinculação familiar com essa atividade. É possível perceber o destaque dado à pessoa da professora Francly dos Santos Anchieta, pelos

21 Informação fornecida entre os anos de 2018 a 2019, pela ex-aluna 2 (E2) egressa da Escola Normal Regional Nossa Senhora da Assunção.

22 Informação fornecida entre os anos de 2018 a 2019, pela ex-aluna 3 (E3) egressa da Escola Normal Regional Nossa Senhora da Assunção.

entrevistados. Ressalta-se o protagonismo dessa professora, em diversas atividades no município de Guimarães e sua importância para a continuidade da escola, assim como a sua contribuição para o campo educacional dos municípios de Cedral e Porto Rico, cujos territórios foram desmembrados do município de Guimarães na década de 1960. Nestes municípios, a professora Francly Paula, exerceu a função de Secretária de Educação, mostrando que as mulheres estão empenhadas na construção de suas trajetórias.

É para elas mesmas que as mulheres se voltam, e, se elas agem dessa forma, é antes de tudo porque querem afirmar-se como sujeitos livres e responsáveis e não como produtos do poder masculino [...], para além mesmo da proteção de si contra as violências e discriminações, as mulheres estão engajadas numa construção de si que resiste ativamente a todas as formas de fragmentação ou de dissolução da personalidade (TOURAINÉ, 2010, p. 56-57)

Essa afirmação fica evidente na história de vida das mulheres, sujeitos desta pesquisa, as religiosas vindas do Canadá e as alunas que passaram pela Escola, as quais tiveram que superar desafios para atingir seus objetivos, e estes não eram restritos à independência econômica, à maternidade e à estabilidade conjugal, mas também abrangiam diversos elementos que constituem a subjetividade feminina. Ao lado destas questões, destaca-se também o magistério como força de trabalho masculina e suas transformações, como se observou na trajetória do entrevistado, que inicia as suas atividades laborais por meio da docência e concomitantemente, passa a exercer cargos eletivos. Daí a necessidade de uma análise sobre as entrevistas, no intuito de identificar os sentidos atribuídos à Escola Normal Regional Nossa Senhora da Assunção.

4.4 Breve Análise sobre as Memórias Narradas

Segundo Benjamin (2013, p. 88), “[...] cada uma de nossas experiências possui efetivamente um conteúdo, conteúdo que ela recebe de nosso próprio espírito [...]”. Nesse sentido, os discursos proferidos pelos ex-alunos e pelos religiosos entrevistados, são carregados de boas recordações, momentos festivos, mas também revelam episódios conflituosos entre as religiosas e o poder local.

Mas, sobretudo, indicam a importância da escola para as suas trajetórias, daí a importância da narrativa porque, “[...] conduz à construção da noção de trajetórias como uma série de posições sucessivamente ocupadas por um mesmo agente (ou um mesmo grupo) num espaço que é ele próprio um devir, estando sujeito a incessantes transformações [...]”.

(BOURDIEU, 2012, p. 189).

Esta noção de trajetórias coincide com as histórias de vida dos ex-alunos. Alguns, no decorrer de seus percursos assumiram diversas funções que significaram avanços, conforme relato a seguir:

O que quero dizer é que além de professor, exerci diversas funções, algumas não foram fáceis, por diversos motivos, mas a questão era sempre a mesma, a minha cor. Mesmo Guimarães sendo um município com a maior parte da população negra, poucos negros assumiram cargos políticos. Prefeitos negros, ao que se sabe em toda a história desse município de mais de duzentos e sessenta anos, somente dois: eu e Antônio Tavares, na década de 1960. E veja: Antônio Tavares foi um comerciante muito influente, que ajudava em muitas campanhas políticas, já era alguém conhecido e com isso se explica a sua presença. Agora eu não, eu não tinha nem transporte para percorrer o povoado pedindo votos, eu contei mesmo foi com a ajuda dos alunos da Escola Normal e suas famílias, contei também com os lavradores e pescadores daquelas comunidades por onde eu passei realizando as minhas atividades na área da educação. Tanto é, que na sede do município eu não tive uma votação expressiva, ou seja, entre as pessoas de maior poder aquisitivo eu não fui aceito, eu já esperava por isso. Então, é por essas coisas que até hoje dizem que Padres e Freiras não deveriam se envolver em política. Eles não fizeram campanha para mim naquele momento, mas os votos que recebi, era uma demonstração da força da Escola e do pensamento progressista deles (informação verbal).²³

O relato acima, além de mostrar aspectos da sua trajetória, indica uma alteração na configuração social do município com a emergência de sujeitos historicamente excluídos das arenas de decisões, os negros. Nesse sentido, é também importante as considerações sobre a atuação da professora Francy Paula dos Santos, de forma simultânea, na gestão da escola e no legislativo municipal o que mostra a vitalidade da mulher em diferentes espaços.

Portanto, os relatos mostraram a diversidade de situações que marcaram as trajetórias dos sujeitos, atestando que a formação ofertada pela Escola Normal Regional Nossa Senhora da Assunção, independentemente de raça, gênero ou condição social, possibilitou aos egressos autonomia pessoal e profissional o que lhes propiciou a redefinição de papéis, mudanças e até o rompimento com modelos tradicionais sobre as percepções da mulher e do negro na sociedade, dando-lhes outras identidades.

De acordo com Hall (2005), a identidade não é um todo unificado e bem delimitado. Há um constante descentramento/deslocamento permeado por antagonismos sociais que possibilitam a formação de novas identidades, produzem novos sujeitos, não mais com identidades fixas e estáveis, mas sujeitos fragmentados, com identidades abertas, inacabadas, em contínuo processo, assim como a história desses sujeitos.

23 Informação fornecida entre os anos de 2018 a 2019, pela ex-aluna 3 (E3) egressa da Escola Normal Regional Nossa Senhora da Assunção.

Os delineamentos das trajetórias reafirmam as palavras dos Religiosos entrevistados sobre as concepções de educação da Congregação Irmãs da Assunção da Santa Virgem, que desde a sua origem teve por objetivo a autonomia e o pensamento crítico dos sujeitos, o modo como buscaram adaptar esses objetivos na realidade educacional brasileira, mas também como esse pensamento se distinguia da concepção de educação formal consolidada no País.

Registramos também a confluência de ideias presentes na Congregação Irmãs da Assunção, com o pensamento progressista de alguns setores da Igreja Católica no Brasil, conhecido, alguns anos após a chegada das Irmãs, como Teologia da Libertação. Essa corrente teológica cristã, com origem na América Latina, defendia a interpretação do Evangelho, a partir da opção preferencial pelos pobres e excluídos, em um período marcado por ditaduras em toda a região.

Dessa maneira, reafirmamos que a ação educativa das Irmãs era percebida para além da Escola, com a participação dos alunos em diversas atividades, com as religiosas e os leigos canadenses que desenvolviam diversas ações socioeducativas, especialmente nas áreas rurais do município com as campanhas de prevenção e cuidados com a saúde, inclusive a relacionada à prevenção do uso da água, conforme ilustração.

Figura 8 - Freiras em Ação Social



Fonte: Autora (2019).

A questão da saúde pública foi uma das áreas que mais exigiu a atenção das religiosas. Os altos índices de doenças provocadas pela falta de saneamento básico, a mortalidade infantil e a mortalidade materna foram algumas das razões para a atuação das religiosas, leigos canadenses e alunos, junto às comunidades. Esses momentos aproximavam a escola e os populares que passavam a aderir as orientações, minimizando com isso os casos de

doenças que levavam a óbito pela falta de informações.

As Irmãs da Assunção realizavam diversas campanhas, e nós Padres sempre ajudávamos. A água em abundância era muitas vezes motivo de doenças, era comum o convívio entre pessoas e animais no meio rural. Então os pequenos riachos e cacimbas eram compartilhados por humanos e animais, eles não viam nenhum problema até descobrirem a esquistossomose e as diversas doenças tropicais. Nós fazíamos tardes cheias de atividades, brincadeiras para sensibilizar todo aquele povo, nós tínhamos jovens canadenses que chegavam para temporadas curtas junto a nós em Guimarães. Alguns da área de saúde, biólogos, bioquímicos, então com isso, os alunos sabiam se comunicar e iam conosco, preparavam cartazes, dinâmicas e com isso nós alcançamos bons resultados. Os políticos do lugar achavam que nós estávamos atrapalhando. Sempre isso, nunca mudou a política no Brasil, pessoas morrendo e eles não gostam de investir na educação por isso. Educação deve estar associada a vida das pessoas, aquelas famílias que nos recebiam descobriram o valor da educação e por isso seus filhos foram para a nossa escola e nem por isso deixavam a roça. Pelo contrário, melhoraram as condições de vida. (informação verbal).²⁴

Dessa maneira, percebe-se a atuação da educação como fator de desenvolvimento social na perspectiva da articulação entre as atividades educativas com os modos de produção da existência dos sujeitos em diferentes espaços, por meio de atividades que promovem a vida, uma vez que as políticas públicas não alcançavam esses sujeitos, daí a intervenção de agentes externos as estruturas governamentais.

Observa-se, então, que a atuação dessas religiosas foi muito complexa, a falta de documentos/registros inviabilizou a análise de informações sobre essas atividades, mas a História Oral nos favoreceu o contato com uma parte significativa da história dessas comunidades e da intervenção realizada pelas Irmãs da Assunção, com a ajuda dos Padres integrantes da missão canadense e dos leigos que também deixaram as suas marcas na história da educação do município de Guimarães.

24 Informação fornecida entre os anos de 2018 a 2019, pela ex-aluna 3 (E3) egressa da Escola Normal Regional Nossa Senhora da Assunção.

5 CONCLUSÃO

Esta pesquisa teve por objetivo analisar a implantação e o funcionamento da Escola Normal Regional Nossa Senhora da Assunção, no período de 1957 a 1967, no município de Guimarães-MA, por meio de documentos e pelas entrevistas dos ex-alunos e religiosos, membros das missões canadenses. Assim, buscamos compreender os sinais que indicam a importância dessa escola no contexto do município de Guimarães e em municípios circunvizinhos.

Desse modo, evidenciamos aspectos da formação docente no Brasil e no estado do Maranhão, em meio às tentativas de implantação das Escolas Normais, as discontinuidades políticas e seus efeitos sobre todos os níveis do ensino público, especialmente, no campo da formação docente. Situação que propiciou a expansão do setor privado de ensino, destacando-se a presença da Igreja Católica, por meio das Ordens Religiosas, caracterizadas pelo carisma educacional, desde o surgimento da sociedade nascente.

Assim, identificamos as aproximações e as rupturas entre a Igreja Católica e o Estado Brasileiro, em diferentes momentos da História e captamos, sobretudo, a imensa capacidade de recomposição da Igreja, os movimentos transnacionais de religiosas e religiosos pelo mundo, a criação de instituições educativas e a presença de intelectuais católicos nos espaços privados e públicos, operando no setor educacional.

Bittencourt (2014), ao tratar da chegada de religiosas e religiosos ao Brasil, destaca que o movimento migratório foi bem acolhido pela sociedade brasileira desde o seu surgimento e assim seguiu pelos séculos, ganhando significativo impulso nas décadas de 1950 e 1960. Além da necessidade de recomposição da Igreja no país, assim como em toda a América Latina, a autora aborda as dificuldades enfrentadas pela Igreja na Europa e a sua opção pela América Latina como possibilidade de um espaço de forte investimento da fé católica, por meio de vários empreendimentos, de modo especial, na educação.

Nesse contexto, a Igreja Católica passou a atuar em diferentes espaços sociais e geográficos. Em meio à atmosfera do movimento pré-conciliar, o modo de atuação da Igreja, na metade do século XX, sinalizava mudanças. Um exemplo disso, refere-se ao campo educacional que, aos poucos, foi sendo reconfigurado, distanciando-se das práticas prevalentes no início do referido século, quando a fundação de escolas tinha como público-alvo as elites. A opção pela vida social e sua complexidade fez brotar a face progressista da Igreja, voltada para os mais pobres e desassistidos da sociedade, para os não alcançados pelas políticas públicas.

Esse ambiente propiciou a chegada da Missão Canadense em Guimarães — com

destaque para as Irmãs da Assunção da Santa Virgem — que se ocupou das atividades educativas, a fim de prover a formação de docentes, por meio da Escola Normal Regional Nossa Senhora da Assunção, para o município de Guimarães e outros municípios, como Viana. No entanto, a parceria entre o clero brasileiro e o clero estrangeiro pode não ter sido tão amistosa, como restou comprovada na relação entre as Irmãs da Assunção e o então bispo da Diocese de Viana.

Algumas dissonâncias foram percebidas durante as entrevistas, sobre o convívio dos religiosos e religiosas em Guimarães, com alguns segmentos sociais locais. Porém, ficou evidente a opção pelo silêncio, os entrevistados, em alguns momentos, até iniciavam comentários sobre um ou outro episódio, mas silenciavam e imprimiam novos contornos às narrativas, alegando diferenças políticas e diferenças nos modos de atuação das religiosas, sem citarem os fatos.

Por meio das seções desta Tese, procuramos responder aos objetivos, ao mesmo tempo em que surgiram novas questões. Portanto, foi possível constatar a vitalidade da obra educativa das missionárias, pois após transitarmos pelas memórias dos entrevistados, percebemos a importância das experiências adquiridas na Escola para a construção de seus objetivos pessoais, bem como para a vida profissional dos/as egressos/as. Novos modos de ser foram sendo incorporados, ampliando a capacidade de redimensionamento de ações que resultaram em autoconfiança e autonomia, especialmente para as mulheres.

Deduz-se, então, que a Escola Normal Regional Nossa Senhora da Assunção foi um marco, tanto para o município de Guimarães, como para os municípios vizinhos, tendo em vista o seu pioneirismo, principalmente no que se refere ao conteúdo formativo ministrado, não apenas os conteúdos presentes em seu Currículo, mas também outros componentes da cultura escolar que se mostraram pertinentes aos processos formativos. Tal inovação facilitou a profissionalização e inserção dos alunos em atividades públicas, por meio da contextualização de questões do cotidiano, de modo a provocar mudanças que, de acordo com as narrativas, influenciaram o município com um todo.

Ademais, a instalação da Escola imprimiu novas perspectivas ao município, quer pela chegada de estudantes de outras localidades, quer pelos eventos promovidos pela instituição, que propiciavam o envolvimento de todos. Isso fez surgir uma nova cultura, um tanto mais consoante com os acontecimentos que ocorriam no país, de modo que a situação de isolamento foi sendo gradativamente modificada.

Reiteramos a situação de atraso social do município, acentuada pelo isolamento geográfico e características socioeconômicas. Em Guimarães, até a metade do século XX, as

notícias chegavam de rádio, e a principal via de acesso à capital, São Luís, era a travessia marítima em precárias embarcações. Considera-se que esse atraso teve como elemento propulsor a prevalência de um pequeno grupo político local que agia em benefício de seus próprios interesses.

Tal como evidenciamos na primeira seção, apesar de tratar-se de um município bicentenário, o município não recebeu ao longo da sua história, a devida atenção dos órgãos públicos, uma vez que prevaleceram os jogos de poder entre os grupos políticos que se alternavam no executivo municipal, sem considerar as reais demandas da população, o que ensejou, de certo modo, a intervenção da Igreja Católica, com a vinda de missionários estrangeiros, sobretudo no campo educacional.

De igual modo, destacamos os principais fatores que favoreceram a presença desses religiosos, colocando em relevo a reordenação da atividade eclesiástica no mundo, por meio das redefinições propostas pelo Vaticano. Há de se ressaltar também as novas diretrizes da Igreja Católica na realidade brasileira, com ênfase ao processo de Estadualização Eclesiástica, que consistiu na abertura de novas fronteiras territoriais para a expansão clerical, especialmente no período conhecido como Estado Novo, que marca a reaproximação entre a Igreja e o Estado, após a cisão ocorrida na Primeira República (1889-1930).

Discorreremos também sobre as posições assumidas pela Igreja após importantes eventos, como o Concílio Vaticano II, assim como as posições assumidas pelas religiosas canadenses e as repercussões dessas ações nos municípios onde as Irmãs atuaram e que foi causa de conflitos com diversos agentes, tendo em vista as percepções presentes no imaginário social sobre a Igreja Católica e sobre o papel dos religiosos.

Nesse sentido, destacamos a formação ofertada na Escola Normal Regional Nossa Senhora da Assunção em favor dos sujeitos excluídos, especialmente as mulheres e negros. Essas pessoas puderam se inserir na vida pública por meio dos estudos que se distinguiam dos modelos educativos tradicionalmente ofertados nas instituições de orientação confessional na segunda metade do século XX. Ao mesmo tempo em que somos instigados a analisar as políticas e os programas de formação de professores, na atualidade, suas exigências, concepções e princípios, assim como seus efeitos para as sociedades e para as novas gerações.

Notamos também que, até os dias atuais, os ex-alunos e ex-alunas, fazem uso dos conhecimentos adquiridos na escola, e esses conhecimentos foram, ao longo desses anos, preservados e reconfigurados pelas teias por eles engendradas, através da comunicação, de encontros, festas, missas e viagens, ocasião em que partilham recordações e reproduzem rituais próprios da escola, acrescentando novas experiências à atual fase das suas vidas, em que o ciclo

laboral produtivo foi encerrado e novas perspectivas vão sendo vislumbradas pelo olhar de quem aprendeu que educação é para toda a vida.

De acordo com Arendt (1975, p. 59-60), “[...] a pluralidade, a presença dos outros que veem e ouvem o que nós vemos e ouvimos, constitui a garantia da realidade do mundo e de nós mesmos; a percepção humana da realidade depende totalmente da aparência e, portanto, da existência de uma esfera pública [...]”. Esta afirmação ilustra a percepção que os ex-alunos, as ex-alunas e os religiosos entrevistados mantiveram de suas trajetórias, a partir da Escola Normal, pois, ao narrarem suas experiências pessoais e profissionais, consagraram espaços sociais e as atividades por eles realizadas nesses espaços, em diferentes épocas, como partes significativas de suas existências.

Desse modo, podemos afirmar que esta pesquisa pode ensejar muitas outras, pelas questões que não conseguimos abordar e que merecem maior atenção, tais como: as políticas educacionais nos municípios maranhenses na atual conjuntura, a formação docente inicial e continuada no contexto das atuais exigências sociais. Assim, esperamos proporcionar um novo olhar sobre a história da educação maranhense, e de modo particular, a história da educação de Guimarães e suas faces ao longo da história.

REFERÊNCIAS

ABRANTES, Elizabeth Sousa. Dote Profissional: o magistério feminino em São Luís na Primeira República. *In*: CASTRO, César Augusto; CASTELHANOS, Samuel Velázquez; FELGUEIRAS, Margarida Louro. (org.). **Escritos de História da Educação Brasil e Portugal**. São Luís: Café e Lápis, 2012.

ANDRADE, Beatriz Martins de. **O Discurso Educacional do Maranhão na Primeira República**. São Luís: SIOGE, 1984.

ALBERTI, Verena. Histórias dentro da História. *In*: PINSKY, Carla Bassanezi (org.). **Fontes Históricas**. São Paulo: Contexto, 2005.

ALBERTI, Verena. **Manual de História Oral**. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 2013.

ALMEIDA, Jane Soares. A coeducação dos sexos: apontamentos para uma interpretação histórica, **Revista História da Educação**, Pelotas, v. 11, n. 22, p. 61-86, maio/ago. 2007.

ARENDT, Hanna. **A Condição Humana**. Tradução Roberto Raposo. Posfácio de Celso Lafer. 10. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1975.

AZZI, Riolando; GRIJP, Klaus Van Der. **História da Igreja no Brasil: ensaio de interpretação a partir do povo**. t. 2: terceira época 1930-1964. Petrópolis: Vozes, 2008.

AZZI, Riolando. Presença da Igreja na sociedade brasileira e formação das dioceses no período republicano. *In*: SOUZA, Rogério Luiz de; OTTO, Clarícia (org.). **Faces do catolicismo**. Florianópolis: Insular, 2008.

BAUMAN, Zigmunt. **Identidade: entrevista a Benedetto Vecchi**. Tradução de Carlos Alberto Medeiros. Rio de Janeiro: Zahar, 2005.

BARROS, José D'Assunção. **O projeto de pesquisa em História: da escolha do tema ao quadro teórico**. 7 ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2011.

BENJAMIN, Walter. **Magia e Técnica, Arte e Política: Ensaio sobre Literatura e História da Cultura**. Obras Escolhidas, volume I, 5º ed. Tradução de Sérgio Paulo Rouanet. São Paulo: Brasiliense, 1993.

BENJAMIN, Walter. **O Anjo da História**. Tradução de João Barreto. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2013.

BENEVIDES, Maria Victoria de Mesquita. **O governo Kubitschek: desenvolvimento econômico e estabilidade política 1956-1961**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1975.

BEOZZO, José Oscar. A Igreja entre a Revolução de 1930, o Estado Novo e a Redemocratização. *In*: FAUSTO, Beozzo (org.). **História Geral da Civilização Brasileira: o Brasil Republicano, economia e cultura (1930-1964)**. t. 3, v. 4. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1986.

BITTENCOURT, Agueda Bernadete. O Livro e o Selo: editoras católicas no Brasil. **Pró-Posições**, Campinas, v. 25, n. 1, p. 117-137, 2014.

BITTENCOURT, Agueda Bernadete. A era das Congregações: pensamento social, educação e catolicismo. **Pro-Posições**, Campinas, v. 28, n. 3, p. 29-59, 2017.

BLAY, Eva Alterman. Mulher, Ciência e Sociedade, **Revista Crítica de Ciências Sociais**. Lisboa, p. 23-38, 1992.

BOURDIEU, Pierre. A ilusão biográfica. *In*: FERREIRA, Marieta de Moraes; AMADO, Janaína. **Usos e abusos da história oral**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2005.

BOURDIEU, Pierre. **A Dominação Masculina**. Tradução de Maria Helena Kuhner. 11. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2012.

BOURDIEU, Pierre; BOLTANSKI, Luc. O diploma e o cargo: relações entre o sistema de produção e o sistema de reprodução. *In*: BOURDIEU, Pierre. **Escritos de educação**. São Paulo: Vozes, 1998.

BOURDIEU, Pierre. PASSERON, Jean-Claude. **A reprodução**: elementos para uma teoria do sistema de ensino. Tradução de Reynaldo Bairão. Revisão de Pedro Benjamin Garcia, Ana Maria Baeta. 7. ed. Petrópolis: Vozes, 2014.

BOSI, Ecléa. **O Tempo Vivo da Memória**. São Paulo: Ateliê Editorial, 2003. (Ensaio de Psicologia Social).

BRASIL. Decreto-lei nº 8.530, de 2 de janeiro de 1946. Lei Orgânica do Ensino Normal. **Diário Oficial da União**: seção 1, Brasília, DF, v. 1, p. 646. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1940-1949/decreto-lei-8530-2-janeiro-1946-458443-norma-pe.html>. Acesso em: mar. de 2019.

BRUNER, Jerome. **A cultura da educação**. Porto Alegre: ARTMED, 2001.

BUFFA, Ester. **Ideologias em Conflito**: escola pública e escola privada. São Paulo: Cortez e Moraes, 1979.

BUFFA, Ester; NOSELLA, Paolo. **Instituições Escolares**: por que e como pesquisar. Campinas: Editora Alínea, 2013.

CANÁRIO, Rui. **O que é a escola?** um olhar sociológico. Porto: Porto Editora, 2005.

CANTIN, Henriette. **Um sábio aposta tudo por amor**: Jean Harper. Tradução de Georgette Desroches. São Luís: Edições Linha D'água, 2011.

CARVALHO, José Murilo de. **A construção da ordem**: a elite política imperial. Teatro das sombras: a política imperial. 8. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2013.

CARVALHO, Marta Maria Chagas de. **A escola e a República e outros ensaios**. Bragança Paulista: EDUSF, 2003. (Estudos CDAPH. Série historiografia).

CASTRO, César Augusto. **Leis e Regulamentos da Instrução Pública no Maranhão**

Império: 1835-1889. São Luís: EDUFMA, 2009.

CASTRO, César Augusto. Os estudos e as pesquisas sobre instituições escolares no Norte e Nordeste. In: BARRACHO, Maria das Graças; CASTRO, Alda Maria Duarte Araújo; QUEIROZ, Maria Aparecida (orgs.). **Assimetrias e Desafios na Produção do Conhecimento em Educação: A Pós-Graduação nas Regiões Norte e Nordeste.** Rio de Janeiro: ANPED, 2015.

CASTRO, César Augusto. CASTELLANOS, Samuel Luís Vellázquez. Uma Instituição de Ensino no Maranhão Império: a Sociedade Onze de Agosto. **Revista História, Sociedade e Educação no Brasil on-line**, Campinas, n. 62, p. 83-97, maio 2015.

CAVALCANTE, Maria Juraci Maia. A Reforma da Instrução Pública de 1922 no Ceará: impacto sobre Lourenço Filho, a Escola Normal e a elite ilustrada. In: MIGUEL, Maria Elisabeth Blanck; VIDAL, Diana Gonçalves; ARAÚJO, José Carlos Souza. (org.). **Reformas Educacionais: as manifestações da Escola Nova no Brasil (1920-1946).** Campinas: Autores Associados; Uberlândia: EDUFU, 2011. (Coleção memória da educação).

CAMPOS, Maria Christina Siqueira de Souza; SILVA, Vera Lúcia Gaspar da. **Feminização do Magistério: vestígios do passado que marca o presente.** Bragança Paulista: EDUSF, 2002.

CLARK, Jorge Uilson. **A Imaginação Norte Americana para a Região de Campinas:** análise da Educação Liberal no Contexto Histórico e Educacional Brasileiro. Campinas, Unicamp. 1998 (Dissertação de Mestrado).

CHARLOT, Bernard. **Da relação com o saber às práticas educativas.** 1.ed. São Paulo: Cortez, 2013. (Coleção docência em formação: saberes pedagógicos).

CERIS. Centro de Estatística Religiosa e Investigações Sociais. **Anuário Católico do Brasil.** Disponível em: <http://www.cps.fgv.br/cps/religião>. Acesso em: 10 mar. 2019.

CERTEAU, Michel de. **A cultura no Plural.** Tradução de Enid Abreu Dobránsky. 4. ed. São Paulo: Papirus, 2005.

CERTEAU, Michel de. **A invenção do Cotidiano: 1 artes de fazer.** 19. ed. Tradução de Ephraim Ferreira Alves. Petrópolis: Vozes, 2012.

CERTEAU, Michel de. **A invenção do Cotidiano: 2 morar, cozinhar.** 12. ed. Tradução de Ephraim F. Alves e Lúcia Endlich Orth. Petrópolis, RJ: Vozes, 2013.

CHARTIER, Roger. Introdução: por uma sociologia histórica das práticas culturais. In: **A História Cultural entre práticas e representações.** Tradução de Maria Manuela Galhardo. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1990. p. 13-28. (Coleção Memória e sociedade).

CHARTIER, Roger. **A história ou a leitura do tempo.** 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2002.

CHERVEL, André. História das disciplinas escolares. **Teoria e Educação**, Porto Alegre, n. 2, 1990, p. 177-229.

CUNHA, Luiz Antônio. **A Educação Brasileira na Primeira Onda Laica: do Império à República**. Rio de Janeiro: Edição do Autor, 2017.

CURY, Carlos Roberto Jamil. **Ideologia e educação brasileira**. 4. ed. São Paulo: Cortez, 1998

DALLABRIDA, Norberto. Das escolas Paroquiais às PUCs: República, recatolização e escolarização. In: STEPHANOU, Maria. BASTOS, Maria Helena Câmara. **Histórias e Memórias da Educação no Brasil**. Petrópolis: Vozes, 2005.

DAVIS, Natalie Zemon. **Culturas do povo: Sociedade e cultura no início da França moderna**. Rio de Janeiro. Paz e Terra, 1997.

DARNTON, Robert. **O grande massacre de gatos e outros episódios da história cultural francesa**. Rio de Janeiro: Graal, 1984.

DELLA CAVA, Ralf. A Igreja e o Estado no Brasil no Século XX: sete monografias recentes sobre o catolicismo brasileiro 1916-1964. **Novos Estudos Cebrasp**, São Paulo, n. 12, p. 5-52, 1975.

DEL PRIORE, Mary. **Corpo a corpo com a mulher**. São Paulo: Senac, 2000.

DEL PRIORE, Mary. VENÂNCIO, Renato. **Uma breve história do Brasil**. São Paulo: Planeta, 2010.

DESROCHERS, Georgette. **Audácia e Esperança em terras brasileiras: as Irmãs da Assunção da Santa Virgem no Brasil (1956-2006)**. São Luís: Gráfica e Editora Linha D'Água, 2010.

DURKHEIM, Émile. **Educação e Sociologia**. 11. ed. São Paulo: Edições Melhoramentos, 1979.

DOSSE, François. **O Desafio Biográfico: escrever uma vida**. Tradução Gilson César Cardoso de Souza. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2009.

ELIAS, Norbert. **A Sociedade dos Indivíduos**. Tradução de Vera Ribeiro. Revisão técnica e notas de Renato Janine Ribeiro. Rio de Janeiro: Zahar, 1994.

ELIAS, Norbert. **A sociedade de corte: investigação sobre a sociologia da realeza e da aristocracia de corte**. Tradução de Pedro Sussekind. Prefácio de Roger Chartier. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

ENTREVISTA do Juiz de Direito do TJMA: Agenor Gomes ao site da Associação Dos Magistrados Do Maranhão. **AMMA**. [S. l.], jan. 2016. Disponível em: <https://amma.com.br>. Acesso em 15 de fevereiro de 2019.

ESCOLANO BENITO, Augustín. **A escola como cultura: experiência, memória e arqueologia**. Tradução e revisão técnica de Heloisa Helena Pimenta Rocha, Vera Lúcia Gaspar da Silva. Campinas: Editora Alínea, 2017.

ESQUIVEL, Juan Cruz. A presença pública da Igreja Católica brasileira em um período de instabilidade política (1952-2004). **Projeto História**. São Paulo, v. 29, t. 1. p. 197-221 dez.

2004.

FALCI, Miridan Knox. Mulheres do Sertão Nordestino. *In*: DEL PRIORE, Mary (org.). 7 ed. **História das Mulheres no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2004.

FAUSTO, Boris. **História do Brasil**. 12.ed. 1 reimpressão. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2006. (Didática 1).

FARIA, Regina Helena Martins de; MONTENEGRO, Antônio Torres. (org.). **Memórias de Professores: histórias da UFMA e outras história**. São Luís: Garamond, 2005.

FARIA FILHO, Luciano Mendes; VEIGA, Cynthia Greive (org.). **500 anos de educação no Brasil**. 3. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2003.

FARIA FILHO, Luciano Mendes; VIDAL, Diana Gonçalves. Os tempos e os espaços escolares no processo de institucionalização da Escola Primária no Brasil. **Revista Brasileira de História da Educação**, n. 14, maio/ago. 2000.

FRAGO, Antônio Vinão; ESCOLANO, Agustín. **Currículo, espaço e subjetividade: a arquitetura como programa**. Tradução de Alfredo Veiga Neto. Rio de Janeiro: DP e A, 1998.

FREITAS, Sônia Maria de. **História Oral: possibilidades e procedimentos**. 2. ed. São Paulo: Associação Editorial Humanitas, 2006.

FOUCAULT, Michel. **Ética, Política e Sexualidade: Ditos e escritos**. Vol. 2.ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2006.

FONSÊCA, Taís Nívea de Lima e. **História e Ensino de História**. Belo Horizonte: Autêntica, 2006.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Autonomia: saberes necessários à prática educativa**. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

GEERTZ, Clifford. **A Interpretação das Culturas**. Rio de Janeiro: LTC, 1989.

GIDDENS, Anthony. **As consequências da Modernidade**. Tradução de Raul Fiker. São Paulo: Editora UNESP, 1991.

GINZBURG, Carlo. Sinais: raízes de um paradigma indiciário. *In*: **Mitos, Emblemas e Sinais**. São Paulo: Cia. das Letras, 1989

GOMES, Osvaldo Luís. **As Disputas pelo Poder Político em Guimarães (1930-1972): uma primeira abordagem**. 1997. Trabalho de Conclusão de Curso. (Licenciatura em História) - Universidade Estadual do Maranhão, São Luís, 1997.

GONDRA, José Gonçalves; SCHUELER, Alessandra. **Educação, Poder e Sociedade no Império brasileiro**. São Paulo: Cortez, 2008.

HALBAWCHS, Maurice. **A Memória Coletiva**. Tradução de Beatriz Sidou. São Paulo: Centauro, 2006.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Tradução de Tomaz Tadeu da Silva, Guacira Lopes Louro. 11. ed. Rio de Janeiro: DP e A, 2005.

HELLER, Agnes. **O Cotidiano e a História**. Tradução de Carlos Nelson Coutinho, Leandro Konder. 6. ed. São Paulo. Paz e Terra, 1970.

HELLER, Agnes. **Sociologia de la vida cotidiana**. Barcelona: Península, 1977.

HOBBSAWM, Eric. **Era dos Extremos: O breve século XX: 1914-1991**. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

HOBBSAWM, Eric. **Sobre História**. São Paulo: Companhia das Letras, 2013.

HUNT, Lynn. **A nova história cultural**: tradução Jefferson Luiz Camargo. São Paulo: Martins Fontes, 1992. (O Homem e a História).

JUCÁ, Gisafran Nazareno Mota. **A Oralidade dos Velhos na Polifonia Urbana**. Fortaleza: Imprensa Universitária, 2003.

JULIÁ, Dominique. A cultura escolar como objeto histórico. **Revista Brasileira de História da Educação**, Campinas, n. 1, p. 9-43, jan./jun. 2001.

KACHEL, Fabiano S. **Voz Missionária dos Papas do Século 20**: documentos Pontifícios com Ampla Índice Temático. 2. ed. Curitiba: Missionários do Verbo Divino, 1998.

LACROIX, Maria de Lourdes Lauande. **A Educação na Baixada Maranhense: 1828-1889**. SIOGE: São Luís, 1982.

LAHIRE, Bernard. **Sucesso Escolar nos meios populares**. As razões do improvável. São Paulo: Ática, 2004.

LE GOFF, Jaques. **História e Memória**. 5. ed. Campinas: São Paulo, 2003.

LESAGE, Germano. **As Origens das Irmãs da Assunção da Santa Virgem**. [S. l.]: Nicolet. Edições A.S.V, 1987. (Versão portuguesa de Pe. Ruperto Antônio Jaeger).

LIBÂNIO, J.B. **Pastoral numa sociedade de conflitos**. Petrópolis: Vozes, 1982.

LOURENÇO FILHO, Manuel Bergström. **Introdução ao Estudo da Nova Escola**. 13. ed. São Paulo: Edições Melhoramentos, 1978.

LOWY, M. Ética Católica e o espírito do capitalismo: o capítulo da sociologia da religião de Max Weber que não foi escrito. **Cultura Vozes**. Petrópolis: Vozes, v.92, nº 01 p. 86-100, 1998.

MAGALHÃES, Justino. Um apontamento metodológico sobre a história das instituições educativas. *In*: SOUSA, Cinthia Pereira de; CATANI, Denice Bárbara. (org.). **Práticas educativas, culturas escolares, profissão docente**. São Paulo: Escrituras, 2004.

MEIRELES, Mário Martins. **História do Maranhão**. 5ed., promovida e revista por Jomar Moraes. São Luís: Academia Maranhense de Letras, 2015.

MEIHY, J.C.S.B. **Manual de História Oral**. 5ª ed. São Paulo: Loyola, 2005.

MICELI, Sérgio. **A elite eclesiástica brasileira**. Rio de Janeiro: Editora Bertrand Brasil, 1998.

MENDONÇA, Ana Walesca P. C. **Universidade e formação de professores: uma perspectiva histórica**. Cadernos de Pesquisa. São Paulo: Autores Associados. Fundação Carlos Chagas, 1994.

MESQUITA, Rui Gomes de Mattos de. Subjetividade, Educação Popular e Currículo Narrativo. In: NAGLE, Jorge. **Educação e Sociedade na Primeira República**. 2. ed. Rio de Janeiro: DP e A, 1998.

MÔNACO, Luigi Lo. As comunidades eclesiais de base (CEBs) nos discursos dos agentes de pastoral do Maranhão (1964 – 1989): nascimento e “morte” de um movimento social. São Luís: 360° Graus Gráfica e Editora, 2012.

MORAIS FILHO, José Nascimento. **Maria Firmina: fragmentos de uma vida**. São Luís: Gramada: Governo do Estado do Maranhão, 1975.

MORIN, Edgar. **Educar na era planetária: o pensamento complexo como método de aprendizagem no erro e na incerteza humana**. Tradução de Sandra Trabucco Valenzuela. 3ed. São Paulo: Cortez; Brasília DF: UNESCO 2009.

MOTTA, Diomas das Graças. **Mulheres professoras maranhenses: memórias de um silêncio**. Educação & Linguagem. Ano 11. N.18. p.123-135, jul-dez. 2008.

MOTTA, Diomar das Graças. **As mulheres professoras na política educacional no Maranhão**. São Luís. EDUFMA, 2003.

NORA, Pierre. Entre Memória e História: a problemática dos lugares. **Projeto História**, São Paulo, v. 10, jul./dez. 1993.

NOVAES, Regina Reyes. A Divina Política: notas sobre as delicadas relações entre religião e política. **Revista USP**, São Paulo, n. 49, p. 60-81, mar./maio 2001.

NÓVOA, Antônio. **Inovações e História da Educação, Teoria e Educação**. Campinas, n. 6, 1992.

NUNES, Clarice. História da educação brasileira: novas abordagens de velhos objetos. **Teoria e Educação**, Campinas, n. 6, p. 151-182, 1992.

NUNES, Maria José Rosado. Freiras no Brasil. In: Del Priore, Mary (Org). **História das Mulheres no Brasil**. São Paulo. 7 ed. Contexto, 2004.

OLIVEIRA, Paulo. **Guimarães na História do Maranhão**. São Luís: Sioge, 1984.

OLIVEIRA, Paulo. **Cronologia da História de Guimarães**. São Luís: LITOGRAF, 2007.

OLIVEIRA, Sandra Maria de; GATTI JÚNIOR, Décio. A reação católica e a formação de professores no Brasil: os manuais disciplinares Noções de Sociologia e Educação (história da pedagogia). Problemas actuaes das Madres Peeters e Cooman (1935-1971), **Revista Brasileira de História da Educação**, Maringá, v. 18, 2018.

PACHECO, Felipe Condurú. **História Eclesiástica do Maranhão**. São Luís: Departamentode Cultura do Estado, 1969.

PERROT, Michele. **As Mulheres e os Silêncios da História**. São Paulo: EDUSC, 2005.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. **História e História Cultural**. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2002.

POPKEWITZ, Thomas S. Reconstituindo o Professor e a Formação de Professores: Imaginários Nacionais e Diferença nas Práticas de Escolarização. **Revista Brasileira de História da Educação**, Campinas, n. 2, jul./dez. 2001.

PINHEIRO, Antônio Carlos Ferreira. A institucionalização da instrução pública e particular na província da Parahyba do Norte 91821-1840). In: PINHEIRO, Antônio Carlos Ferreira; FERRONATO, Cristiano de Jesus (Orgs.) **Temas sobre a Instrução no Brasil Imperial (1822-1889)**. João Pessoa: Editora Universitária/UFPB, 2008.

PINTO, Maria Núbia Bonfim. **Do velho ao novo política e educação no Maranhão**. 1982. Dissertação (Mestrado em Educação) - Instituto de Estudos Avançados em Educação. Departamento de Sistemas Educacionais. Fundação Getúlio Vargas, Rio de Janeiro, 1982.

REIS, Maria Firmina dos. **Úrsula**. (edição fac-similar). Rio de Janeiro: Gráfica Olímpica Editora Ltda., 1975.

RICARD, Almerinda Gomes. **Fala-me de Alice**. São Luís: Lithograf, 2001.

RICARD, Raymond. **Guimarães – 200 anos de História: Jogo Cênico Histórico em Comemoração ao Bicentenário de Guimarães(1758-1958)**. São Luís: Lithograf, 2003.

RICOUER, Paul. **Interpretação e Ideologias**. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1998.

RIDENTI, Marcelo. Ação Popular: cristianismo e marxismo. In: REIS FILHO, Daniel Aarão; RIDENTI, Marcelo (org.) **História do Marxismo no Brasil: participação e organizações dos anos 20 e 60**. Campinas: UNICAMP, 2002.

ROCKWELL, Elsie. **Metáforas para encontrar histórias inesperadas**. Goiânia: [s. n.], 2006.

ROMANELLI, Otaíza Oliveira. **História da Educação no Brasil (190/1937)**. 24. ed. Petrópolis. Vozes, 2000.

SALDANHA, Lílian Maria Léda. **A Instrução Pública maranhense na primeira década republicana: (1889-1899)**. Imperatriz: Ética, 2008.

SANTOS, Milton. **A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção**. São Paulo:

Hucitec, 1996.

SAFFIOTI, Heleieth. A questão da mulher na perspectiva socialista. **Lutas Sociais**, São Paulo, n. 27, p. 82-100, 2011.

SANFELICE, José Luís. História das instituições escolares. In: NASCIMENTO, Maria Isabel Moura *et al.* **História das instituições escolares**. Campinas: Autores Associados, 2007.

SANTIAGO, Alda Margarete S. Farias. **Vozes e saudades**: as narrativas das ex-alunas sobre a Escola Normal Regional Nossa Senhora da Assunção-Guimarães/MA (1957- 1967). 2015. Dissertação (Mestrado em Educação) Universidade Federal do Maranhão, São Luís, 2015.

SAVIANI, Demerval. **Educação**: do senso comum à consciência filosófica. 10. ed. São Paulo: Cortez, 1991

SAVIANI, Demerval. **O legado educacional do século XX no Brasil**. Campinas: Autores Associados, 2004.

SAVIANI, Demerval. Formação de professores: aspectos históricos e teóricos do problema no contexto brasileiro. **Revista Brasileira de Educação**, Rio de Janeiro, v. 14, n. 40, jan./abr. 2009

SAVIANI, Demerval. **A lei da educação**: LDB: trajetória, limites e perspectivas. 13. ed. rev. atual. e ampl. Campinas: Autores Associados, 2016. (Coleção educação contemporânea).

SCOTT, Joan. **Gênero**: uma categoria útil para a análise histórica. Traduzido pelo SOS:Corpo e Cidadania. Recife, 1990.

SERBIN, Kenneth. **Diálogos na sombra**: bispos e militares, tortura e justiça social na ditadura. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

SCHEIBE, Leda. Formação de professores no Brasil: a herança histórica. **Revista da Retratos da Escola**, Brasília v. 2, n. 2-3, p. 41-53, jan./dez. 2008.

SOARES, Anna Maria Saldanha de Castro. **O Curso de Pedagogia da Universidade Federal do Maranhão**. Dissertação de Mestrado. Instituto de Estudos Avançados em Educação. Departamento de Psicologia em Educação. Fundação Getúlio Vargas, Rio de Janeiro, 1983.

SOARES. Alairton Luís Araújo. **Ginásio Pinheirense**: criação e inserção no contexto sociocultural da baixada e litoral ocidental maranhense (1953-1963). 2016. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade de São Paulo. São Paulo, 2016.

SOUSA, Antônio Paulino de. **Economia, história e teoria da prática em Bourdieu**. São Paulo: Paulistana; Brasília: Capes, 2015. (Coleção Humanidades).

SOUSÂNDRADE. Joaquim de. **O Guesa**. São Paulo: Annablume, 2009.

SILVA, Diana Rocha da. **A Institucionalização dos Grupos Escolares no Maranhão (1903-1920)**. 2011. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal do Maranhão. São

Luís, 2011.

SILVA, R. B. **Educação Comunitária: além do estado e do mercado? A CAMPANHA NACIONAL DE ESCOLAS DA COMUNIDADE (1985-1998)**. Campinas: SP, 2001.

Disponível em:

[https://www.google.com.br/search?q=SILVA%2C+R.+B.+Educa%C3%A7%C3%A3o+comunit%C3%A1ria%3A+al%C3%A9m+do+estado+e+do+mercado%3F+A+Campanha+Nacional+de+Escolas+da+Comunidade+%E2%80%93+CNEC+\(1985-1998\)](https://www.google.com.br/search?q=SILVA%2C+R.+B.+Educa%C3%A7%C3%A3o+comunit%C3%A1ria%3A+al%C3%A9m+do+estado+e+do+mercado%3F+A+Campanha+Nacional+de+Escolas+da+Comunidade+%E2%80%93+CNEC+(1985-1998).). Acesso em 25 de janeiro de 2019.

TANURI, Leonor Maria. História da Formação de Professores. **Revista Brasileira de Educação**, Rio de Janeiro, v. 14, ago. 2000.

TOURAINÉ, Alan. **O mundo das mulheres**. Tradução de Francisco Morás. 2 ed. Revista. – Petrópolis, RJ: Vozes, 2010.

THOMPSON, Edward. **A formação da classe operária inglesa**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

THOMPSON, Paul. **A voz do Passado: História Oral**. 2. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1998.

VEYNE, Paul. Como se escreve a história. Tradução de Antônio José da Silva Moreira. Lisboa: Edições 70, 1983.

VIANNA, Francisco José Oliveira. **Populações meridionais do Brasil**. 3. ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1933. (Populações rurais do Centro Sul., v. 1).

VILLELA, Heloísa de Oliveira. **O mestre escola e a professora**. In: LOPES, Eliana Marta Teixeira; FARIA FILHO, Luciano Mendes; VEIGA, Cynthia Greive (org). 500 anos de educação no Brasil. Belo Horizonte: Autêntica, 2000.p. 95-133.

VIÑAO FRAGO, Antônio. Os cadernos escolares como Fonte Histórica: aspectos metodológicos e historiográficos. In: MIGNOT, Ana Chrystina Venancio (org.). **Cadernos à Vista: Escola, Memória e Cultura Escrita**. Rio de Janeiro: EDUERJ, 2008.

VIVEIROS, Jerônimo de. **Alcântara no seu passado econômico, social e político**. 3. ed. São Luís: AML: ALUMAR, 1999.

XAVIER, Maria Elisabete Sampaio Prado. **Capitalismo e escola no Brasil: a constituição do liberalismo em ideologia educacional e as reformas do liberalismo em ideologia educacional e as reformas do ensino**. Campinas: Papirus, 1990.

FONTES DOCUMENTAIS

A INSTRUÇÃO PÚBLICA. Jornal O Ser, São Luís: [s. n.], 16 nov. 1904.

ARAÚJO, Urbano Santos da Costa. [**Mensagem**]. Destinatário: Congresso Estadual do Maranhão. São Luís, 1920.

DIÁRIO DO MARANHÃO, São Luís: [s. n.], dez. 1918.

DOCUMENTOS DO CONCÍLIO ECUMÊNICO VATICANO II (1962-1965) [organização geral Lourenço Costa; tradução Tipografia Poliglota Vaticana]. São Paulo: Paulus, 1997. (Documentos da Igreja)

CONSELHO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO DO MARANHÃO. Portaria 65/57. Aprovação do Regimento Interno da Escola Normal Regional Nossa Senhora da Assunção. São Luís, março, 1957.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO, ESTATUTO. São Luís, 1977. Mimeo.

GONZAGA, Aprígio. **Pela Educação**. *Jornal Vida Escolar*, [S l.: s. n.], 31 mar. 1932.

GUIMARÃES, Autos de Vereação da Câmara da Vila de Guimarães do Cumã. Centro de Cultura Gastão Vieira. Guimarães: 1761-1778.

JORNAL A CIDADE DE PINHEIRO. Pinheiro, 19 jan, 1958.

JORNAL DO MARANHÃO. São Luís, janeiro, 1959.

MARANHÃO, Lei n. 76 de 24 de julho de 1838. *In: Collecção das Leis e Decretos do Estado do Maranhão de 1835-1843*. São Luís: Imp. Typ, 1847. p. 45.

MARANHÃO, **Regulamento da Instrução Pública do Maranhão**. São Luís: Arquivo Público do Estado do Maranhão, 1896.

MARANHÃO, Mensagem apresentada à Assembleia Legislativa do Estado do Maranhão por ocasião da sessão ordinária de 1948, pelo Governador Sebastião Archer da Silva. São Luís, 1948, p. 89.

MOVIMENTO DE EDUCAÇÃO DE BASE (MEB). MEB NACIONAL. **Documentos de Roma**. Rio de Janeiro, nov. 1963

MARANHÃO. Mensagem apresentada à Assembleia Legislativa do Estado do Maranhão por ocasião da sessão ordinária de 1948, pelo Governador Sebastião Archer da Silva. São Luís, p. 89.